

GUILHERME GARCIA VELASQUEZ

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO
DE TURISMO: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS

MARÍLIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GUILHERME GARCIA VELASQUEZ

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO
DE TURISMO: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista-
Júlio de Mesquita Filho-UNESP- para a obtenção do título
de Mestre em Educação (Área de Concentração: Políticas
Públicas e Administração da Educação Brasileira).

Orientador: Prof.º Dr. Paschoal Quaglio

MARÍLIA
2009

GUILHERME GARCIA VELASQUEZ

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO
DE TURISMO: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS

Banca Julgadora:

Prof. Dr. Paschoal Quaglio- Orientador
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília/SP.

Prof. Dr. Pedro Ganzeli
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP- Campinas/SP.

Prof^a. Dr^a. Graziela Zambão Abdian Maia.
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília/SP.

Marília, 16 de março de 2009.

*Às queridas, irmã Fernanda e sobrinha Isabella,
pelo exemplo de perseverança e amor pela vida.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho constitui-se em minha dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília-SP, ano de 2009.

Assim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma maneira foram importantes para que este trabalho fosse concluído.

Ao longo do tempo vamos adquirindo uma infinidade de dívidas que não podem ser saldadas com dinheiro, pois possuem uma representatividade que vai além do material.

É para demonstrar a infinita gratidão a todas essas pessoas que este trecho foi escrito.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, Mestre Supremo.

De forma especial agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paschoal Quaglio, pela generosidade com que me recebeu como seu orientando, por sua leitura atenta desde meu projeto de pesquisa à execução deste trabalho e por sua sabedoria, orientação competente e pelas numerosas sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento de minha dissertação.

Aos meus valiosos pais, aos quais tenho a maior das dívidas, seres exemplares com quem sempre pude contar com o apoio e suporte para enfrentar todas as dificuldades de minha vida. Obrigado pelo carinho, amor e confiança em mim depositados.

Aos amados irmãos Fernanda e Leonardo, cunhados Patrícia e Francisco e sobrinhos Isabella e João Francisco, pela maravilhosa convivência que me proporciona felicidade plena.

Aos amigos Ana Helena Eloy Foletto, Christian Costa Begosso, Daniella Almeida, Gisele Silva Santos, Márcio Grama Hoepfner e Paulo Roberto Soares por todo apoio e companheirismo.

Aos amigos Carmem Lúcia Gomes de Salis e André Ulysses de Salis, pelas constantes cobranças, pela compreensão e por toda a experiência passada.

Aos colegas mestrandos, companheiros do sonho que agora se faz realidade.

Aos amigos de juventude, que embora, há tempos não mantenha contato, permanecem em meu coração.

Para encerrar, gostaria de agradecer aos funcionários da Universidade Estadual Paulista, unidade de Marília/SP e Universidade Paranaense -UNIPAR, unidade de Umuarama/PR, parceira no Programa de Mestrado Minter (UNESP/UNIPAR).

Um especial obrigado à Profa. Alexandra Bonifácio, corretora de meu trabalho.

Através de todos os citados e os que ficaram ocultos é que tive o privilégio de estudar e concluir este trabalho.

“Educação é tudo aquilo que fica depois que
esquecemos tudo o que nos foi ensinado”
(Hallifax)

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE TURISMO: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

RESUMO

O ensino superior em Turismo e ou Hotelaria no Brasil é uma prática bastante recente e que vem sofrendo constantes mutações e readequações, visto o dinamismo da atividade. Deve-se ressaltar, porém, que muito além de ser encarada como uma atividade profissional (tecnicista extremada), o Turismo e ou a Hotelaria em nível superior da educação ainda são abordados e compreendidos dentro de um contexto científico. A crise de vagas em instituições públicas que marcaram as últimas duas décadas, juntamente com as exigências do mercado nacional, resultou na excessiva oferta dos cursos em instituições privadas. O reflexo da expansão dos cursos em Turismo e/ou Hotelaria ocasionou no país, a inserção de milhares de graduados no mercado, nem sempre devidamente preparados. Assim, o presente trabalho objetiva refletir o papel das universidades, desenvolvendo uma análise comparada dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas Instituições de Ensino do Estado do Paraná, sendo uma privada e a outra pública, levando em consideração as propostas do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Turismo, com o propósito de analisar possíveis discrepâncias entre ambas.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico, Curso de Turismo, Educação Superior, Diretrizes Curriculares Nacionais.

THE NATIONAL CURRICULAR SOURCE FOR THE COURSE OF TOURISM: AN ANALYSIS OF TWO CURRICULAR SOURCES.

ABSTRACT

The superior level of teaching in Tourism and/or Hospitality Management in Brazil is a very recent practice which has been suffering quite a few changes and adaptations, once the activity is characterized by its dynamism. However, it may be told that, beyond being considered as a professional activity (extremely technicist), the Tourism and/or Hospitality Management in superior level of education are still not understood inside any scientific context. The place crisis in public institutions which demarcated the last decades, as well as the national market demanding, resulted into an excessive courses offer in private institutions. The reflex of the Tourism and/or Hospitality Management expansion caused in Brazil, the insertion of thousands of graduated students in the trade, not always well prepared. Therefore, this present work has as its main purpose the reflexion of the university role, developing a compared analysis of the Curricular Sources of two Brazilian Institutions in Paraná: a Private one and a Public one, taking into consideration the National document of Curricular Sources for the graduation courses of Tourism, with a goal of discovering any possible divergence.

Key-Words: Curricular Sources, Tourism Course, Proliferation, High Education, National Document of Curricular Sources.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	17
1.1 A Educação Brasileira e a trajetória do Ensino Superior	17
1.1.1.A situação demográfica do Ensino Superior Nacional.....	39
2. O TURISMO, O ENSINO EM TURISMO NO BRASIL E A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	49
2.1 Turismo: definições e considerações	49
2.2. A formação em Turismo e/ou Hotelaria	65
2.2.1. Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo e/ou Hotelaria	75
3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	87
3.1 Algumas considerações sobre o Projeto Político Pedagógico	87
3.2. Apresentação de análise dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Turismo e Hotelaria da universidade privada e curso de Turismo da universidade pública e algumas reflexões	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
ANEXOS.....	136

INTRODUÇÃO

O fenômeno do *Turismo* iniciou-se em meados do século XIX, em decorrência do desenvolvimento tecnológico advindo da Revolução Industrial, especialmente no que tange aos meios de transporte de massa. Somente após a criação e aprimoramento das estradas de rodagem, meios de transporte e hospedagem que o turismo alavancou-se e perfez-se numa atividade socioeconômica relevante.

Na atualidade, a ascensão vertiginosa da atividade turística, fato que ocorre em escala global, resulta na maior segmentação do setor e na exigência de qualificação profissional, o que, indubitavelmente, propicia e, de certa forma, induz a uma especialização em torno da área. O surgimento dos cursos de graduação insere-se nesse contexto, quase que de frenesi, ao redor da propalada abrangência e potencialidade do turismo. Assim, pode-se afirmar que uma característica básica do Ensino do Turismo no Brasil é justamente o aumento da oferta dos Cursos de Turismo e o surgimento de cursos relacionados com área, visando suprir a crescente necessidade de especialização e segmentação (BATISTA, 2004).

Entretanto, discorrer sobre ensino, peculiarmente Ensino Superior, não é temática das mais fáceis, vez que o Ensino Superior é o aprimoramento da mão-de-obra de um país que busca ascensão cultural, econômica e social. Daí que se faz mister compreender como realmente o Ensino Superior vem sendo visto pelas Instituições de Ensino Superior, que, para buscar aquele aprimoramento, devem fazê-lo através de primoroso planejamento administrativo, didático e pedagógico, popularmente conhecido como Projeto Pedagógico.

O interesse pelo desenvolvimento da pesquisa é justamente o fato da não existência de abundância de materiais que relacionam o Ensino em Turismo aos aspectos educacionais do Brasil, senão de forma superficial e, ainda, pela necessidade de buscar na educação possíveis causas que expliquem o fenômeno da expansão dos cursos brasileiros *versus* o fechamento dos mesmos, talvez ocasionados por um não entendimento do processo e procedimentos educativos no país, o que, de certa forma, servirá de contribuição à Pesquisa na Educação do Turismo.

Por esse viés é que o presente trabalho objetiva analisar e apontar os reais anseios mercadológicos do Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, considerando as questões relacionadas aos processos de definição e elaboração das matrizes curriculares, bem como a excessiva oferta de cursos existentes, logo que o escopo dessas matrizes nada mais é – ou deveria ser – que o aprimoramento completo de mão-de-obra de profissionais inseridos na seara do Turismo e ou Hotelaria.

Assim, tem-se como objetivo do presente trabalho a execução de uma análise comparada dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas Instituições de Ensino do Estado do Paraná, sendo uma privada e a outra pública, levando em consideração as propostas do documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Turismo, com o propósito de analisar possíveis discrepâncias entre ambas.

Como metodologia de pesquisa, buscou-se embasamento teórico e análise documental capaz de servir de objeto norteador para a execução do trabalho, sendo que a metodologia utilizada foi representada, em primeira instância, por uma pesquisa das obras relacionadas ao sistema educacional do Brasil, assim como aos aspectos generalistas ligados aos processos educativos existentes, além da bibliografia específica da pequena área da temática que se relaciona ao Turismo e/ ou Hotelaria.

Tomou-se, ainda, como documento referencial, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Turismo, Resolução N.º 13, de 24 de novembro de 2006, além dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Turismo e/ ou Hotelaria, sendo uma pública e uma privada e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9.394/96.

Posteriormente à conclusão das pesquisas bibliográficas e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria, tornou-se possível o desenvolvimento de análise do Projeto Político Pedagógico de ambas as Instituições de Ensino Superior, tendo como premissa as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para os cursos de Turismo, com o propósito de se investigar a possível existência de aspectos comuns e discrepantes a ambas, relação entre as cargas horárias das disciplinas, perfis do acadêmico, objetivos do curso etc.

Nesse sentido, antes de cotejar as idiosincrasias das formações dos cursos de duas Instituições de Ensino - uma pública e outra privada - cabe destacar, que a introdução do curso de Turismo no Brasil remonta ao ano de 1971, quando a Faculdade de Turismo do Morumbi criou seu primeiro curso de graduação. Após um breve período, a ECA¹ também passou a oferecer o curso. O período seguinte foi representado por uma crescente oferta do curso², quase que exclusivamente nas instituições de ensino superior privadas e que ocorriam

¹ ECA - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP. Ressalta-se que no âmbito das Universidades esse foi o primeiro curso a ser oferecido, em 1973.

² Culminando numa proliferação acentuada e desordenada, em especial, a partir da segunda metade da década de 1990. (Ver: Rejowski, 1996). Segundo dados da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e de Hotelaria - ABDETH, na década de 90, o número de cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria cresceu cerca de 900%.

em consonância, temporal e cronológica, com a crise na oferta de vagas das universidades públicas.

Compreende-se, dessa forma, que a graduação de Turismo e/ou Hotelaria constitui-se em um retrato das principais alterações que ocorreram no Ensino Superior, principalmente nas duas últimas décadas, a saber: a crise de vagas nas universidades públicas; o advento de novos cursos de graduação, sob a pressão do mercado trabalho; e o crescimento extremamente acentuado da oferta de vagas nas universidades privadas.

Bonfim (1995) aborda em seu artigo *Educação em Turismo: conhecimento crítico versus Técnica*, o fato da educação pública e gratuita no Brasil ser considerada um grande desafio aos governantes, independentemente de dados, como: região geográfica e poder aquisitivo da população, pois as dificuldades no setor educacional público grassam por todo o país. Os problemas da educação pública foram agravados por iniciativas parciais e/ou ineficazes. Na década de 60, o governo militar, buscando amenizar os problemas do setor, criou um projeto ufanista denominado *Brasil, grande potência* e, mais recentemente, a solução encontrada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para atender a demanda por vagas, foi promover e permitir a expansão do Ensino Superior Privado. As medidas paliativas, no que tangeram ao Ensino Superior gratuito, somente deslocaram parte do problema da esfera pública para o setor privado.

A expansão das graduações de Turismo e/ou Hotelaria³, constitui-se em uma problemática bastante complexa, pois, além do grande número de vagas ofertadas, deve-se sempre ressaltar o pressuposto básico que justifica a existência das universidades, ou seja, essa proliferação deve ser analisada a partir das conseqüências e impactos no que se referem às funções primordiais da universidade, tais como: seu planejamento para a formação de seu alunado – o Projeto Pedagógico e, conseqüentemente o seu processo de ensino aliado aos projetos de pesquisa, bem como a sua extensão na comunidade conjuntamente com o investimento na formação do corpo docente. Assim, compreendem-se quais são os elementos fundamentais para a análise do papel das universidades que oferecem o curso de turismo, afinal, segundo Dencker (2005, p. 4):

A impressão que fica é de que as instituições de ensino superior ainda não estão percebendo bem a função primordial do professor nesse processo, sendo poucas as que investem na formação dos professores e na implantação de programas efetivos de pesquisa com condição de

³ Segundo dados do INEP (www.inep.gov.br), em 2005, era ofertado, o impressionante número, de 723 cursos. Incluindo nesse montante os cursos de: Turismo, Hotelaria, Administração e Comunicação com ênfase em Turismo e outras áreas afins.

continuidade. Centros de excelência em pesquisa em instituições particulares de ensino são raros e podemos dizer que no campo do turismo eles praticamente não existem, nem nas instituições privadas e nem nas instituições públicas.

Tineu (2002, p. 2), tratando do Ensino Superior em Turismo e/ou Hotelaria, aborda que:

As Instituições de Ensino que oferecem o curso de Turismo deveriam visar o pensamento crítico e analítico da atividade turística proporcionando ao aluno uma visão sistêmica e holística, a qual formaria profissionais para atuar de forma multidisciplinar e interdisciplinar.

As discussões sobre a melhoria na qualidade de ensino, o conteúdo e a forma utilizada no processo de ensino e aprendizagem, bem como o papel do docente e da pesquisa no ambiente universitário, são suplantadas por uma espécie de padrão empresarial adotado pelas universidades, que transformam o ensino em *mercadoria*. O resultado disto, segundo Dencker, é que a universidade privada não busca “[...] se reinventar como instituição educativa e sim como empresas de serviços. Com isso, a exemplo de outros setores da sociedade, passou a ser dominada por metas gerenciais e administrativas em detrimento de metas educacionais”.

Dessa forma, Tomelin (2001, p.33-34) apresenta que:

A Universidade tem um compromisso com a formação cultural e humanística do jovem, além dos ensinamentos de ordem profissional. A escola não será a empresa e nem terá a sua praticidade, assim como a empresa não tem as funções da escola.

Os padrões e metas empresariais não são os mesmos da educação, simplesmente não é recomendável transmutá-los para as universidades, enfatizando que os mesmos, não são necessariamente opostos, mas diferentes. Segundo os autores, constitui-se em uma tarefa impossível, desaconselhável e até mesmo nociva tentar quantificar, em termos de produtividade e custos, características culturais, humanísticas e subjetivas, inerentes à educação.

Nesse sentido, **o primeiro capítulo** procura apresentar uma análise em torno da educação superior brasileira, seus aspectos demográficos e todo seu processo histórico, bem

como apresentar ao leitor o processo de criação da Lei de Diretrizes e Bases/96, que norteia a educação nacional.

O **segundo capítulo**, inserido na problemática do trabalho, apresenta conceituações em torno do Turismo, abordando a formação e o currículo dos cursos de Turismo e/ ou Hotelaria, tendo como premissa as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo, que servem de base para o desenvolvimento da atividade educacional superior na área.

Já o **terceiro capítulo** apresenta algumas considerações sobre a relevância e representatividade do Projeto Político Pedagógico nas Instituições de Ensino e através da apresentação das duas Instituições escolhidas, desenvolve análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de seus cursos, buscando desenvolver uma analogia entre o ensino e currículo por elas disponibilizados, considerando as exigências dos órgãos competentes de ensino no país.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O presente capítulo tem como principal objetivo desenvolver uma breve apresentação sobre o processo histórico da educação brasileira, especificamente o processo de construção do ensino superior nacional, seus aspectos demográficos, bem como, bem como apresentar ao leitor o processo de criação da Lei de Diretrizes e Bases/96, que norteia a educação nacional.

1.1 A Educação Brasileira e a trajetória do Ensino Superior

O período transitório entre os séculos XX e XXI foi marcado por uma série de transformações nos mais diversos ramos, a saber: tecnologia, educação, saúde, etc. Nesse sentido, de acordo com Trigo (1998), o crescimento da automação e a comunicação eletrônica causam uma subversão no espaço e no tempo, caracterizando os processos produtivos flexíveis e ágeis. Ainda, de acordo com Castells (2006), os povos, aproximados por estas mudanças, bem como pela economia global, vêm alterada sua maneira de pensar, agir e trabalhar.

Não distante dessas mudanças características do passar dos anos, as Instituições de ensino também foram obrigadas a se adequar às novas exigências ou interesses do momento. Percebe-se, dessa forma, o surgimento de novas *ramificações educacionais*, em especial no ensino superior, que passa a oferecer cursos em níveis técnicos e de formação mais rápida: uma tendência fortemente abordada nos cursos de Turismo e/ ou Hotelaria do Brasil.

Para se levantar um estudo sobre a estrutura curricular dos referidos cursos, bem como sua expansão, considera-se necessária uma rápida inserção do leitor no contexto da educação superior no país, de maneira mais abrangente, de forma a se compreender os acontecimentos e propósitos do ensino no país.

As questões relacionadas à educação, em especial no Brasil, compõem longa trajetória histórica e são caracterizadas como resultado do próprio sistema de colonização do país.

Não deixa de ser tarefa complexa apresentar as fases transitórias do sistema educacional brasileiro, bem como seus caminhos e (des)caminhos sem a constante e necessária referência à educação portuguesa, as ocorrências históricas do processo de colonização, as conquistas e percalços que marcaram e moldaram o modelo hoje existente.

Dessa forma, para que se torne possível a apresentação e desenvolvimento de uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, impõe-se sucinta abordagem histórica e

cronológica do processo educacional nacional, fortemente pontuado no século XVI, quando do descobrimento do país e sua transformação em Colônia Portuguesa.

Haidar e Tanuri (1998, p.59), explicitam que:

A história da educação no Brasil inicia-se em 1549 com a vinda dos jesuítas que aqui aportaram em companhia do primeiro governador-geral, Tomé de Souza. A partir de então, e por mais de duzentos anos, ficou praticamente entregue aos padres da Companhia de Jesus o ensino público em nosso país [...] os jesuítas dedicaram-se fundamentalmente à catequese e à instrução do gentio, criando escolas de primeiras letras e instalando colégios destinados a formar sacerdotes para a obra missionária na nova terra.

A educação Jesuítica fundamentava-se basicamente no aprender a ler, escrever e contar, dirigida fortemente a indivíduos do sexo masculino, geralmente filhos dos senhores *donos de terras* e, excepcionalmente, a alguns índios nativos da terra. Toda a educação provida pelos Jesuítas era revestida pela religiosidade e possuía cunho preparatório para o ingresso na Universidade de Coimbra, considerada a melhor de Portugal.⁴

Por mais de dois séculos a educação manteve-se nos padrões de ensino jesuítico, havendo no século XVIII, especificamente no ano de 1759, um desmembramento do sistema educacional existente (momento em que a educação deixou de ser tutelada pela igreja e passou a ser dirigida pelo estado, embora carregasse consigo, por longas datas, aspectos religiosos). Ao processo transitório de tutela da igreja para a tutela estatal denominou-se reforma Pombalina, cujo líder foi Sebastião de Carvalho e Mello⁵, conhecido por Marquês de Pombal, que possuía claros objetivos em tornar o ensino laico e totalmente voltado aos interesses civis e políticos do império Português (HAIDAR e TANURI, 1998). Foi nesse momento que se percebeu a necessidade da educação planejada, difusora do saber.⁶

⁴ Fazendo-se uma analogia a um período histórico mais contemporâneo (séc. XIX), em texto abordado por Anísio Teixeira, existe uma discussão de que a escola pode ser caracterizada por selecionadora e classificadora de seus alunos, personificando a escola como portal de passagem para a classe média ou superior, explicitando ainda que ser educado escolarmente significava não pertencer a uma classe proletariada, ou seja, uma crítica à escola nacional, que ainda atende a uma massa de minoria. Para saber mais ler: TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

⁵ Primeiro Ministro português, nomeado pelo Rei D. José I.

⁶ Basicamente, de acordo com Schwartzman e Brock (2005), em meados do século XVIII, os jesuítas foram expulsos do Brasil e Portugal, o comando do Marquês de Pombal, que tinha claros objetivos e interesses de fazer com que a metrópole portuguesa assimilasse os modelos educacionais iluministas, propostos por Napoleão Bonaparte na França. Tal período, denominado Reforma Pombalina, representou a tentativa de criação de um sistema nacional educacional em Portugal, demarcando inclusive o início da profissão do magistério no país. No Brasil, a única consequência da Reforma foi justamente o desmantelamento do sistema educacional, caracterizado pela fase transitória da educação tutelada pela igreja ao estado. Ler SCHWARTZMAN, Simon e BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova, 2005.

Ainda, segundo Haidar e Tanuri (1998, p. 60), com relação aos objetivos das reformas pombalinas da instrução pública:

Seu objetivo superior foi criar a escola útil aos fins do Estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretendiam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.

Os resultados da Reforma Pombalina representaram, no Brasil, a desconstrução do sistema educacional existente, sendo que o novo modelo de ensino levantou-se sobre fragmentos jesuíticos, de maneira que tempos depois se deu o surgimento dos primeiros concursos para professores Régios no país. Em 1774 iniciaram-se as primeiras Aulas Régias no país.

As Aulas Régias eram geralmente ministradas nas residências dos próprios professores, que ocupavam cargos por intermédio de concursos, sendo que, às vezes, tinham ocorrência nos prédios ocupados pelas escolas jesuíticas em períodos anteriores. Cabe ressaltar que as escolas não necessariamente eram representadas por um prédio físico. Ainda, eram subdivididas em Escolas para menores (ensino de primeiras letras e aulas de humanidade) e Escolas para maiores (voltadas à preparação para a Universidade de Coimbra), (CARDOSO, 2004).

Cardoso (2004, p. 189), considerando alguns aspectos relacionados ao sistema de avaliação de desempenho dos professores:

Para conferir o cumprimento de suas obrigações até a Independência, a preocupação, em geral, era observar apenas a sua conduta pessoal. Nesse caso, o pároco, o chefe de polícia e os pais dos alunos eram as principais fontes de informação de que dispunha o poder do Estado, representado nesse caso pela Real Mesa Censória.

O modelo das Aulas Régias manteve-se inalterado no período de 1763 a 1822, e a Primeira Legislação com o objetivo de findar com os problemas de instrução no país teve surgimento em 1826.

Foi com a vinda da família Real ao Brasil, no início do século XIX, no ano de 1808, que o ensino no país teve seu desenvolvimento em âmbito do ensino superior.

Sabendo-se que a Universidade é uma criação específica das civilizações ocidentais, Charles e Verger apresentam que as universidades nasceram na Itália, França e Inglaterra no

século XVIII, como papel unificador da cultura medieval que, no decorrer do século XIX foi capaz de consolidar os estados nacionais (MENDONÇA, 2000).

No quesito disseminação das Instituições de Ensino Superior, o Brasil sempre foi encarado como uma exceção na América Latina, uma vez que as colônias espanholas eram mais desenvolvidas em aspectos educacionais que a própria colônia portuguesa. A partir do século XVI já se despontavam algumas universidades nos países sul-americanos, como por exemplo, a Universidade de Santa Fé na Colômbia.

O aparecimento das universidades nos países de colonização espanhola justifica-se ao fato da existência de um rápido processo de transformação dos colégios jesuíticos existentes para universidades, o que no Brasil foi um ato frustrado. Enquanto a Coroa permanecia em Portugal, a dependência do Brasil para com ela era uma obrigatoriedade, assunto inclusive fortemente abordado por Cunha e Villalta, (MENDONÇA, 2000).

Cunha (2003, p.152) apresenta que com a proibição de abertura de universidades na Colônia:

Portugal pretendia impedir que os estudantes universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América.

Nesse período, a Universidade de Coimbra era a que formava os portugueses nascidos no Brasil. Mendonça (2000, p.133) chega a afirmar, referindo-se a essa dependência da universidade de Coimbra:

Que até o início do século XIX, esta foi a universidade brasileira, nela se graduando mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil, Aliás, esse autor chama atenção para a ambigüidade do estatuto brasileiro, até a Independência, lembrando que não se podia distinguir, quando membros da classe dominante, os brasileiros dos portugueses, e acentuando que, por essa razão, “o brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil, que poderia mesmo se fazer professor da Universidade.

No ano de 1808, com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, foram criadas algumas instituições de ensino superior no país, cujo objetivo centrava-se na própria proteção da colônia, que nesse momento havia se tornado a sede do governo português.

Pinto (1994, p.18)⁷, apresenta que:

[...] A universidade é um órgão social recente, só instalado oficialmente quando sua presença se fez necessária [...]. Só com a instalação da sede do poder colonizador no território da própria colônia, [...] vieram a ser fundadas as primeiras escolas superiores. [...] Eram estas as oficinas que deveriam preparar os especialistas exigidos pela sociedade semicolonial no grau em que se encontrava: advogados para defender os direitos dos senhores de terras, uns contra os outros e médicos que tratassem da saúde dos membros da classe rica.

Assim, entre os anos de 1808 e 1810 foram criadas as academias da Marinha e Real Militar, duas escolas de Direito em São Paulo e Recife, duas escolas de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia, sendo fundada em 1838, no Rio de Janeiro, a primeira escola pública em nível secundário, denominada Colégio Pedro II (SHWARTZMAN e BROCK, 2005). Tais escolas e academias, em especial as de formação profissional, criadas por D. João VI originaram as Instituições de Educação Superior que perduraram na República. Tomou-se início, então, a idéia de criação de universidades seguindo o modelo da Universidade de Paris, governo de Napoleão; um ideário bastante criticado pelos positivistas que desejavam a liberdade. Sabe-se que o modelo Napoleônico era caracterizado por uma espécie de instrumento de controle por parte do estado para com a educação, neste caso, a Universidade, (MENDONÇA, 2000).

Entre linhas, verifica-se, de acordo com Barretto *et. al* (2004, p.19) que:

Não há, desde o início do processo, um ideal da educação como um fim em si mesma, nem sequer como ferramenta a serviço do crescimento pessoal do indivíduo e da emancipação do ser humano. A educação no Brasil surge como um meio para garantir a manutenção do sistema social e econômico, sem qualquer compromisso com a transformação e emancipação do ser humano. Ela sempre foi vista pelos governos como um meio a serviço do crescimento econômico e teve um papel previamente definido no processo de modernização do país.

O surgimento da primeira universidade brasileira nos moldes atuais se deu no ano de 1920, na cidade do Rio de Janeiro. Sua formação foi viabilizada pela junção de algumas escolas pré-existentes: Escola Politécnica, Escola de Medicina e Faculdade de Direito. Vale

⁷ A primeira edição do livro apontado data de 1961

apontar que a forma de funcionamento das mesmas era: aglomeradas fisicamente, porém com execução de trabalho de forma isolada.

O período caracterizado pelo intervalo de 1920 a 1945 representou ao Brasil, época de grande efervescência econômica, cultural e social, já que tomava acontecimento um processo extremado de urbanização, responsável pelo surgimento de um sistema educacional de massa, além de também representar a crise do sistema oligárquico tradicional (passagem do foco de poder dos governos estaduais para âmbito nacional).

Outra peculiaridade do período foi o interesse pela criação de Escolas Normais Superiores que visassem garantir a formação padronizada de professores do ensino normal secundário. Neste sentido, Candau (1987, p. 12) ressalta que “a faculdade de educação superior deveria ser o centro de formação de professores para o ensino secundário [...]”.

Assim, no início da década de trinta, período que, de acordo com Cunha (2003, p. 163) “desenvolveram-se no Brasil duas políticas educacionais, uma autoritária pelo Governo Federal, outra liberal pelo Governo do Estado de São Paulo e prefeitura do Distrito Federal”, registrou-se um período de reforma universitária, onde o Governo Provisório decretou o Estatuto das universidades brasileiras, cujo objetivo era reger e, de certa forma, organizar o ensino superior no país. A Reforma Universitária dos anos 30, historicamente, foi a primeira realmente denominada *reforma*.

Candau (1987, p.11) ainda apresenta que “o primeiro efeito da promulgação desse Estatuto foi a reforma da Universidade do Rio de Janeiro que passa a se constituir modelo para as universidades e institutos equiparados”.

Basicamente, a proposta desse Estatuto era a inserção de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dentro das universidades. Percebe-se, dessa forma, a aparente preocupação das universidades brasileiras em darem partida no início do desenvolvimento de pesquisas científicas o que, sobremaneira, não deixava de representar uma dose de preocupação com a formação das elites nacionais.

A laicização do Ensino Superior foi, durante a reforma universitária, objeto de críticas por parte da Igreja.

Foi no ano de 1934, quando o estado de São Paulo vinha sendo governado por Armando Salles de Oliveira, que se deu a criação da Universidade de São Paulo (USP), caracterizada por um exacerbado interesse político. Sua finalidade era a formação de elites culturais e políticas.

Cunha (2003, p.167), salientou que os ideais da Universidade de São Paulo eram “convergentes com os da Escola de Sociologia e Política, embora mais amplos”.

Sendo a USP um grande projeto relacionado à Educação Superior, no ano de 1935, Anísio Teixeira, Diretor de educação do Distrito Federal, iniciou um ensaio de criação de um segundo projeto denominado de Universidade do Distrito Federal, que objetivava transformar-se na cúpula do sistema de ensino brasileiro (CANDAU, 1987).

Merece apontamento, porém, que o projeto da Universidade do Distrito Federal teve curta longevidade e foi findado pelo Estado Novo que acabou incorporando-a à Universidade Brasileira, assim considerada a então Universidade do Rio de Janeiro.

Como principais objetivos da Universidade Brasileira podem-se destacar o desinteresse pela integração de cursos, mas o interesse em disponibilizar a totalidade dos cursos superiores oferecidos no Brasil, servindo de modelo para as demais instituições.

Anos mais tarde, o Ensino Superior Brasileiro voltou a ter representatividade nacional com o processo considerado de *o primeiro surto de expansão de cursos superiores do Brasil*. Uma das justificativas da expansão do ensino superior foi a ampliação do ensino médio público e a equivalência dos cursos técnicos e secundários, cujo início deu-se nos anos 50, culminando nas leis de Diretrizes e Bases de 1961 (MENDONÇA 2003).

Cunha (1983) aponta algumas características desse processo de expansão, apresentando um crescimento de número de universidades brasileiras de 5, em 1945, para 37, em 1964. Nessa mesma época, instituições isoladas representaram aumento de 293 para 564.

O período compreendido entre os anos 50 e 60 foram marcados por um processo de modernização e desenvolvimento no sistema educacional em nível superior brasileiro, que de acordo com Vieitez e Barone (2007, p.97), em consonância com colocações de Cunha, nesse momento, havia uma denominação de “universidade reformada, a universidade brasileira passa a apresentar duas características marcantes: a adequação a um modelo norte-americano de organização e o aumento do controle do governo sobre todo o sistema escolar”.

A criação do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) personificou o primeiro passo de modernização das universidades, uma vez que rompia com a sistemática de organização educacional existente até então.

Cunha (2003, p.173) ressalta que:

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA [...], significou um grande avanço no ensino superior, marcado pela inovação acadêmica e profundamente influenciado pelos padrões de organização universitária dos EUA. Suas principais características inovadoras foram firmadas pela ausência de cátedras vitalícias, pela organização departamental, pela pós-graduação, pelo regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino e a pesquisa, pelo currículo flexível.

Não se pode desconsiderar o fato de que a modernização das Instituições foi singularmente criticada pelos catedráticos conservadores que detinham as políticas educacionais.

Todo o processo de transformação educacional superior no Brasil levou ao surgimento de órgãos como CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisas), criado por Álvaro Mota em 1951 e CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), que tinha à frente o Educador Anísio Teixeira. Tais órgãos tinham o propósito de incentivar a pesquisa em diversas áreas, oferecendo, inclusive, bolsas de estudo no Brasil e exterior. Como resultado, deu-se a institucionalização dos programas de Pós-Graduação no Brasil.

Também considerado como um período de reforma universitária, a década de 60 teve como fundamento básico as Leis 5.540 e 5.539 (Estatuto do Magistério Superior Federal), apresentada por Cunha (2003, p.178) como sendo um momento que propiciou “condições institucionais para efetiva criação universitária no Brasil, onde até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos”.

Foi a Lei de número 5.540/68 que constitui o modelo universitário considerado ideal, baseado em sua tríplice função: Ensino, Pesquisa e Extensão, a qual contava, ainda, em seu primeiro objetivo: observar normas gerais válidas para o país, de tal maneira que ao estudante fossem asseguradas, como *igualdade de oportunidade* e como critério básico norteador dos estudos, os mesmos conteúdos e até com a mesma duração e denominação, em qualquer instituição. Os atos normativos que fixavam os currículos mínimos também indicavam sob que denominação disciplinas ou matérias deveriam ser alocadas no currículo, para se manter os padrões unitários, uniformes, de oferta curricular nacional.

No processo de remodelagem das universidades brasileiras, mereceu destaque um movimento regido pela União Nacional dos Estudantes - UNE, que reivindicava a democratização da universidade nos mais diversos níveis, almejando acesso da população por meio dos trabalhos de extensão, acessibilidade ao estudo às mais diversas classes sociais, entre outros.

Todas essas reivindicações culminaram, em 1968, na Reforma Educacional Universitária propriamente dita, discutida por Barretto *et. al* (2004, p.19):

[...] pautada pela radicalização da visão instrumental por meios dos acordos MEC/Usaid, baseados na teoria do *capital humano*⁸, que tiveram

⁸ Pela qual a mão-de-obra é considerada um fator de produção.

muita influência na educação brasileira durante a década de 1960, e pelo projeto desenvolvimentista do governo militar que dá sequência ao período conhecido como *Era JK*.

O acordo entre MEC/Usaid, agência americana, foi peça fundamental que serviu de estopim para o início da Reforma de 1968, uma vez que explicitava que o ensino superior tinha função estratégica já que seria o responsável por forjar um novo quadro técnico capaz de *dar conta* a um novo projeto econômico existente no país, atrelado à política americana para a sua hegemonia juntamente dos aliados pós-guerra (LOPES, 2000).

Basicamente, nesse momento era o mercado quem influenciava o ensino. Buscava-se uma mão-de-obra qualificada profissionalmente, principalmente em áreas administrativas, o que fez com que se percebesse uma não necessidade imediata da formação de cursos ligados ao pensamento filosófico. A procura pela formação passou a ser caracterizada por uma classe média, impulsionadora do ensino no país (BARRETTO *et. al.* 2004).

De acordo com Ghiraldelli Jr. (1992, p.175):

O ensino superior passou a significar, cada vez mais, a chance de alguns setores ascenderem socialmente, e de outros não descenderem com tanta velocidade. A reforma universitária, incluídas nas reformas de base do período janguista, direcionava-se no sentido de democratização do ensino superior. A Reforma implantada pela ditadura por meio da Lei 5.580/68 foi no sentido contrário, apesar de dissimular suas intenções visando o abafamento da crise estudantil que se aguçou naquele ano. Crise essa que espelhou justamente os desejos dos setores médios em democratizar o acesso à universidade.

Vale apontar que em consonância à Reforma Universitária de 68, também acontecia na França uma reforma educacional que visava democratizar a universidade, que também, igualmente ao Brasil, era caracterizada por uma classe mais elitizada (FURTER, 1969).

Foi a focagem da educação em nível superior voltada às formações mais tecnicistas que levou o governo na Ditadura Militar (1964-1985) a trabalhar de forma prioritária com o ensino no país, sendo criados dessa forma os grupos de trabalho.

O Relatório dos Grupos de Trabalho, conhecidos por GT, geralmente composto por representantes do Ministério da Educação e Planejamento, Conselho Federal da Educação e Congresso, explicitava, de acordo com Fávero (2006, p.32) que o “movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve mérito de

propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar energético do senso de responsabilidade coletiva”.

Ainda, Fávero (2006, p.32) releva a função primordial do Grupo de Trabalho, “[...] estudar a reforma da Universidade Brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”.

De acordo com o Relatório (1969, p.245), o grupo de trabalho considerava que “ o ensino superior é investimento prioritário, pela sua alta rentabilidade econômica a longo prazo e *que se* a universidade é fator decisivo de desenvolvimento [...] não teria sentido esperar que se consumassem as reformas sociais para então pensar em sua reforma”. (p. 246).

Outro documento a ser apontado é o Decreto-lei 53/66, que determinava os princípios e as normas de organização para as universidades federais, que discutia, por exemplo: a vedação da duplicação de meios idênticos ou equivalentes, inter-relação entre o ensino e pesquisa, focagem no ensino e pesquisas básicas capazes de formarem um modelo padrão de universidades (CUNHA, 2003).

Torna-se claro, nesse momento, a oposição de ideais existentes entre as instituições públicas e privadas. A criação dos *Campi* (modelo estadunidense) representou a personificação de uma forma oposicionista. Enquanto as Instituições Públicas buscavam áreas isoladas para estruturarem suas unidades, as privadas, de maneira contrária, estabeleciam-se em zonas urbanas, o que hoje é bastante visível e uma forte característica de referidos modelos de instituição.

Com a nova sistemática universitária reformada, tomaram destaque os cursos de Pós-Graduação, que de maneira rápida e constante se projetaram, atingindo a uma importância tão essencial quanto a dos cursos de graduação. A pesquisa passou realmente a ser compreendida dentro de toda sua relevância.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil declarou a educação básica como direito subjetivo, estabelecendo que as Instituições deveriam ser autônomas, mantendo como cerne fundamental o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, e, ainda, proporcionar ensino gratuito.

Ao final da década de 90 revelou-se a última das reformas educacionais (apesar da educação fazer parte de um processo de constante mutação), que foi consolidada por uma emenda constitucional, promulgando uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996. Foi a criação dessa nova Lei de número 9.394 de 20 de dezembro

de 1996 que proveu maior liberdade e flexibilidade às Instituições Educacionais em todos os níveis (SCHWARTZMAN e BROCK, 2005).

Há de se considerar que o processo de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não teve acontecimento de forma rápida e simplista. As primeiras discussões em torno da criação dessa *Nova Lei* iniciaram-se após a aprovação da Constituição de 1988, cuja proposta inicial foi tramitar na Câmara Federal o Projeto de Lei de N.º 1.258-A/88, apresentado pelo Deputado Octávio Elísio, sendo que todo o conteúdo de referido projeto fora intelectualmente estudado e analisado pelo pesquisador Demerval Saviani.

No ano de 1989 formou-se o Grupo de Trabalho, presidido por Florestan Fernandes e relatado por Jorge Hage. Todo o estudo desenvolveu-se no decorrer desse mesmo ano, sendo concluído em 1990 e aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, sendo transformado em Substitutivo da Comissão, conhecido por Substitutivo Jorge Hage, de forma que pudesse prosseguir sua trajetória ao Congresso Nacional.

Não se pode omitir o fato de que Jorge Hage alterou toda a estrutura e conteúdo do documento proposta inicialmente como projeto de Lei de Deputado Octávio Elísio.

De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2002, p.21-22), a trajetória percorrida pelas propostas até a aprovação da nova LDB, em 1996, foi a seguinte:

- 1) O substitutivo Jorge Hage é aprovado no segundo semestre na Comissão de Justiça;
- 2) Vai à discussão no plenário da Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 1991;
- 3) Retorna às comissões, onde fica até o primeiro semestre de 1993;
- 4) Concomitantemente, é dada a entrada do Projeto do Senador Darcy Ribeiro na Comissão da Educação do Senado, em maio de 1992, para discussão;
- 5) Esse projeto é provisoriamente arquivado na Comissão da Educação do Senado;
- 6) É aprovado o Projeto de Lei N.º 1.258/88, em maio de 93, na Câmara dos Deputados;
- 7) Posteriormente é encaminhado para análise e aprovação no Senado Federal, identificado como PLC (Projeto de Lei da Câmara) N.º 101 de 1993;
- 8) O Senador Cid Sabóia é indicado como relator do projeto;
- 9) O parecer desse Senador é aprovado na Comissão da Educação do Senado, em 30 de novembro de 1994, passando a ser designado Substitutivo N.º 250 ou, simplesmente, Substitutivo Cid Sabóia;
- 10) Esse substitutivo é encaminhado ao Plenário do Senado em 12 de Dezembro de 1994;
- 11) Em março de 1995 o Senador Darcy Ribeiro apresenta, na Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seu parecer desfavorável ao substitutivo de Cid Sabóia, alegando inconstitucionalidade do PLC N.º 101/93;
- 12) Em fevereiro de 1996 é aprovado no Plenário do Senado o substitutivo do senador Darcy Ribeiro;
- 13) O Projeto retorna à Câmara dos Deputados para análise;
- 14) o Deputado José Jorge é designado relator Substitutivo de Darcy Ribeiro;
- 15) Em 17 de Dezembro foi aprovado o relatório do Deputado José Jorge;
- e 16) Finalmente o texto foi para a sanção do Presidente da República e aprovado sem nenhum veto.

É mister ressaltar que o relatório apresentado pelo relator sobre o Substituto Darcy Ribeiro manteve sua mesma estrutura, introduzindo poucas alterações com relação à versão original, muito embora não deixe de evidenciar lutas travadas, nos níveis individuais e coletivos (SHIGUNOV E MACIEL, 2002).

Cury (2001, p.12), com relação a tais lutas apresenta que:

[...] uma lei, quando discutida, põe em campo um embate de forças e traz portanto consigo uma série de expectativas e até mesmo de esperanças válidas para todos os sujeitos interessados. Se aprovada, gera adesão imediata nos que apostaram em tais expectativas. Para os que não apostaram nestas, resta o caminho de uma crítica que se ofereça como alternativa criadora sob a qual está posta a possibilidade de uma mudança para o futuro a partir do presente. Em ambos os casos, o caminho, por sinal íngreme, se inicia como estudo minucioso do (inter) texto da lei.

Tal colocação não deixa de explicitar que todo projeto de lei esteja sempre permeado de discussões adversas, que visam atender aos interesses de um grupo hegemônico (SHIGUNOV E MACIEL, 2002).

Dessa forma, com o objetivo de facilitar a compreensão do presente estudo, imprescinde apresentar algumas considerações sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que regem a formação em todos os seus âmbitos no território nacional.

Composta por cinco capítulos, a LDB N.º 9.394/96 destina seu quarto capítulo às discussões em torno da Educação Superior, este composto de 15 artigos, sendo o primeiro de número 43, que apresenta a finalidade da educação superior.

A trajetória do processo de aprovação da LDB N.º 9.394/96 carrega consigo uma característica peculiar, resultante de um processo de construção que perpassou por diferentes momentos históricos, bem como diferentes pontos de vista, conquistas, interesses, rejeições, adesões, não a livrando de problemas complexos com relação à educação nacional, sendo que Shigunov Neto e Maciel (2002, p.23) apontam cada um deles:

1) o caráter nacional da lei em face da autonomia real ou presumida dos estados-membros da República Federativa do Brasil; 2) o caráter nacional como questão político-antropológica; 3) o caráter polêmico e dicotômico entre o ensino público e o ensino privado; 4) o caráter provocativo da temática da igualdade [...].

O longo percurso entre a criação e a promulgação da LDB N.º 0394/96 não foi capaz de colocá-la em um patamar de *perfeição*, inclusive abordado por Demo (2000, p.67):

[...] na verdade, não é inovadora, em termos do que seriam os desafios modernos da educação. Introduce componentes interessantes, alguns atualizados, mas, no todo, predomina a visão tradicional, para não dizer tradicionalista. A Lei reflete, aí, não mais do que letargia nacional nesse campo, que impede de perceber o quanto as oportunidades de desenvolvimento dependem da qualidade educativa da população. É difícil fugir da constatação de que para a elite interessa, pelo menos em certa medida, a ignorância da população, como tática de manutenção do *status quo*. Essa percepção torna-se tanto mais complicada, porque para uma parte da elite já não poderia interessar o atraso, porque este não lhe dá mais lucro. A competitividade moderna da economia está intrinsecamente conectada com a questão educativa, ainda que se fixe no trabalhador. Entretanto, mesmo assim, pode-se afirmar hoje que um trabalhador que não sabe pensar já não é útil para a produtividade moderna.

Dessa forma, considera-se sobremaneira importante apresentar alguns de seus principais tópicos, ou, pelo menos, os mais relacionados ao ensino de forma geral e superior.

No Artigo 1º que se refere à educação, são apresentadas algumas formas de educação em um sentido mais amplo, sendo concebida, em especial, a educação escolar:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Em seguida, o Artigo 2º explicita que a educação não é dever somente do Estado, mas também da família. Delors (2001) também apresenta que é no seio familiar que se iniciam os primeiros ensinamentos e aprendizados.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Artigo 3º contempla de forma abrangente as características gerais do ensino, imprescindíveis no processo de formação do indivíduo, no que tange à tipologias de escolas existentes, forma do trato a ser aplicado ao estudante, integração do ensino às práticas de trabalho e sociais.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Percebe-se na LDB/96 comprometimento com a tradicional dicotomia entre os ensinos público e privado, sendo que ao passo em que se formulam obrigações e deveres ao ensino público, atribui-se de outro lado uma autonomia ao ensino privado (SHIGUNOV NETO E MACIEL 2002), o que é debatido por Severino (1998, p. 65):

[...] no fundo, a proposta parece ter como pano de fundo uma tendência à privatização generalizada do ensino. Como não se quer fazer isso declaradamente, dadas as resistências políticas ainda existentes, o processo vai sendo induzido aos poucos. O texto da lei é pouco explícito e não formula exigências à rede privada no sentido de se comprometer com o projeto educacional de interesse para toda a população, já que trata de uma concessão. Embora falando do sistema público oficial, o texto da lei se aplicaria igualmente ao sistema privado.

Dessa forma, no Artigo 7º evidencia-se os direitos da iniciativa privada.

Art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I** - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
- II** - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Além da autonomia às Instituições de Ensino, evidencia-se, ainda, uma proposta flexibilizadora, usada como artifício do Poder Público, no sentido de delegar responsabilidades aos estados, municípios e à própria sociedade, o que demarca a lei com um caráter flexibilizador (SHIGUNOV NETO E MACIEL, 2002), que pode ser percebido a seguir:

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º. Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º. As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Com relação às incumbências das Instituições/ Estabelecimentos de Ensino:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I** - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II** - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III** - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV** - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V** - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI** - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII** - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Inserindo-se dentro da especificidade do presente estudo, que trata do Ensino Superior, especificamente da formação do profissional do Turismo e/ou Hotelaria, tomar-se-á como base o Artigo 21, Título V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo título é *Dos níveis e das modalidades de educação em nível superior*, onde serão apresentados alguns pontos relevantes da lei.

Não se deve, neste momento, omitir a clara relação entre formação e tecnologia/desenvolvimento representada pelo capitalismo, que por consequência remete à importância do constante desenvolvimento de competências que objetive uma melhor e mais facilitada inserção do indivíduo formado no mercado de trabalho.

O primeiro capítulo da lei, a tratar especificamente sobre o ensino superior tem início com o Artigo 43, cujas atribuições são:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II** - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III** - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV** - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V** - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os

conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Não deixa de ser transparente, neste mesmo artigo, a relevância da constante busca por especializações e aprendizado mais abrangente, que visem uma auto-suficiência quando da real atuação após o processo de formação.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior (Unesco, 1998, p.16-17), apresenta que a missão da educação superior é:

a) Educar e formar pessoas altamente qualificadas; b) promover um espaço aberto de oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente; c) promover, gerar e difundir conhecimento por meio da pesquisa; d) contribuir para a compreensão, a interpretação, a preservação, o reforço, o fomento e a difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas; e) contribuir na proteção e na consolidação dos valores da sociedade; f) contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente

Tal colocação consta que cabe à educação não somente formar de forma prática, mas subsidiar conhecimentos teóricos, capazes de formar o profissional altamente qualificado, em sua totalidade, com plenas condições de desenvolver suas atividades frente ao mercado atual e suas possíveis alterações. A Educação Superior, além de transmitir e produzir conhecimento deverá educar em um sentido mais amplo, conduzindo ao educado o exercício de cidadania plena (BARRETO *et.al.*, 2004).

O Artigo 44 trata das regulamentações dos cursos e programas de formação em nível superior, muito embora exclua, de alguma maneira, os programas de Pós- Graduação de Pós-Doutorado, o que permite uma conclusão de que erroneamente fora deixado incompleto. O presente artigo pontua a formação contínua, aperfeiçoamento cultural e profissional, mas não trate propriamente de referidos cursos.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I** - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II** - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III** - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV** - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Por fim, no que se refere ao ensino superior na LDB/96, o Artigo 45 ainda faz algumas considerações: “**Art. 45.** A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Adentrando-se ao universo das especificidades de formação, com objetivo de sistematizar o ensino no Brasil oferecido por todas as Instituições de Ensino em nível Superior, a Secretaria do Ensino Superior (SESu) implementou uma série de atividades, iniciadas no ano de 1997.⁹

Transpondo as barreiras do ensino, extensão e pesquisa, a educação superior contempla, hoje, uma sistemática capaz de permitir que as Instituições concretizem seus fins de construir profissionais aptos, de manterem seus centros de pesquisa como referenciais no desenvolvimento social-econômico-científico-cultural, de prestarem seus serviços à comunidade através das práticas de extensão da forma mais ética e positiva possível, embora seja de conhecimento que somos parte de um país que se constrói sobre modelos já existentes.

Porém, de uma maneira ou de outra as estruturas universitárias têm alcançado seus objetivos, ou, pelo menos, trilhado na busca de caminhos mais produtivos, graças a processos por ela incorporados e exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura-MEC.

⁹ De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2002), inicialmente, fora aberto um edital (N ° 04/97), que convocava as Instituições de Ensino a apresentarem propostas para as diretrizes curriculares dos cursos, sendo que posteriormente, fora executado um Fórum Nacional de Pró-Reitores de graduação que objetivava discutir tais propostas. Em seguida, no que se denomina de segunda fase do processo, convocou-se uma comissão de especialistas de Ensino, composta por docentes de elevado nível de formação acadêmica, os quais foram incumbidos pela produção de propostas de caráter definitivo a serem encaminhadas para análise ao Conselho Nacional da Educação. Tais propostas, inicialmente denominadas de modelo de enquadramento das propostas das diretrizes curriculares eram subdivididas por áreas de conhecimento (Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Licenciaturas), as quais eram submetidas à apreciação de consultores *Ad hoc*, em cada uma das áreas do conhecimento. A terceira e última fase do processo foi representada pela homologação das diretrizes curriculares, respaldadas pela Lei de N.º 9.131/95, no Decreto N.º 2.306/97, no parecer CNE/CES N.º 776/97, no Edital N.º 04/97 MEC/SESu, na Lei de N.º 10.172 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Não se deve omitir o fato de que na sobredita década, acima de tudo, representou expansão no ensino superior, comandada por instituições privadas (VIEITEZ e BARONE, 2007), assunto também discutido por Barretto *et al* (2004), apresentando que no século XX a universidade provocou um tipo de orgulho social, uma forma ilusória de ascensão à classe dominante, fazendo com que jovens de classes mais baixas não medissem esforços para fazerem parte *desse* patamar social, oportunizado por instituições cujo escopo característico é o não ensinar, mas fazer negócios.

Dentro das Instituições, um dos importantes processos de aperfeiçoamento é a Avaliação, seja ela de seu quadro docente, estrutura, assim como nível de qualidade de ensino para com os acadêmicos. Um dos exemplos mais recentes que merece ser apontado é o Exame Nacional de Cursos, que, de acordo com Cunha (2003, p. 190):

Iniciado em 1996, deu partida para a montagem de um complicado mecanismo de avaliação, que mistura métodos finalísticos e institucionais. Além do descredenciamento de instituições de ensino cujos estudantes revelam repetido desempenho insatisfatório, confirmados por visitas *in loco* por comissões especialistas, a legislação prevê o reordenamento institucional das universidades.

Percebe-se que a universidade foi uma grande conquista dentro do campo educacional em nível superior. Seu desenvolvimento foi gradual, às vezes acentuado entre um período e outro.

A universidade hoje se encontra fortemente flexibilizada nos mais diversos aspectos, sejam administrativos, tipologias de cursos, durações etc. Os programas governamentais intencionam prover acesso ao ensino superior a todo cidadão brasileiro, mesmo diante de todas as dificuldades existentes.

A compreensão da universidade está atrelada à constante busca da construção do saber, mesmo diante de todas as inovações e transformações existentes em nosso país, com um simples objetivo de formar cidadãos, compondo uma nação mais capaz, digna e melhor preparada, não obstante ser objeto de diferentes discussões e críticas, muitas vezes galgadas no próprio sistema político-econômico nacional.

Nesse contexto, as discussões em torno dos possíveis fatores, temas de debates recentes, capazes de projetarem uma nação ao insucesso ou sucesso são constantes, sendo que, além da educação, devem ainda ser destacadas a saúde, economia, trabalho, etc.

Forte significado é atribuído à educação, pelo puro e simples fato de caracterizar um passo *sine qua non* ao processo de formação do homem para a atuação em qualquer outro setor. Assim, a educação não pode deixar de ser considerada importante setor influenciador do desenvolvimento de uma nação, até porque a educação é a essência da cidadania, que, parafraseando Hannah Arendt (2001), é o direito humano a ter seus direitos respeitados integralmente.

Embora tome espaço a constante discussão sobre a educação nacional, ainda há pouco acreditava-se que a não escolaridade poderia ser justificada ao fato de limitação de verba e inexistência de escolas para uma demanda existente. Tinha-se por pressuposto a necessidade de construções de novos colégios, aumento salarial do professorado, convencimento das famílias em mandarem seus filhos às aulas etc. Alguns anos foram necessários para que entidades e governos se convencessem de que as crianças vão à escola em sua maioria, porém o nível de aprendizado é pequeno e a evasão significativa. O próprio sistema de avaliação que penaliza o estudante com reprova em caso de um não bom desempenho nas avaliações não deixou de ter representatividade nesse processo falho educacional (SCHWARTZMAN E BROCK, 2005). Desse raciocínio, impõe-se uma crítica sob as vertentes ideológica e psicanalítica, pelo que, na primeira, o Estado imprime no povo a idéia de que como soberano que é tratará de conceder a educação necessária ao seus cidadãos e na segunda, ocasiona o sentimento de segurança e cumprimento integral de suas promessas quando transforma em informes publicitários o índice de crianças matriculadas no Ensino Fundamental, *esquecendo-se* de informar a não permanência daquelas crianças no sobredito ensino.

Trigo, em texto publicado na obra de Ansarah (2002, p.11), com relação à educação e ao ensino em turismo, apresenta que:

A educação brasileira, no geral, é muito ruim. No final de 2001 dados mostraram que, de um total de 32 países analisados, os estudantes brasileiros ficaram em último lugar em capacidade de leitura. Esse quadro se reflete na educação superior, inclusive entre os alunos de turismo. Nossos estudantes lêem muito pouco, uma ínfima porcentagem fala pelo menos uma língua estrangeira, apenas a partir de 1998 é que surgiu uma bibliografia brasileira e há poucos cursos de especialização ou mestrado capazes de formar docentes para a área. A boa notícia é que houve, além do simples crescimento numérico dos cursos, uma elevação de massa crítica de pesquisadores, professores e alunos capazes de analisar e criticar o fenômeno turístico no Brasil. A má notícia é que a maioria dos cursos apresenta deficiências bastante graves e ainda há muito o que se fazer.

É idiossincrasia do sistema educacional nacional uma sistemática de ensino cuja finalidade do professor é a de explanar e a do alunado a de ouvir e gravar: um processo arcaico de ensino executado através de uma *exposição oral e reprodução verbal*, filosofia educacional com traços e ideais para se ter funcionamento em uma escola da Idade Média. Paradigmas denominados de *cultura geral* ou educação humanística que amedrontam quaisquer mudanças e reformas, demonstrando que a possibilidade de qualquer alteração veemente pode resultar na destruição da civilização humana e cristã.¹⁰

Evidencia-se, dessa maneira, uma vasta gama de discussões em torno do ensino no Brasil.

Dificuldades de acesso ao ensino público e nivelamento em instituições privadas são questões que necessitam de aprofundada reflexão para que se possam avaliar as reais dificuldades dos estudantes na aquisição/construção de conhecimento, seja nas modalidades fundamental, médio e superior.

Em concordância com a Unesco- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Ansarah (2002, p.15) apresenta que se entende por educação superior “todo tipo de estudos, treinamento, ou formação para pesquisa no nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado”.

Tendo em vista que a educação é um direito humano, inclusive apresentada na Carta Magna Brasileira, capítulo II, artigo 6¹¹, tem-se como pressuposto que ter o conhecimento de algo ou saber fazer algo, surge justamente da necessidade implícita à cada indivíduo. De acordo com Freire (1993, p.20):

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem sua finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza *não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais*. A educação e a formação permanente se fundam aí.

Nesse bojo, vertentes como a estamental e a psicanalítica, fortemente abordadas por Coelho (2003), embora relacionadas à legislação penal, neste momento apresentam-se adaptadas à educação, estando a primeira inteiramente relacionada à divisão de classes

¹⁰ Ler mais em Educação não é privilégio. Anísio Teixeira (1994).

¹¹ São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados na forma desta Constituição.

sociais, onde os mais abastados têm melhores condições de acesso à educação de qualidade, enquanto os menos abastados acabam por ser preteridos no sobredito acesso. Já a vertente psicanalítica está relacionada à criação de ideologias não necessariamente passíveis de realização (MATUMOTO *et. al.* 2006).

Assim, ambas procuram promover formas de se analisar substancialmente questões reais da atividade educacional na atualidade. Eis que toma surgimento um novo tempo, no qual a importância não se limita apenas ao consentimento de obrigação política ao acesso à educação, mas em um dever sócio-cultural de inclusão das camadas mais desprovidas e discriminadas que, muitas vezes, sequer têm a possibilidade de adquirirem um mínimo de conhecimento, buscando por consequência, outras formas de se ganhar a vida, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, estabelecendo, a *posteriori*, suas relações sociais.

No entanto, apresenta-se a necessidade de transformação significativa, que possa trazer algo que favoreça todas as classes sociais.

De acordo com Flores (2006, p.7), a própria sociedade exerce papel de propiciadora de mudanças na educação, sendo que a recíproca não deixa de ser verdadeira, ou seja,

As transformações nas relações econômicas, políticas e sociais que ocorrem em nível mundial têm destacado a centralidade da educação por potencializar a empregabilidade de um enorme contingente de pessoas que estão à margem do mercado de trabalho, possibilitar o aumento da produtividade e promover cidadania.

Dessa forma, pode-se averiguar a potencialidade da educação e sua representatividade na vida do ser humano, uma vez que o conhecimento objetiva transformar uma sociedade, a qual almeja novas e constantes mudanças e ambientes favoráveis ao desenvolvimento humano, social e cultural: uma questão de desenvolvimento intelectual sociológico.

Há de se observar, entretanto, as próprias questões educacionais, uma vez que necessitam ser submetidas à reflexões sobre possíveis reformulações de propostas essenciais para que possibilitem o acesso a todas as classes sociais, já que se trata de um direito do ser humano e não apenas um desejo ou mero interesse.

Deve ser apontado ainda, o fato de que as novas reformas político-pedagógicas não deixam de afirmar e explicitar a necessidade evidente de inclusão social de todos os estudantes ao ensino.

Considerando o pensamento de Florestan Fernandes, Flores (2006, p.01):

O ser humano é parte da natureza, e sua humanização se faz pela cultura, isto é, através da educação, do trabalho e de outros meios. Essa humanização não atingiu os setores expoliados, oprimidos, pobres da sociedade, os quais não chegaram a criar uma identidade profunda com a educação a não ser em algumas áreas da sociedade... E sem essa educação de primeira qualidade, a imaginação é pobre e incapaz de dar ao homem instrumentos para transformar o mundo.

Seguindo o presente raciocínio é que se dá a importância a uma análise sociológica fundamentada em dados apresentados por órgãos federais, que apontam certo grau de dificuldade de acesso dos alunos ao ensino em suas diversas etapas, seja fundamental, médio e superior, atentando-se aos expressivos números que culminam no desenvolvimento de novas propostas de reformulação do ensino nacional.

Nesse diapasão, acaba-se por afirmar que as questões inerentes à educação deixam de ser somente responsabilidade política e passam a ser uma obrigação social do desenvolvimento intelectual e humano da sociedade, buscando-se formas inclusivas para ascender o direito a todos, evidenciando-se que não se deve atribuir à educação responsabilidades políticas apenas, mas sociais, embora a política esteja indissociada aos aspectos políticos.

Assim, não deixa de ter importância discorrer sobre as vertentes estamental e psicanalítica que permeiam a realidade educacional nacional dos impasses criados pelo planejamento didático pedagógico e suas carências no âmbito da inclusão social no campo do conhecimento da educação superior nacional, apontando as reais necessidades de acesso dos alunos ao efetivo ensino, conteúdo incontestado de cidadania.

Cabe inclusive apresentar uma crítica às políticas de acesso ao ensino por parte da população brasileira. Pode-se vislumbrar que o panorama geral da atual situação das Instituições de Ensino Superior no Brasil, bem como a ordem cronológica e dados referentes ao aluno que, por situações diversas, realizam o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas e acabam migrando para as IES privadas, sendo que os alunos que realizam o mesmo trajeto em escolas particulares migram para IES públicas, o que não deixa de representar uma inversão no ensino no país.

1.1.1 A situação demográfica do ensino superior nacional

Muito se discute sobre a expansão da educação em nível superior no Brasil e em todos os níveis de ensino, o que permite uma conclusão que o agravante não é existente somente junto aos cursos de Turismo e/ou Hotelaria, foco do presente trabalho.

Segundo Algebaile (2007, p.93), tal expansão encontra-se:

Respalhada por quatro fatores que, no nosso entender, merecem destaque entre outros tantos, como: o atendimento às demandas emergentes da sociedade civil; o desenvolvimento de políticas públicas de governos que vêem na educação o *carro chefe* das políticas sociais; a necessidade de uma cada vez maior especialização do trabalhador em busca de maior grau de *empregabilidade* e, ainda, a incorporação de programas de organismos internacionais para países periféricos do capitalismo, como o Brasil.

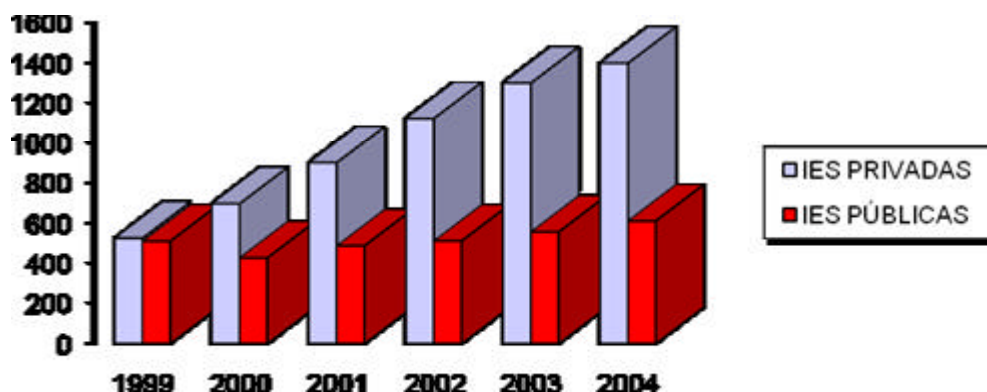
Dentre todas as abordagens, evidencia-se principalmente um crescimento exacerbado na oferta de cursos em Instituições privadas. A busca pela formação superior é realidade e resulta de diversos projetos que visam combater o analfabetismo, que incentivam a educação inclusiva, além de reformas pedagógicas. Não se pode furta o fato, por exemplo, da existência de um processo educativo virtual, denominado *Educação a distância*.

Cotejando o panorama supracitado, o crescimento ou expansão do ensino superior nacional, bem como seu acesso, podem ser comprovados e analisados pelos censos educacionais promovidos por órgãos governamentais como o MEC- Ministério da Educação e INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais¹². Com relação à historiografia da expansão dos cursos em nível superior no Brasil, pode-se citar estudo desenvolvido por Cunha, onde, de acordo com Algebaile (2007), foi dividido em 03 períodos, sendo o primeiro denominado *Universidade Temporã* (que compreende o período da Colônia à Era de Getúlio Vargas- 1945), o segundo *Universidade Crítica* (correspondendo ao período de 1954 a 1964) e o terceiro momento com denominação de *Universidade reformada* (caracterizada pelo golpe militar de 1964 e a modernização conseguinte do ensino), o que leva à percepção de uma constante expansão do ensino no Brasil.

Dessa forma, visualiza-se na ilustração abaixo, o claro crescimento das Instituições Nacionais no país entre os anos de 1999 e 2004, crescimento este que ultrapassou 100%. Evidencia-se ainda, que tal crescimento não foi acompanhado pelas Instituições Públicas.

Figura 1- Crescimento das Instituições de Ensino no Brasil entre os anos de 1999 e 2004.

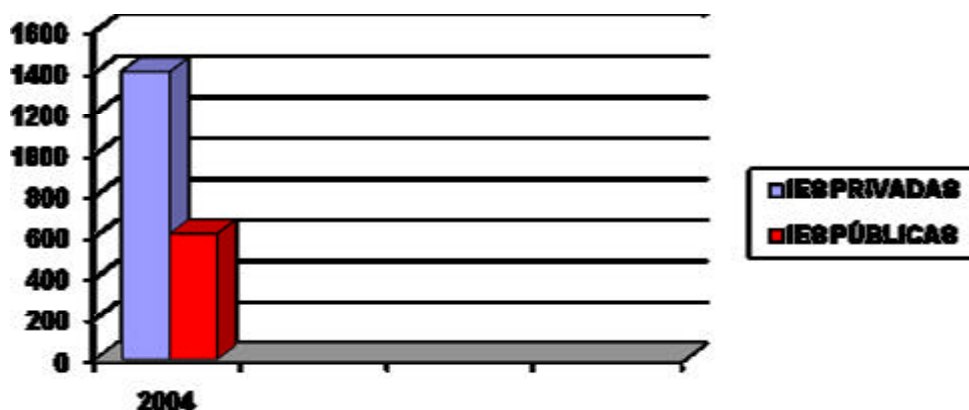
¹² Quando foi realizada a presente pesquisa o atual Censo Educacional do MEC/INEP do ano de 2006 ainda não havia sido publicado.



Fonte: EDUDATABRASIL/INEP (Disponível: [http:// www.edudatabrasil.inp.gov.br](http://www.edudatabrasil.inp.gov.br), acessado em 15/09/2008).

Não se pode deixar de apontar que o referido crescimento tem auxiliado na distribuição do número de Instituições atualmente instaladas no território nacional. O censo realizado em 2004 aponta que, no Brasil, há um total de 612 Instituições Públicas e 1.401 Instituições Privadas, o que é abaixo apresentado.

Figura 2- Panorama das Instituições de Ensino Superior no ano de 2004.



Fonte: EDUDATABRASIL/INEP (Disponível: [http:// www.edudatabrasil.inp.gov.br](http://www.edudatabrasil.inp.gov.br), acessado em 15/09/2008).

Diante do exposto, comprova-se uma existência superior de instituições privadas em relação às públicas, o que acaba por comprovar que são poucos os investimentos por parte do Governo Federal para a educação superior no Brasil. No entanto, a facilidade oferecida pelo Governo Federal em anos anteriores, que contribuiu para a abertura de Instituições Privadas,

subsidiadas a oferecer o ensino superior, levou a uma considerável queda na qualidade do ensino, exatamente consequência da não constante e contundente avaliação do nível do ensino.

Percebe-se que o grau de exigência tem aumentado por parte do MEC e, assim, algumas dessas instituições privadas, que de alguma maneira não se enquadram ao perfil desejado, acabam por encerrar suas atividades, visto a oferta de um ensino inferior ao estabelecido nas reformas pedagógicas e curriculares.

O que não se deve desconsiderar é o fato do Brasil ainda estampar uma certa dificuldade no acesso à educação e uma grande evasão ocasionada por diversos motivos, embora exista uma aparente proliferação de ofertas de cursos.

Daí é que se clarividência, mais uma vez, o fenômeno da vertente estamental, onde ainda, de acordo com Matumoto *et. al.* (2006) representa a hierarquia da oportunidade que se inicia em ofertas abundantes aos mais abastados (minorias populacionais brasileiras), capazes de se comprometerem com elevados valores de um bom ensino fundamental e médio, ingressando conseqüentemente em instituições de ensino superior públicas, terminando em ofertas escassas para não se utilizar do termo inexistente, aos menos abastados (maioria da população brasileira).

Tal população, por não poder assumir financeiramente um ensino fundamental e médio de qualidade, acaba sendo direcionada às Instituições de Ensino Superior privadas, que também são completas e titulares de excelência quanto às exigências da política Educacional do país, mas que por possuírem processo seletivo menos concorrido, acabam propiciando um ingresso mais facilitado e uma evasão escolar de maior relevância.

Essa inversão de valores educacionais passa a ser considerada uma incógnita da educação brasileira abordada.

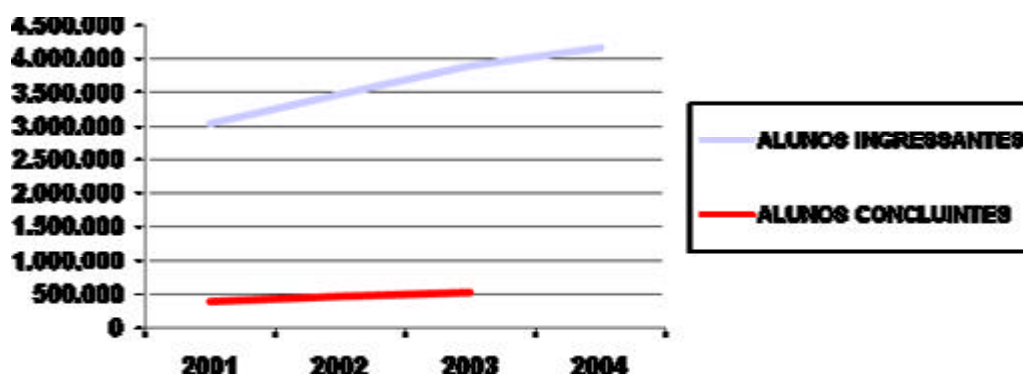
Um levantamento do MEC demonstra um retrato da injustiça no país. Em cursos como Medicina, Odontologia e Direito, os quais ocorrentemente são os mais disputados, apenas poucos alunos advindos da escola pública têm a oportunidade de conquistar uma vaga, assim como outros cursos como Comunicação Social, Engenharia Civil e Medicina Veterinária, que, atualmente, visto as características de remuneração de profissionais e as novas oportunidades de mercado, estão em ascensão no índice de procura pelos candidatos. A visível inversão impede, sobremaneira, o crescimento do ensino superior brasileiro e o aumento de universitários no Brasil, sendo que apenas 20% dos jovens brasileiros frequentam uma Instituição de Ensino Superior, dado irrisório se comparado com alguns países vizinhos como

o Chile (43%) e o Peru (32%), ou com outros países, como Coréia do Sul (89%) (MATUMOTO *et. al.* 2006).

É bastante claro o fato de que o problema da inversão do acesso ao ensino superior atinge diretamente um ponto crucial e, de extrema importância, a evasão escolar, a qual os alunos das classes mais carentes, por terem maiores facilidades de ingresso nas instituições privadas, acabam por não concluírem o curso superior, justamente por não possuírem poder aquisitivo suficiente para arcar com as despesas das altas mensalidades cobradas pelas mesmas.

Ao se comparar dados levantados pelo INEP no ano de 2004, que apontam que 3.030.754 alunos ingressaram no ensino superior no ano de 2001, sendo que apenas 528.223 alunos concluíram o ensino superior em 2003, vislumbra-se uma evasão escolar de extrema relevância, o que pode ser facilmente constatado.

Figura 5- Alunos ingressantes e concluintes no Ensino Superior no Brasil.



Fonte: EDUDATABRASIL/INEP (Disponível: <http://www.edudatabrasil.inp.gov.br>, acessado em 15/09/2008).

Já uma pesquisa efetuada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de acordo com Algebaile (2007, p.102), apontam que:

[...] o ensino superior no Brasil ainda continua atendendo a um pequeno percentual da população escolarizável. As matrículas correspondem a apenas 10,4% da faixa de pessoas entre 18 e 24 anos, em todo o país, e a 14,7%, no estado de São Paulo. Nas várias regiões brasileiras há grande diversidade de cobertura, a mais baixa de todas verificando-se no Nordeste, com uma taxa de 5,1%.

A mesma autora coloca que no ano de 2001, as matrículas no ensino superior corresponderam a 5,38% do número de alunos existentes no Brasil (ALGEBAILLE, 2007).

Sabe-se que algumas regiões brasileiras possuem altos índices de desenvolvimento de Instituições de Ensino. Analisando-se os dados do INEP¹³, buscou-se averiguar a distribuição dessas instituições pelos estados brasileiros. Os números não deixam de ser interessantes. Em todo o território nacional, no Estado do Rio Grande do Sul estão concentradas 83 (4,13%) dessas instituições, como também no Estado de Santa Catarina estão 94 (4,67%) e no Estado do Paraná, estão 158 (7,84%) das instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, assim totalizando 355 (16,64%) das mesmas, somente na região Sul do Brasil. Já na região Sudeste, destaca-se que no Estado de São Paulo há 504 (25,04%) instituições, no Estado do Rio de Janeiro 118 (5,85%), no Estado de Minas Gerais 289 (14,35%) e, no Estado do Espírito Santo 90 (4,48%) instituições de ensino superior, totalizando uma das maiores porcentagens de distribuição do país, ou seja, 1.001 (49,72%) instituições. Seguindo esse panorama, na região Centro-Oeste tem-se: no Estado do Mato Grosso do Sul 41 (2,04%) instituições, no Estado do Mato Grosso 47 (2,33%) instituições, no Estado de Goiás 61 (3,05%) instituições e, no Distrito Federal 66 (3,28%) instituições, dentre todas totalizando 215 (10,67%) instituições de ensino superior na região. Entretanto, tomando-se como exemplo a região Norte do País, evidenciam-se os seguintes dados: no Estado do Tocantins 23 (1,14%) instituições, no Estado do Acre 07 (0,35%) instituições, no Estado do Amazonas 18 (0,86%), no Estado do Amapá 11 (0,55%), no Estado do Pará 25 (1,25%), no Estado de Rondônia 22 (1,10%), no Estado de Roraima 12 (0,60%) instituições de ensino superior, totalizando 118 (5,85%).

Por fim, ainda de acordo com os dados do INEP, mister apontar a região Nordeste, onde se tem: no Estado da Bahia, 99 (4,93%) instituições, no Estado do Alagoas, 24 (1,10%), no Estado do Ceará, 42 (2,09%), no Estado do Maranhão, 21 (1,02%), no Estado da Paraíba, 28 (1,41%), no Estado do Pernambuco, 77 (3,90%), no Estado do Sergipe, 11 (0,55%), no Estado do Rio Grande do Norte, 16 (0,79%), e no Estado do Piauí, 26 (1,30%) instituições de ensino superior, totalizando um total de 344 (17,09%).

Dessa forma, conclui-se através dos dados relatados que a situação das regiões brasileiras no que concerne à distribuição das Instituições de Ensino Superior, tanto públicas

¹³ EDUDATABRASIL/INEP (Disponível: <http://www.edudatabrasil.inp.gov.br>, acessado em 15/09/2008).

quanto privadas em seus diversos segmentos, ou seja, universidades, faculdades e centros universitários (federais, estaduais e municipais) não deixa de ser *problemática*.

Tratar o ensino em qualquer que seja seu nível é tarefa que exige constância e acompanhamento continuado, uma vez que o ingresso à escola não é ação final. Há que se considerar a relação acesso à educação *versus* permanência na escola. Questões relacionadas à evasão escolar são fortemente abordadas e não deixam de ser realidade, em especial no ensino privado.

Analisando a última década, percebe-se uma certa evolução no ensino superior. Tal evolução pode ser percebida através das reformas realizadas tanto no campo educacional quanto na estruturação de qualificação de profissionais e no crescimento de novos investimentos nesta área. Evidentemente, essas mudanças pouco alcançaram em relação às metas propostas pelo Governo Federal sobre a inclusão social das classes mais baixas ao ensino superior, ou seja, cotas para negros, por exemplo, resultam em massivas discussões por parte da sociedade, que reivindica que esse método de inclusão possa ser discriminatório.

Ao mesmo tempo em que se vê um crescimento exacerbado nas preocupações com o ensino, também se vê um descumprimento por parte das autoridades em fornecer o mínimo de infra-estrutura básica para que todas essas propostas sejam eficazmente aplicadas na íntegra. Existem projetos magníficos para a qualificação de educação em nosso país, embora na prática nem sempre aconteçam.

É o que se pode tratar pela alcunha científica da vertente psicanalítica, ou seja, de acordo com Matumoto *et. al.* (2006), perfaz-se como vertente psicanalítica a situação de indução ou engano a que se propõe às pessoas do povo pelas autoridades educacionais, o que significa dizer que, diante dos dados oficiais apresentados, denota-se que visivelmente as questões no âmbito da educação no ensino superior até parecem ir bem, sendo que na realidade seguem em direção ao negativo, tendo em vista que acessar a uma faculdade ou a uma universidade não significa permanecer naquela instituição.

Nesse mesmo diapasão preleciona o ex. Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que, mencionado no Diário do Senado de novembro de 2004, afirma que a educação no Brasil é filme bom, porém uma fotografia ruim, ou seja, as reformas educacionais propuseram ótimos projetos didáticos de ensino, qualificação do quadro docente, reestruturação dos currículos buscando a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e o multiculturalismo, esses, por sua vez, buscando maior integração entre os conteúdos, além de promover o aumento da integração aluno/professor.

Entretanto, a ferramenta essencial para que isso tenha ocorrência parece inexistir, ou seja, há poucas instituições no Brasil, principalmente as públicas, que possam angariar artifícios para que seus objetivos sejam realizados. Em outras palavras, não há escola suficiente para que tenha efetividade no processo de ensino-aprendizagem a uma população na maioria das vezes carente, o que leva à uma evidência de uma inversão no processo da educação Brasileira. Alunos que por direito poderiam estar frequentando Instituições Públicas, nas quais as verbas partem e são subsidiadas pelos contribuintes, infelizmente, não se efetiva na prática, ou seja, uma pequena parcela da sociedade brasileira, a qual prepara seus filhos em um ensino de base de qualidade, contribuem ao fato de esses, com mérito, alcançarem os bancos almejados pela parte da sociedade menos abastada.

Em consequência, surge a expansão de Instituições de Ensino Privadas que aproveitam a própria situação para oferecer ensino que muitas vezes não se enquadram aos parâmetros mínimos exigidos pelos órgãos do poder público, fiscalizadores da educação nacional.

Não se pode generalizar, porém, tal situação, uma vez da existência de inúmeras Instituições de Ensino Privadas que, de forma idônea e perspicaz, assumem a responsabilidade de formar profissionais de qualidade atendendo às expectativas e necessidades do mercado de trabalho.

Na verdade, atenta-se para a formação profissional dessa grande parcela, muitas vezes desprovida de recursos, que se utiliza de Instituições de Ensino Privadas, as quais facilitam o ingresso dos alunos, uma vez que os relacionam como números e cifras, embora não se adequem à oferta de infra-estrutura básica necessária para a realização das aulas e na formação de profissionais aptos a exercerem sua profissão.

Ainda, analisando-se por um outro viés, cabe a menção de que em virtude do ensino de base encontrar-se desestruturado por se tratar de escolas públicas, que hoje se encontram inadequadas, com diversos problemas em seus quadros docentes, recursos financeiros, capacitação, processos de reformas pedagógicas etc., a própria Instituição de Ensino Superior Privada assume o dever de nivelar o ensino pelo próprio fato dos alunos adentrarem ao ensino superior desprovidos do conhecimento básico, o qual deveria haver sido adquirido nas escolas de ensino fundamental e médio, dificultando o processo de ensino-aprendizagem nas mesmas. Desta forma, acabam por comprometerem a qualificação profissional dos alunos, futuros profissionais do mercado.

Destaca-se, em virtude dos fatos ora abordados, que muitas dessas instituições privadas tornam-se tecnicistas apenas preocupadas na transmissão dos conteúdos, muito além de instigar e propiciar ao acadêmico a visão crítica, aliando aos ensinamentos e vivência dos

docentes à prática desenvolvida durante o processo ensino-aprendizagem, ampliando os objetivos profissionais de qualificação para o mercado competitivo.

A qualificação profissional, contudo, é imprescindível para a competitividade e qualidade nos diversos serviços ofertados pelo mercado, propiciando a ascensão nos ambientes de trabalho em suas diversas modalidades e áreas de atuação.

Inúmeras empresas buscam, cada vez mais, a mão de obra qualificada, necessidade que muitas vezes não são atendidas pela inexistência de qualificação da Instituição de Ensino que não preparou adequadamente seu quadro estudantil.

Portanto, pode-se analisar que o ensino-aprendizagem brasileiro é um visível retrospecto diante dos acontecimentos e da forma que o próprio ensino se moldou, ou seja, tem se desenvolvido, porém carregando consigo características do passado. Alunos com recursos financeiros para cursarem Instituições de Ensino Privadas ocupam vagas dos que não apresentam ou constituem a mesma realidade, assim buscando tais instituições pela facilidade de acesso.

Notavelmente a injustiça é tratada de forma *dentro da normalidade* pelos órgãos provedores do ensino público brasileiro. Veem-se as dificuldades como algo irreparável quando, por obrigação, deveriam efetivar na prática os grandiosos projetos de reformas pedagógicas muitas vezes arquivados em uma gaveta.

Contudo, dentre todas as questões apresentadas, não se pode deixar de mencionar que, infelizmente, não é de responsabilidade da sociedade a iniciativa para a implantação desse novo sistema, mas de órgãos competentes. Cabe à sociedade a persistência nas reivindicações de melhoria do ensino, buscando atenuar as injustiças hoje sofridas por essa grande parcela de pessoas carentes de ensino e de outras necessidades intrínsecas à sobrevivência da raça humana.

Não distante de toda a situação apresentada, encontram-se os cursos de formação em Turismo e/ou Hotelaria, também ofertados em instituições privadas e públicas, hoje com estruturas curriculares que permitem uma formação rápida ou convencional, muito além da existência de cursos técnicos voltados aos indivíduos com necessidades de formação estritamente prática e urgente.

Para que o presente trabalho, cujo foco principal é o desenvolvimento de uma discussão em torno da estrutura curricular de referidos cursos, tendo como objeto de estudos duas universidades do Estado do Paraná, seja desenvolvido, fazem-se necessárias algumas colocações e apontamentos em torno dos conceitos inerentes à prática do Turismo.

CAPÍTULO II

O TURISMO, O ENSINO EM TURISMO NO BRASIL E A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

2 O TURISMO, O ENSINO EM TURISMO NO BRASIL E A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O segundo capítulo do presente trabalho, já inserido na problemática do trabalho, apresenta algumas conceituações em torno do Turismo, enfatizando a formação e o currículo dos cursos de Turismo e/ ou Hotelaria no Brasil, tendo como premissa as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo, que servem de base para o desenvolvimento da atividade educacional superior na área.

2.1 Turismo: definições e considerações

Considerando que o fenômeno do *Turismo*, especificamente como prática, teve início pontuado em meados do século XIX, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, advindo da Revolução Industrial¹⁴, especialmente no que tange aos meios de transporte de massa. Somente após a criação e aprimoramento das estradas de rodagem, meios de transporte e hospedagem, que o turismo alavancou-se e perfez-se numa atividade socioeconômica relevante.

Mesmo anteriormente a esse período, ainda na Europa, milhares de pessoas já se interessavam pelos renomados *spas*¹⁵ e até se arriscavam em longas travessias oceânicas feitas, naquela época, pelos ainda e praticamente *desconhecidos* navios a vapor.

As características presentes nesses primeiros deslocamentos já pautavam um elemento intrínseco ao Turismo, marcado por seu dinamismo, pois a atividade turística caracteriza-se por constantes transformações. Segundo Lord Curzon¹⁶(apud BENI, 1998, p.17) :

O turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua, mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma viagem com destino sempre à frente, mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros.

Insta cunhar que, apesar de ser uma área de atividades relativamente nova, o fenômeno do Turismo é considerado expressivo tema de discussões em projetos empresariais e estudos

¹⁴ Delimitada por Avena (2006, p.09) em três períodos: meados do século XVIII (primeira Revolução Industrial), fins do século XIX (segunda Revolução Industrial) e os anos de 1930 (terceira Revolução Industrial).

¹⁵ Spas- do inglês, Estância Termal .

¹⁶ Lord Curzon (1859-1925)- Governador Geral da Índia.

acadêmicos. Daí a importância de encará-lo como fato social, podendo ser visto dentro das determinações econômicas, políticas, culturais e sociais de uma localidade.

Com toda sua vastidão, possibilidades epistemológicas, peculiaridades e axiologias, não se deve simplesmente ignorar o fato de que tal fenômeno é visto como o grande gerador de rendas à economia mundial e empregador de pessoas, além de ser idealizado como o ramo de atividade capaz de salvar e reestruturar a economia de um país ou local específico. De acordo com pesquisas feitas por órgãos da área do Turismo, no ano de 2002 o Turismo contribuiu diretamente com um aumento de 2,5% no PIB nacional.¹⁷

Mota (2001, p.42) afirma que:

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Sancho (2001, p.35) apresenta que:

Existe um amplo debate acadêmico sobre o que é exatamente o turismo, que elementos o compõem e quem deve ser considerado turista, o que originou múltiplas definições, cada um delas destacando diferentes aspectos da mesma atividade. Nesse sentido, cabe afirmar que não existe definição correta ou incorreta, uma vez que todas contribuem de alguma maneira para aprofundar o entendimento de turismo. No entanto, é necessário criar um marco conceitual que atue como ponto de referência para que outra coisa possa laborar boas estatísticas turísticas internacionais, pois, com a grande pluralidade de sistemas estatísticos que existem atualmente, torna-se difícil expressar a importância da atividade turística em toda sua amplitude.

Assim, ao se levar em consideração uma análise do conceito, constata-se que em alguns pontos os diferentes autores e pesquisadores abordam ideias que chegam a divergirem. Mesmo assim, sua essência não deixa de perpetuar entre todas elas.

Urge ressaltar que a busca pelo turismo apareceu concomitante ao surgimento da busca pelo lazer, ao passo que ele atinge pessoas de diferentes idades, personalidades, posições sociais, ocupacionais e localidades.

Trabalhando nesse sentido, Stanley Parker (1978, p.13) questiona:

¹⁷ Dado resultante do estudo feito pela Conta Satélite do Turismo no Brasil, elaborado pela FIPE para a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) em 2002. Leia a matéria na íntegra na revista Turismo em Números, produzida pela SINDETUR (Sindicato de Turismo), ano 2, edição de número 21/2003, p.3.

É realmente possível medir o lazer? Os críticos talvez argumentem que o lazer não tem qualquer método-padrão de medida e que tais tentativas podem, na verdade, estar medindo outra coisa. Se o lazer for concebido enquanto experiência do indivíduo, é difícil aplicar qualquer definição padrão para propósitos de medida. Mesmo com o lazer concebido residualmente como tempo livre, o problema não se resolve. A própria idéia de tempo livre é enganosamente simplista, e como observa Berger, *se a Sociologia nos ensinou alguma coisa, foi que tempo algum é livre de coações normativas*, o que trabalho é para alguns, é lazer para outros.

É interessante constatar a superposição das idéias de lazer e trabalho; o passo mais importante a ser dado em busca da definição é explanar o significado de cada um dos termos citados acima. De acordo com o *Dicionário básico da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1984), lazer seria assim definido: “Lazer: [Do lat. *Licere, ser lícito* [...]. S. m. Ócio, descanso, folga, vagar.”

Já o vocábulo ócio, apontado como sinônimo, apresenta a seguinte definição:

Ócio: [Do lat. *Otio*] S.m. 1. Descanso do trabalho; folga, repouso. 2. Tempo que se passa desocupado; vagar, quietação, lazer, ociosidade. 3. Falta de trabalho; desocupação, inação, ociosidade. 4. Preguiça, indolência, moleza, maldice, ociosidade. 5. Trabalho mental ou ocupação suave e agradável.

Embora o tempo fora do trabalho seja tão antigo como o trabalho em si, a definição do lazer só teve sua ascensão na sociedade do Período Industrial.

A relação *homem/trabalho/tempo livre* resulta de revoluções determinantes, pontuadas no período industrial e que transcenderam à atualidade (período pós-industrial), sendo o trabalho, no período pré-industrial, concebido como um fator masculino e positivo, enquanto o tempo de vida era caracterizado pelo ambiente doméstico e feminino, conseqüentemente negativo, originando dessa forma, uma dicotomia entre casa e negócio, vida e trabalho, universo masculino e feminino. Aspectos da sociedade industrial ressaltavam a necessidade de maior vivência do trabalho às próprias relações familiares e afetivas. Porém, as sociedades industriais e pós-industriais (caracterizadas pelo desenvolvimento tecnológico) surgiram por um progresso decorrente de diversas crises, fossem fundamentadas pela política, sociedade, afeto, intelecto, técnicas etc., responsáveis, sobretudo, pelo próprio surgimento de novos valores, em especial o interesse pelo tempo livre. Dessa forma, todas as mudanças ocorridas nas relações existentes entre o homem, seu trabalho e o tempo livre permitiram que as viagens

de lazer surgissem como o advento de diversos equipamentos, entre os quais merecem apontamento os meios de transportes (AVENA, 2006).

Salomão (2000), com relação a Charles Fourier, utopista francês do final do século XIX, menciona que o trabalho não deve estar dissociado do lazer, podendo ser fonte de atração e prazer, muito embora tenha a característica de encarar com repugnância o trabalho realizado na sociedade industrial da época.

Na Europa, o primeiro panfleto a favor do lazer na classe operária foi produzido por Paul Lafargue em 1883. Genro de Karl Marx, Lafargue elaborou a primeira apologia da *preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes*, em sua obra *Direito à Preguiça*.

Atualmente, a sociologia define lazer como sendo um grupo de atividades de caráter pessoal, associadas a uma doutrina desinteressada.

Englobando do turismo à arte, o lazer permeia pela culinária, viagens de férias, passeios, teatro, cinema, restaurantes, parques de diversões etc.

É ainda encontrado em atividades caseiras como: jogar vídeo *game*¹⁸, ouvir música, convidar amigos para um jantar.

No século XX, o lazer e o turismo tornaram-se atividades de massa, trazendo à tona muitas oportunidades e uma visão de novos negócios, e passaram a ser objeto de investimentos e administrações profissionais. Após a Segunda Guerra, os referidos *novos negócios*, atingiram um patamar de crescimento, fazendo com que, de certa maneira, fossem denominados de *indústria*.

As indústrias do lazer e turismo estão hoje entre as campeãs de crescimento e reconhecimento, sendo até consideradas as mais promissoras do mundo, com sede constante de profissionais devidamente qualificados impregnados de habilidades específicas voltadas ao bem servir.

A Indústria do Turismo, em especial, por toda sua complexidade, vem sendo denominada de Fenômeno do Turismo.

Nesse silogismo, verificou-se que foi na busca do lazer que as pessoas começaram a se interessar por viagens e passeios, peças fundamentais e influenciadoras na criação de empresas especializadas, bem como mão-de-obra preparada em atender à demanda exigente.

¹⁸ Game: Do inglês, jogo.

Da existência de uma demanda é que se percebeu a necessidade de *formação de profissionais* aptos a atuarem com atividades inerentes à prática do turismo, em suas mais diversas modalidades.

Pela própria recente condição de sua existência e pela não existência de sua regulamentação, a formação em turismo, com suas características emergentes, possui conhecimentos muito fragmentados (GOELDNER, 1988), o que é confirmado por Antunes *et al.* (2005, p.3), quando este afirma que:

Dada a grande complexidade e abrangência das atividades relacionadas ao segmento e, por ser uma área de interesse acadêmico e científico relativamente nova, ainda padece da escassez de estudos específicos para articular seu *corpus* de conhecimento de modo a permitir uma definição precisa para um perfil profissional condizente com as tendências turísticas mundiais e principalmente tendo como norte, as características regionais dos mercados onde atuarão esses profissionais.

Amoah e Baum (1997) esclarecem que as práticas do turismo são intensivas em mão-de-obra e objetivam propiciar algum tipo de sobrevivência, vantagem competitiva, disponibilidade de pessoas qualificadas, com capacidade de gerir um negócio ou produto turístico. E, ainda, sendo uma atividade diversificada, característica básica do perfil profissiográfico¹⁹ do turismólogo, torna-se, sobremaneira, difícil a criação de programas capazes de atender a diferentes públicos.

A própria multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da área geram desafios a serem enfrentados na formação discente, visto a vasta atuação comum ao setor, representada por: gestão e liderança de organizações turísticas, bem como hoteleiras; desenvolvimento de projetos relacionados a aspectos históricos-culturais, visando a preservação dos mesmos em benefício da sociedade; busca pela sustentabilidade da atividade turística, principalmente quando conectada ao meio ambiente; viabilização de planos de viagem (seja através dos meios de transporte, serviços de hospedagem e receptivos); funcionalismo público, docência no ensino superior, organização e execução de eventos, atividades relacionadas aos alimentos e bebidas, etc.

Sobre tal relação, Rodrigues (apud TOMELIN, 2001, p.33-34) diz:

¹⁹ Conforme Matumoto, Professora da cadeira de Ética na Docência do Ensino Superior, curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Docência no Ensino Superior, é um “conjunto de competências e habilidades que as Instituições de Ensino Superior pretendem ver realizadas em seus acadêmicos, para que os mesmos possam ser agentes de efetivação real do(s) objetivo(s) geral(is) de seus Projetos Políticos Pedagógicos. É um dizer para quê e para quem os seus futuros profissionais serão formados”.

A Universidade tem um compromisso com a formação cultural e humanística do jovem, além dos ensinamentos de ordem profissional. A escola não será a empresa e nem terá a sua praticidade, assim como a empresa não tem as funções da escola. Preparar culturalmente e dar fundamentação às práticas empresariais é responsabilidade da Universidade [...].

A tendência das Universidades é de formar seus alunos culturalmente, humanisticamente e prepará-los para situações práticas e empresariais da área o mais próximo da realidade possível, o que de alguma forma foi por muito tempo encarado como ameaça por parte dos então atuantes empresários, denominados profissionais do turismo, que custaram a aceitar a inserção dos recém formados, críticos e preparados pelas Escolas Superiores de Turismo e/ou Hotelaria do país.

Na atualidade, a ascensão vertiginosa da atividade turística, fato que ocorre em escala global, resulta na maior segmentação do setor e na exigência de qualificação profissional o que, indubitavelmente, propicia e, de certa forma, induz a uma especialização em torno da área. O surgimento dos cursos de graduação insere-se nesse contexto, quase que de frenesi, em torno da propalada abrangência e potencialidade do turismo. Assim, pode-se afirmar que uma característica do Ensino do Turismo no Brasil é o aumento quantitativo dos Cursos de Turismo e o surgimento de cursos relacionados com área, suprimindo a crescente necessidade de especialização e segmentação (BATISTA, 2004).

Neste sentido, cabe destacar, que a introdução do curso de Turismo no Brasil remonta ao ano de 1971, quando a Faculdade de Turismo do Morumbi criou seu primeiro curso de graduação. Após um breve período, a ECA²⁰ também passou a oferecer o curso. O período seguinte foi representado por uma crescente oferta do curso²¹, quase que exclusivamente nas instituições de ensino superior privadas e que ocorriam em consonância, temporal e cronológica, com a crise na oferta de vagas das universidades públicas. Segundo Joseneide Franklin Cavalcante (2000, p.11),

²⁰ ECA - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP. Ressalta-se que no âmbito das Universidades esse foi o primeiro curso a ser oferecido, em 1973.

²¹ Culminando numa proliferação acentuada e desordenada, em especial, a partir da segunda metade da década de 1990. (Ver: Rejowski, 1996). Segundo dados da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e de Hotelaria - ABDETH, na década de 90, o número de cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria cresceu cerca de 900%.

Em 1974 [...] 63% das universidades eram públicas e 78% dos estabelecimentos isolados eram privados. Hoje, apenas 7% das universidades são públicas e 73% das instituições não-universitárias de ensino superior são privadas, ou seja, enquanto o número percentual de instituições não-universitárias privadas se manteve no patamar acima de 70%, o número de universidades públicas baixou para um patamar inferior a 10%, representando uma queda de 56%.

Compreende-se, dessa forma, que a graduação de Turismo e/ou Hotelaria constitui-se em um retrato das principais alterações que ocorreram no Ensino Superior, principalmente nas duas últimas décadas, a saber: a crise de vagas nas universidades públicas; o advento de novos cursos de graduação, sob a pressão do mercado trabalho; e o crescimento extremamente acentuado da oferta de vagas nas universidades privadas.

Bonfim e Freitag (1995) abordam o fato da educação pública e gratuita no Brasil ser considerada um grande desafio aos governantes, independentemente de dados, como: região geográfica e poder aquisitivo da população, pois as dificuldades no setor educacional público grassam por todo o país. Os problemas da educação pública foram agravados por iniciativas parciais e/ou ineficazes. Na década de 60, o governo militar, buscando amenizar os problemas do setor, criou um projeto ufanista denominado *Brasil, grande potência* e mais recentemente, a solução encontrada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para atender a demanda por vagas, foi promover e permitir a expansão do Ensino Superior Privado. As medidas paliativas, no que tange o ensino superior gratuito, somente deslocaram parte do problema da esfera pública para o setor privado.

A expansão das graduações de Turismo e/ou Hotelaria²², constitui-se em uma problemática bastante complexa, pois, além do grande número de vagas ofertadas, deve-se sempre ressaltar o pressuposto básico que justifica a existência das universidades, ou seja, essa proliferação deve ser analisada a partir das consequências e impactos no que se refere às funções primordiais da universidade, tais como: o processo de ensino aliado aos projetos de pesquisa, bem como a sua extensão na comunidade, conjuntamente com o investimento na formação do corpo docente. Assim, compreendem-se quais são os elementos fundamentais para a análise do papel das universidades que oferecem o curso de turismo, afinal, de acordo com Dencker (2005, p. 4):

A impressão que fica é de que as instituições de ensino superior ainda não estão percebendo bem a função primordial do professor nesse processo,

²² Segundo dados do INEP (www.inep.gov.br), em 2005, era ofertado, o impressionante número, de 723 cursos. Incluindo nesse montante os cursos de: Turismo, Hotelaria, Administração e Comunicação com ênfase em Turismo e outras áreas afins.

sendo poucas as que investem na formação dos professores e na implantação de programas efetivos de pesquisa com condição de continuidade. Centros de excelência em pesquisa em instituições particulares de ensino são raros e podemos dizer que no campo do turismo eles praticamente não existem, nem nas instituições privadas e nem nas instituições públicas.

Tineu (2002, p.2), tratando do ensino superior em Turismo e/ou Hotelaria, ressalta que:

As Instituições de Ensino que oferecem o curso de Turismo deveriam visar o pensamento crítico e analítico da atividade turística proporcionando ao aluno uma visão sistêmica e holística, a qual formaria profissionais para atuar de forma multidisciplinar e interdisciplinar.

As discussões em torno da melhoria na qualidade de ensino, o conteúdo e a forma utilizada no processo de ensino e aprendizagem, bem como o papel do docente e da pesquisa no ambiente universitário, são suplantadas por uma espécie de padrão empresarial adotado pelas universidades, que transformam o ensino em *mercadoria*. O resultado disto, segundo Dencker (2005, p. 9), é que a universidade privada não busca “[...] se reinventar como instituição educativa e sim como empresas de serviços. Com isso, a exemplo de outros setores da sociedade, passou a ser dominada por metas gerenciais e administrativas em detrimento de metas educacionais”.

Os padrões e metas empresariais não são os mesmos da educação, simplesmente não é recomendável transmutá-los para as universidades, enfatizando que os mesmos não são necessariamente opostos, mas diferentes. Segundo os autores, constitui-se em uma tarefa impossível, desaconselhável e, até mesmo, nociva tentar quantificar, em termos de produtividade e custos, características culturais, humanísticas e subjetivas, inerentes que são à educação.

De qualquer forma, não se deve omitir uma tendência das Instituições de Ensino privadas virem a educação como um objeto passível de comercialização e, por isso, o próprio desenvolvimento do ensino do Turismo com fundamentos empresariais, caracterizado por metas e não pelo ensinar/formar.

Analisar a estrutura curricular e o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão e a proliferação dos cursos de Turismo, parte da premissa que é tarefa fundamental

da Universidade, não somente preparar o indivíduo para práticas e técnicas, mas servir de ambiente aberto para a busca do saber, pois, como argumenta Delors, (1996, p.144):

Além da tarefa de preparar numerosos jovens para a pesquisa ou para empregos qualificados, a universidade deve continuar a ser a fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número, encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida. A cultura, tal como a entendemos, inclui todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia.

Refletir sobre o papel das universidades, especialmente dos cursos de turismo, remete-nos a compreender como se deu a sua rápida proliferação, dessa forma, justifica-se a análise em torno de um imaginário coletivo sobre a potencialidade do turismo no Brasil. A construção da imagem do país como generoso em potenciais turísticos, *grande por natureza* e com todos os requisitos para se transformar em um dos principais pólos turísticos receptivos do mundo influencia diretamente na disseminação das graduações. A sistematização dos anseios nacionais no segmento do turismo aparece claramente nas diretrizes curriculares.

Teixeira (2003) apresenta que no ano de 1997 iniciaram-se as discussões no MEC/SESU sobre as diretrizes curriculares para os cursos existentes até o período, cuja finalidade era de servir de documento norteador para as Instituições de Ensino, para as reformas curriculares. Percebeu-se em referida época, por intermédio de pesquisas formais e informais, que 30% das matrizes eram baseadas no mercado, enquanto 32,5% eram baseadas na experiência dos próprios docentes e que 30% baseavam-se em ambas.

Percebe-se, ainda, no mesmo estudo desenvolvido, que não mais que 50% dos docentes existentes no país possuíam algum tipo de experiência prática na área, o que de alguma maneira, abre pauta para uma discussão questionadora sobre o fato de que *formadores de matrizes curriculares de cursos de Turismo e/ou Hotelaria no país* tampouco possuem algum tipo de experiência prática na área. Segundo Trigo (2000) é a não existência de estratégias coerentes ao dinamismo do turismo um dos principais problemas, juntamente com a ausência de professores devidamente titulados (mestres ou doutores). De acordo com Trigo (2008), o principal problema existente é a falta de professores, especialmente titulados (mestres e doutores), além da falta de uma visão estratégica coerente com o dinamismo e sofisticação dos setores de viagem e turismo. A carência de professores reflete-se na qualidade dos cursos oferecidos pelo país sendo extremamente corriqueiro o fato dos alunos do curso de Turismo não terem aulas com profissionais da área, somente com professores de

áreas afins, o que comprova que os cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria, bem como os cursos tecnológicos apresentam grande falha no seu quadro docente, às vezes, inexperiente. Outros agravantes, ainda, são pauta de discussão.

Dessa forma, vale salientar que todas as discussões em torno da educação superior nacional e seu processo de lapidação confirmam uma forte influência de todos os períodos históricos, inclusive políticos e sociais experienciados no decorrer do processo de transformação do país, tendo um início fortemente demarcado no período denominado Estado Novo, década de 30, com ocorrência conjunta à Ditadura Militar, que deixaram como herança ao país marcas de uma dependência de capital, ciência e tecnologia estrangeiros (RODRIGUES, 2006).

O surgimento de cursos de formação superior, já discutido anteriormente, revelou que o aparecimento das universidades do país teve ocorrência em prol da coroa portuguesa, que no país se refugiou no início do século XIX, muito além da preocupação com a formação do cidadão brasileiro. A preocupação no momento era a da existência de profissionais competentes e capacitados que, de alguma maneira, servissem de proteção à família real.

Em períodos mais atuais, o processo educacional superior, no Brasil, pode ser subdividido em fases cronológicas (décadas), atreladas ao acontecimento de eventos políticos-econômicos-sociais. Sua discussão toma início em uma colocação que aponta que a educação nacional carrega consigo ideais Durcanianos, sendo um processo de socialização, integrador do indivíduo ao meio social em que vive. Os anos 50 e 60 relacionaram sobremaneira ao acesso à educação superior como uma forma de alcance ao *status*, sendo posteriormente vista como um meio de mobilidade social ascendente. Já nas décadas de 60 e 70 percebe-se a competitividade de mercado, sendo atribuída à educação uma caracterização de quanto maior fosse a qualificação pessoal, melhor sucedido seria o indivíduo e melhor sua renda (SOBRAL, 2006).

Bonfim (2006. p.1), apresenta que:

Desde que a sociedade se reconhece como tal, são crescentes as transformações sociais, políticas e econômicas; contudo, desde a década de 60 o Brasil, em particular, vem vivenciando transformações mais profundas e aceleradas. Com o advento da abertura econômica iniciada no governo ditatorial militar da década de 60 e incrementada, principalmente, pelos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, todos os setores da economia tornaram-se mais competitivos e passaram a exigir trabalhadores com habilidades e competências melhor desenvolvidas e cientes da necessidade de educação continuada. Assim, a necessidade de ingresso e de permanência no mercado de trabalho gerado pela economia formal, incentivou jovens, a

permanecerem em bancos escolares por mais tempo e a adultos a retornarem a estes mesmos bancos.

Evidencia-se, nesse bojo, a existência, de um lado, da exigência e interesses mercadológicos, e de, outro, o desejo de ascensão pessoal e profissional do indivíduo, que juntos, na década de 50, 60, culminam com a disponibilidade de diversos cursos de graduação.

Souza, (2001, p. 18) argumenta que:

Somado à esta realidade está o fato de que a industrialização, o êxodo rural, a urbanização, o avanço dos meios de comunicação, a internacionalização da economia, a mobilidade social entre outros fatores, provocaram uma escolarização maior entre 1950 e 1960 e, em consequência, um inchaço das demandas por cursos de nível superior na década seguinte. Houve, então, um processo de expansão do ensino superior privado com o aval do poder público.

Ainda Souza (2001, p.61) enfatiza que:

A explosão de matrículas no ensino primário repercutiria, anos mais tarde, na demanda pelos cursos ginasiais, que tiveram um crescimento geométrico entre os anos de 50 e 60. Essa reação em cadeia chegaria logo aos graus colegiais e, passando por eles, atingiria em cheio o ensino superior. Se em 1963 apenas 13 em cada mil alunos matriculados na primeira série primária conseguiriam chegar à universidade, já em 1973 esse número cresceria para 63, obrigado a uma expansão de matrículas no terceiro grau do ensino, de 278.295 em 1968 para 836.469 em 1973. Um crescimento de praticamente 300% em apenas cinco anos!

Há de se ressaltar, porém, que parte das estatísticas relacionadas à educação nacional não deixa de apresentar um crescimento vertiginoso e quase que descontrolado da Educação Superior no Brasil, especificamente a privada, o que evidencia um não compromisso do governo para com a realidade. Não se pode atribuir somente ao governo a oferta da educação em nível superior, mas deve caber a este, além de legislador, ser regulador do sistema (BONFIM, 2006).

A situação existente, dessa forma, compõe-se de um mercado exigente, que busca profissionais capacitados. Um natural interesse do governo em possuir índices educacionais em constante elevação, capaz de justificar possíveis pleites junto às organização

internacionais financiadoras de recursos; baixos investimentos públicos voltados à Educação Superior, sendo que de outro lado, apresenta-se uma crescente demanda pelo ensino superior, seja público ou privado, caracterizado por uma descontrolada oferta de vagas, especificamente nas instituições privadas (BONFIM, 2006).

Cria-se, dessa forma, cenário ideal para a discussão do presente trabalho, que visa apresentar e analisar o processo de expansão dos cursos de graduação em Turismo no país, bem como analisar sua estrutura pedagógica, focando o estado do Paraná, através da análise documental de duas instituições do estado, uma pública e outra privada.

Para tal, importante se faz apresentar o conceito, assim como os objetivos das universidades, sejam elas particulares, confessionais, filantrópicas e comunitárias, que podem ser representadas por Instituições de Ensino Superior, ou ainda, Faculdades ou Centros Universitários, consideradas instituições em nível superior que preconizam a formação profissional de indivíduos.

Barros (2008) apresenta que a universidade, especificamente “é um sistema de estruturas autônomas, comunicando-se apenas pelo Conselho Universitário que defende sua autonomia e interesses particulares. Tem como preocupação exclusiva transmitir a cultura *oficial* dominante [...]”.

Kougarnoff (1990) explicita que é função da universidade pensar, considerando questões relacionadas à sistemática de produtividade, todas as articulações do ensino e pesquisa, com uma focagem na formação do indivíduo.

Partindo da legalidade, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 43, p.13 a Educação Superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os

conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Embora sejam evidentes os objetivos da universidade, estritamente relacionados à formação do indivíduo, seja por meio do ensino, extensão e pesquisa, não se deve ignorar o fato de as próprias mudanças e avanços tecnológicos terem modificado o ensino superior nacional, já que este não mais tem como propriedades básicas o escutar, ler, decorar e repetir (BEHRENS, 1998), mas sim compreender, refletir e *apreender* os conteúdos apresentados.

Em concordância Dencker (2005, p.3), ainda com relação à formação reprodutora de conhecimento:

Um dos problemas maiores é a tendência, existente nas organizações de ensino de que seus professores, coordenadores e administradores (não necessariamente nessa ordem) se apeguem a um rígido processo predominantemente focado na transmissão de conteúdos, amparado por um conjunto de regras, costumes, tradições e rotinas, que , embora necessárias em qualquer sistema, não podem atuar como amarras que impeçam a liberdade intelectual e dificultem a produção de novas práticas pedagógicas e a geração de conhecimentos.

Existe uma flexibilidade significativa no ensino superior nacional, resultante da própria oferta e demanda existente, que busca ir de encontro aos perfis exigidos pelo próprio mercado. Eis que surge uma questão de forte debate, que busca definir o ensino superior dentro dos contextos científicos e técnicos. Daí o surgimento de cursos de formação reduzida em nível técnico e mesmo em nível de bacharelado.

Especificamente, dentro da formação do profissional do turismo, é bastante comum a discussão em torno dessa formação científica e/ou tecnicista, com o simples objetivo de se encontrar uma justificativa ao fato de que com tanta proliferação de cursos no país, ainda é evidente um grande contingente de profissionais formados despreparados ou desempregados, sendo que conseqüentemente, até se percebe uma não formação de turmas em referidos cursos, ocasionando um fechar dos cursos existentes, um paradoxo em meio ao século XXI: expansão e alastramento dos cursos *versus* despreparo, desemprego e fechamento dos mesmos.

Assim, vale mencionar que o termo turismólogo, atribuído aos bacharéis em turismo, teve surgimento na década de 70, quando do início dos primeiros cursos no país, que passaram a desenvolver cientificamente a profissão/formação em torno da área, embora ainda hoje permaneça o ranço da dúvida em considerá-lo como formação científica ou tecnicista.

A intersecção das considerações acima apresentadas, bem como seu antagonismo não deixa de apontar, no Brasil, a importação de um conhecimento europeu, não moldado às realidades latino-americanas, compulsoriamente trabalhadas em um sistema que não é condizente.

De acordo com Santos Filho (2008 p.1), (com relação a Faculdade Morumbi, atual Universidade Anhembimorumbi no ano de 1971 e a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas em 1972):

Essas duas entidades educacionais situam-se na vanguarda do ensino, pesquisa e extensão do turismo, apesar de terem começado tímidas, em virtude dos Recursos Humanos, metodologia e conteúdos pedagógicos pouco claros e em sua maioria importados da Espanha desenvolveram um trabalho extremamente pioneiro no campo do turismo.

O próprio surgimento dos cursos de graduação em Turismo, todavia, não foi capaz de apresentar, em consenso à formação turismólogo, o desenvolvimento de uma ciência.

Tal peculiaridade pode ser atribuída ao fato de que tal ciência permanece revestida de um preconceito dentro da classe acadêmica e mercado de trabalho, sendo compreendida de forma utilitarista (SANTOS FILHO, 2003). Parece haver um ideal de adestramento, que prepara profissionais para um mercado existente. Em uma abordagem paradoxal, chega-se a questionar o fato de ser válido ou não esse tipo de formação voltada às práticas, uma vez que o turismo traz consigo o desenvolvimento de atividades fortemente práticas, porém permeadas de critérios críticos e reflexivos.

A multidisciplinaridade da formação contribui de alguma maneira à *desidentificação* do ser turismólogo, o que incentiva outras ciências a tentarem envolver parte de seu conhecimento como sendo próprio delas.

Existe uma discussão em torno dos cursos de Administração e Educação Física especificamente, justificada na existência do Antigo Conselho Federal que, em resolução s/n 28/01/71, fixou o conteúdo mínimo do curso superior em turismo (MATIAS, 2002). A deliberação de tal resolução lançou os cursos de turismo a uma disputa desses cursos, que consideram, ainda que veladamente, que a atuação do turismólogo seja uma espécie de

especialização em torno de suas áreas, o que se mantém claramente na atualidade. Uma espécie de competição injustificada, vezes apoiadas em uma queda ou falta de destaque das profissões de forma momentânea no mercado, também não assumidas e enfrentadas.

Outra questão de grande relevância em torno da problemática existente nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Turismo no país, bem como a exacerbada proliferação dos mesmos nas décadas seguintes ao seu surgimento e que não se pode deixar de levantar apontamentos é a questão de um trabalho desenvolvido em torno de um imaginário coletivo de que o país Brasil é fortemente beneficiado com belezas naturais e diversidade cultural.

Coloca-se sobre a atividade turística a responsabilidade de *salvação econômica* para os problemas, que na verdade são característicos dos países subdesenvolvidos.

É nesse quadro que se conota a consideração de que a formação do turismólogo talvez seja mais tecnicista do que científica propriamente dita, pronta a atender em alto nível e qualidade as exigências mercadológicas, ocasionadas por um aumento de demanda geometricamente progressiva. Eis que de acordo com Santos Filho (2001), levanta-se o questionamento sobre “quais as verdadeiras razões políticas e ideológicas que levaram o governo federal a criar a Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR, por meio do decreto de lei N.º .55 de 18 de novembro de 1966”, que ainda não foram profundamente analisados por falta de liberação.

Visualiza-se, dessa forma, um ambiente obscuro, o surgimento de uma profissão real, mas incapaz de se definir entre o técnico e o científico, visada por outras formações já existentes e dependente de uma legislação que sutilmente carregava consigo maior interesse mercadológico do que científico propriamente dito. Assim, diante de um impasse entre a ciência e a técnica, Santos (2008, p.1-3) apresenta algumas características de cada uma das vertentes. Com relação à técnica existe uma:

Compreensão tecnicista e instrumental do fenômeno turístico que corresponde em termos filosóficos à visão funcionalista, cuja base de seus pressupostos repousam exclusivamente nas necessidades econômicas do mercado de trabalho; Defesa intransigente da política governamental na área do turismo, como que o atual governo estivesse preocupado de verdade com o turismo e o turismólogo; Defesa dos empresários da área, tidos como beneméritos quando abrem suas portas para a colocação profissional do bacharel, sem questionar as condições de trabalho oferecidas; Utilização da linguagem tecnicista apoiado na informática, como forma de tentar ocultar o pensamento de senso-comum que orienta o seu discurso; Nunca se preocupou em atuar em sua entidade de classe, apesar de ser filiada, pois não se identifica com suas lutas, mas sim, entende que o mercado esteja correto, quando desqualifica o bacharel

culpando-o por sua qualificação deficiente; Compreensão limitada do fenômeno turístico, pois entende o mesmo como um fato meramente econômico, não percebe sua dimensão econômica, política e cultural, desconhece o movimento histórico da sociedade; Apóia seu discurso dentro de uma visão empresarial de base utilitarista, entendendo que o turismo por se utilizar de outras ciências, acaba negando sua essência e, portanto, despossuído de qualquer axioma e pressuposto científico; Acredita que a competência seja fruto da obediência da força de trabalho para com o capital, ou seja, entende que o trabalhador deva se submeter às imposições do mesmo, negando ou secundarizando em seu discurso o papel da entidade de classe; Entende que o conteúdo do curso de turismo deva ser instrumental e tecnicista, o que nos empurra mais rapidamente para que o Conselho de Administração que por interesses escusos aos nossos nos aceitam como profissionais da área de administração. Esse processo nos classifica como incapazes de possuímos uma identidade própria e, portanto fortalece a tese que considera o turismo como técnica. Desqualifica a Escola de Comunicações e Artes de São Paulo da Universidade de São Paulo – USP que como casa de altos estudos científicos, preocupada com a caracterização que o estudo do turismo poderia vir a ter.

Ainda, Santos (2008, p. 3-4), com relação à visão do turismo como uma ciência, pautada em acontecimentos históricos, apresentam-se as seguintes características:

Lutam pela regulamentação da profissão, atuando em sua associação de classe, tentando entender para poder questionar as ações expansionista do Conselho Federal de Administração; Lutam pela qualidade do ensino de turismo dentro das Universidades e Faculdades de turismo, buscando desfazer a noção tecnicista que prevalece entre seus pares; Buscam uma formação mais crítica para os turismólogos, propondo um conteúdo mais politizado e histórico, que busque o primado do conhecimento científico; Entendem que o turismo não deve ser entendido como um fenômeno exclusivamente econômico e não pode continuar a ser objeto de cobiça por parte dos cursos de Administração que querem transformá-lo como mais uma especialização; Lutar para que a Embratur seja administrada por pessoas formadas e ou estudiosos do fenômeno turístico, buscando resgatar seu objetivo original de elaborar um Plano Nacional de Turismo, que contemple o turismo interno; Exigir que o Ministério do Esporte e Turismo seja administrado por profissionais qualificados e não por políticos profissionais.

Entre as discordâncias ou a busca de uma concordância entre ciência e técnica e, ainda, a luta por uma regulamentação da profissão, os cursos permanecem sendo ofertados, embora com divergências às vezes claras, um problema agravante que é o fechamento dos mesmos por falta de demanda.

2.2 A formação em Turismo e/ou Hotelaria

Iniciar uma discussão em torno de uma área específica exige conhecimento em torno de suas principais características e bases.

Em especial, a formação do profissional do Turismo no Brasil, embora praticada há mais de três décadas, remonta o ano de 1971, quando a Faculdade de Turismo do Morumbi criou seu primeiro curso de graduação, seguida pela USP- Universidade de São Paulo.

Rejowski, em acordo com Caturegli (1996, p.62), apresenta que o surgimento dos cursos se deu pelo fato de que “havia grande contingente de interessados [em curso técnico de turismo], mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia, também, a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários”.

Tais cursos eram formulados com conteúdos de cunho técnico-operacional, direcionados a um público com interesse por uma forma de entretenimento que tomasse o tempo, então utilizado por atividades estritamente domésticas (BARRETO *et.al.* 2004).

Os cursos de Turismo e/ou Hotelaria, também tinham como público alvo demarcado, uma clientela representada por um grupo de jovens, que por falta de conhecimento, inseriam-se nas instituições com um simples objetivo de viajarem, embora o cerne da profissão seja bem servir aos viajantes e executar o planejamento necessário para a boa prática turística.

Tal peculiaridade somente pode ser moldada após o surgimento das primeiras diretrizes curriculares do MEC, que tiveram aparecimento tardio, ao final dos anos 90, duas décadas após o início das atividades dos cursos no país.

Tecnicamente, um dos primeiros conceitos apresentados a qualquer interessado pelo Turismo e suas interfaces, abordado por Trigo (2008), é que o Turismo corresponde a uma atividade humana intencional que serve como ferramenta de junção e comunicação entre povos, tanto dentro como fora de um país, envolvendo o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando a satisfação de outras necessidades, não sendo caracterizadas por atividades remuneradas.

Como prática, o Turismo é fundamentado em um tripé, caracterizado pelos serviços de transportes (aviões, carros, ônibus, trens, navios etc.), alojamento (hotéis, motéis, hospedarias, pousadas etc.) e alimentos e bebidas (restaurantes). Posteriormente, juntamente aos serviços de alimentos e bebidas, transporte e hospedagem incorporou-se ao que se denomina *serviço receptivo*, caracterizado pelo auxílio prestado no destino turístico, com o simples intuito de se oferecer algum tipo de conforto ao viajante (traslados, passeios etc.).

Ao considerar os diversos ramos que estão relacionados a esse tripé, conclui-se o quão grande é a cadeia de prestação de serviços relacionados ao Turismo. A própria vastidão de atividades atreladas a ele leva a se concluir que uma infinidade de profissionais serve de máquina propulsora à atividade, que, de acordo com Barreto *et. al* (2004, p.36) “gera empregos, porém devemos reconhecer que é quase impossível que todas essas funções sejam exercidas por pessoas com uma mesma função”.

A amplitude da atividade turística permite que profissionais de diversas áreas desenvolvam seus trabalhos nas atividades turísticas, o que possibilita uma discussão sobre a possível dificuldade quanto ao foco da formação do bacharel em Turismo e ou Hotelaria.

Levando-se em consideração umas das mais comuns colocações a respeito do Turismo, anteriormente citada, que o considera como sendo um fenômeno social, econômico e político, questiona-se a real possibilidade de formação de um profissional da área, assunto, inclusive, discutido por Ritchie (1990, p.122):

Há mais de uma década conclamava, na reunião da Associação Internacional dos Expertos Científicos em Turismo, a atender as diversas necessidades de uma indústria turística multidimensional [...] desenvolvendo marcos para o leque de programas multidisciplinares requeridos pelo turismo, baseado em que não é possível atender a todas as necessidades específicas de cada setor da indústria.

Sua abordagem não deixou de ser atestada pela OMT²³ (1995, p.46), com a reflexão de que:

[...] O Turismo apresenta uma grande diversidade e heterogeneidade de atividades que dificultam o tratamento conjunto [...]. Isso também repercute no aspecto formativo. As ações devem ramificar-se de forma a marcar as diferenças entre essas atividades, embora a partir de uma idéia conjunta e coesa do setor.

Com relação ao desafio existente das Instituições de Ensino, Moesch (apud Ansarah 2002, p.19), aponta que:

O desafio posto às instituições educacionais é o de criar uma concepção epistemológica, isto é, tirar o caráter puramente de mercado em que este saber se transformou e fazer com que o docente direcione o conteúdo para o contexto da produção do fazer-saber turístico.

²³ OMT- Organização Mundial do Turismo.

Assunto debatido por Barretto *et al.* (2004) coloca em pauta a flexibilização do trabalho nas áreas do Turismo e/ou Hotelaria, fazendo uma analogia com o próprio sistema capitalista que busca por trabalhadores *multifuncionais*.

Percebe-se, dessa forma, a necessidade de flexibilidade verticalizada e uma especialidade horizontalizada, profissionais capazes de atuarem com gestores, ao passo que, quando necessário, exerçam funções mais simplistas como camareiros, jardineiros etc.

De tal característica assimilada pelos países europeus, bem como norte-americanos, despontam grandes empreendimentos, atualmente reconhecidos por sua qualidade na prestação de serviços.

Vale neste momento, a título de exemplificação, destacar o *Walt Disney World Resort*, conhecido por ser o maior complexo de lazer e entretenimento do mundo, hoje instalado nos Estados Unidos da América (estados da Flórida e Califórnia), Japão (na cidade de Tóquio), França (na cidade de Paris) e em Hong Kong. Uma empresa onde todos os funcionários, impreterivelmente de maneira cortês, possuem entendimento de todas as áreas do complexo, sempre prontos a desempenharem seus papéis nas posições as quais foram contratados, e em outras, visando o bem estar do turista visitante.

No Brasil a questão da flexibilização da atividade parece não ser assimilada, sendo justificada no ranço deixado pelos acontecimentos históricos da escravatura (o da subserviência). Existe no Brasil uma flexibilização horizontal com rigidez vertical. O bacharel teoricamente apto ao mercado, de acordo com Barretto *et al.* (2004, p. 39)

Pode trabalhar eficientemente no gerenciamento de qualquer empresa de turismo, lazer ou hospitalidade, da hotelaria até uma Secretaria de Estado, porém não está apto ou não quer fazer trabalhos manuais [...] os membros de classe média se recusam a qualquer trabalho braçal, mesmo dentro de casa, por considerar esse tipo de trabalho uma tarefa indigna ou humilhante.

Não se pode furtar o comentário de que tal característica também se faz realidade em países sul-americanos, a citar Argentina e Peru.

Evidencia-se na Educação voltada ao Turismo um desencontro pautado por um individualismo entre o poder público, empresas privadas e educação, embora quatro décadas tenham se passado desde o surgimento dos primeiros cursos (BARRETTO *et al.*, 2004).

Surgem os primeiros questionamentos sobre um curso de graduação que luta pela formação do ser humano no que tange ao fenômeno turístico, embora o mercado tenha a necessidade de profissionais tecnicistas e operacionais. A não regulamentação da profissão

culmina na busca por profissionais baratos e bem afeiçoados (por lidarem diretamente com o público), que não necessariamente carreguem consigo qualquer título de formação em Turismo e/ou Hotelaria em nível superior. Empresas acabam por optar pelo treinamento ou especialização de seu contingente existente. Nesse bojo é que se depara com um grande número de graduados sem qualquer perspectiva de inserção no mercado. De outro lado, as universidades recebem autonomia, respaldadas pelas Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria, de trabalharem com grades que ofereçam, inclusive, cadeiras específicas à realidade local em que se encontram, o que comprovadamente surte resultados positivos quanto à formação focada do profissional²⁴. Porém, pelo interesse de um grande número de alunos, acabam por trabalharem matrizes generalistas, o que dificulta ainda mais o entendimento dos egressos no momento de inserção no mercado. As dificuldades do ensino, neste momento, podem ser representadas por *estradas de caminhos de várias mãos*.

De acordo com Bourdieu e Boltansk (apud Barretto *et al*, 2004, p.41):

O diploma confere ao portador uma autonomia com relação ao sistema produtivo. Universaliza o trabalhador independentizando-o da empresa em que trabalha. O portador do diploma tem direitos em todos os mercados e não apenas no lugar em que aprendeu o ofício.

Ainda Bourdieu e Boltansk (apud Barretto *et al*, 2004, p.42) colocam que os diplomas “conferem direitos universais e atemporais [...], o diploma garante uma competência de direito que pode ou não corresponder a uma competência de fato”.

Especificamente, passa a ser questionável a real validade do diploma de um bacharel em Turismo e/ou Hotelaria, comumente desempregado.

Uma vez que um diploma confere ao diplomado plena capacidade de atuação na área de formação na sociedade, visualiza-se uma não correspondência no quesito capacitação de atuação no mercado ou para o mercado. Nesse contexto, verifica-se a necessidade de uma discussão sobre a existência de uma razão, capaz de justificar a desconectividade entre o mundo acadêmico e empresarial.

A resposta pode estar na própria trajetória dos cursos de Turismo e/ou Hotelaria do país, representados por uma proliferação nas últimas décadas, hoje caracterizados por uma elevada porcentagem de Instituições de Ensino Superior Privadas, que no afã de angariarem grandes contingentes estudantis, substituem a diretriz de oferecer múltiplos perfis

²⁴ Um exemplo a ser citado é o Instituto Superior Luterano e Centro Educacional Bom Jesus/Ielusc, de Joinville, que adaptou a realidade do seu curso ao ambiente rural da região. Para saber mais ler BARRETTO, Margarida *et. al*. Discutindo o Ensino Universitário de Turismo. Campinas-SP: Papyrus, 2004.

profissionais pela de formar um profissional de múltiplo perfil (BARRETTO *et al.* 2004). Esse, que se encontra sem um norte quando da conclusão de seu curso, tem um sentimento de estar habilitado a tudo, mas preparado a muito pouco. Tem ocorrência, por consequência, um significativo fechamento dos cursos de graduação na área, que não capazes de definir uma linha de formação, talvez por anseios de maior lucratividade, deixam de ter demanda e optam por fecharem suas portas.

Botomé e Onzi (2005, p. 133) explicitam que:

A educação no Brasil vem passando por mudanças que podem não estar sendo efetivas, devido também, à pouca clareza dos termos utilizados nas novas diretrizes. Isso indica a necessidade de investigar o que está ocorrendo em relação à formação de nível superior em Turismo, pois os profissionais irão intervir em um determinado campo a partir do que aprenderem nos cursos que freqüentarem.

Cabe, dentro desse silogismo, uma crítica quanto à própria autonomia das Instituições de Ensino, respaldadas pelas diretrizes propostas pelo MEC, que na tentativa de impedirem a reprodução em massa, tentam em seus cursos abarcar todos os segmentos de interesse de uma demanda, talvez existente.

Nesse consenso, a OMT (1995, p.88), com relação à formação do profissional em Turismo e/ou Hotelaria, coloca que:

[...] Os planos de estudo são inadequados para as exigências do setor [...] estas inadequações dos planos geram certo desânimo entre os estudantes, porque consideram que, ao final dos estudos, não estão preparados para ocupar um posto de trabalho para o qual teoricamente foram preparados. Gera-se, portanto, um *gap*²⁵ entre as expectativas do aluno que finaliza a carreira e a realidade da indústria que ele encontra.

Trabalhando as questões da multidisciplinaridade do Turismo, Dencker (1998, p. 28) apresenta que:

Muitas são as disciplinas que tratam da questão do Turismo e temos que admitir que ainda hoje o Turismo não constitui um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria, mas está sujeito à influência de diferentes paradigmas, o que prejudica a formação de um

²⁵ GAP: Do inglês, lacuna, falha, vazio.

corpo teórico específico [...] O Turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodicamente ordenado, mas constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos da maioria das ciências sociais já consolidadas.

Por isso a confusão existente sobre o que faz parte das atividades relacionadas à formação do Turismo e Hoteleiro e o que faz parte das atividades de outras formações. Apresenta-se a existência de um entrelaçamento de atividades e, conseqüentemente, uma briga de classes.

Ainda, Dencker (1998, p. 30) reflete sobre o estudo do Turismo, apontando que:

A tendência atual, em quase todos os campos é de uma abordagem interdisciplinar, buscando uma evolução para a prática transdisciplinar [...] Transdisciplinar é a integração das relações interdisciplinares de maneira global, de modo que a tendência é o desaparecimento das fronteiras entre disciplinas.

A dificuldade no foco da formação do profissional em Turismo e/ou Hotelaria não deixa de ser resultado dessa *multi-função* à qual o estudante é submetido e formado, com conteúdos programáticos que abrangem economia, cultura, meio ambiente, geografia, política, tecnologia, história, sociologia, produto turístico e outros (ANSARAH, 2002), sendo que ainda:

Dada a evolução tão rápida do setor e, até certo ponto, a imaturidade do *estudo científico em turismo*, é aconselhável que o docente não estabeleça as bases dos conteúdos programáticos somente no conhecimento- pois este permanece em constante mutação-, mas também no espírito crítico, na análise e no diagnóstico da situação. O mesmo deve acontecer com os programas das disciplinas, os quais precisam ser bem flexíveis para permitir mudanças em um esquema de módulos, ou seja, dar liberdade ao aluno de avançar progressivamente, segundo suas próprias necessidades (ANSARAH, 2002, p.25).

Parece, portanto, haver uma desestruturação da profissão. Toma espaço a divulgação da profissão do Turismólogo e/ou Hoteleiro, apresentada como *profissões do futuro*, campo de atuação bastante vasto, especificamente em um país como o Brasil, *generoso de belezas naturais*. Chega-se ao ponto de considerar tal ação, típica de um sistema controlador, com objetivo de desmistificar uma imagem negativa existente, onde, de acordo com Barreto *et.al.* (2004, p.54):

O turismo, na medida que exalta as belezas de um lugar, sejam elas naturais ou culturais, pode ser uma ferramenta a serviço da ideologia dominante, como foi demonstrado na década de 1930 por Mussolini na Itália, onde as colônias de férias foram utilizadas para difundir o ideário fascista [...]. Na década de 1940, na Argentina, quando Perón estimulou o turismo interno para que as pessoas se tornassem nacionalistas por meio do conhecimento de seu país e, na mesma década, no Brasil, quando Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha entre alguns dos seus objetivos organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo e colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulgassem informações nocivas ao crédito e à cultura do país.

Ainda, a educação do Turismo parece apresentar singularidades de um produto de lazer. O perfil profissiográfico dos cursos em Turismo e/ou Hotelaria passa a não ser condizente aos folhetins de divulgação institucional.

O *fazer turismo* apresenta peso diferenciado do *estudar turismo* e, no próprio desejo capitalista outrora citado, é que as Instituições de Ensino parecem fundamentar-se ao vender a idéia de se escolher tal área.

Não se trata, porém, de tendenciosidade. A problemática dentro da educação em Turismo e/ou Hotelaria é real e tem carência de ter todos os seus vieses analisados.

Uma vez percebido que o sistema educacional em Turismo e/ou Hotelaria no Brasil encontra-se apoiado em modelos estrangeiros, propõe-se análise de referidos modelos para possível adaptabilidade à realidade nacional e não simplesmente uma cópia forçada de algo desconexo.

A citar o modelo Canadense de Educação, que de acordo com Barretto (2004, p. 45):

Há total clareza por parte do estado e do *trade*²⁶ sobre a necessidade de pesquisa rigorosa como base para o bom desenvolvimento do turismo a longo prazo, convicção que, para se formar, levou tempo e esforço por parte da universidade, dado que, como no Brasil, o *trade* Canadense, chamado de *industry*, tinha a visão de que a única possibilidade de fazer carreira turística era começando *de baixo* e sua atividade refletia intrínseca falta de respeito por técnicos e falta de vontade de pagar salários apropriados para o pessoal da linha de frente.

O paradoxo vivenciado entre anseios de mercado e o cerne da universidade formadora de pensadores transforma-se em tema de discussão entre pesquisadores brasileiros em turismo.

²⁶ Trade: Do inglês, mercado profissional.

Trigo (apud BOTOMÉ e ONZI, 1990, p.137), embora não apresente uma crítica clara com relação à eficácia ao modelo de ensino em Turismo, explicita que:

Ao examinar a capacitação profissional em Turismo na sociedade do século XXI, caracteriza o que chama de *sociedade pós industrial* e estabelece algumas relações entre aspectos dessa sociedade e as necessidades de formação para que os profissionais do Turismo possam atuar em tal contexto [...] salienta que complexidade, mudança e dinamismo são características marcantes dessa realidade social.

Botomé e Onzi, (2005, p.137) apresenta considerações semelhantes, “diretamente ligadas ao mercado de trabalho em Turismo e ao *perfil* do profissional para atuar em tal mercado”.

Existe um reconhecimento de ambos os autores de que os agentes da prática do Turismo, de acordo com as características sociais e mercadológicas, precisam estar capacitados para atuarem em um meio de determinada complexidade, ou seja, aptos a lidarem em um meio de constantes mudanças (BOTOMÉ e ONZI, 2005).

A forma de organização do conhecimento parece não ser suficiente para transformá-lo em atuação perante a realidade exigida no campo profissional.

Barretto *et al.*(2004, p.45) aponta que durante o 31º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo- Feira das Américas em 2003:

Foi abordado o problema de adequação dos cursos de graduação em Turismo às necessidades do mercado [...] Entre os problemas abordados, o mais grave identificado foi o fato de que a academia vem formando pensadores do Turismo ao passo que o mercado precisa de profissionais polivalentes, criativos e que dominem idiomas e tecnologias.

A aparente falta de diálogo existente entre a realidade e a formação, bem como a própria expansão comprovada dos cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria não deve ser considerada unânime, uma vez que pensadores do Turismo apontam resultados positivos quanto à formação na área, onde Trigo, neste momento analisando a situação de forma positiva, no livro de Shigunov Neto e Maciel (2002, p.7), afirma que: “a chamada proliferação dos cursos de Turismo e Hotelaria pelo país, tão criticados por algumas pessoas mais ou menos ligadas à área educacional, foi responsável pela elaboração dos padrões de qualidade dos serviços turísticos em geral”.

Evidencia-se, dessa forma, uma dicotomia quanto à formação do bacharel em Turismo e/ou Hotelaria e demais formações, que de início, mantinham características dos séculos XVI e XVII deixadas como herança pelos Jesuítas; um ensino de reprodução e transmissão de conhecimento, que posteriormente foi pautado pelos paradigmas da Escola Nova, onde a função do professor era a de compreender a relação entre ensino e aprendizagem, servindo de peça relevante no desenvolvimento da criticidade.²⁷

Atualmente, o que se desponta dentro do processo formativo no âmbito superior está atrelado ao desenvolvimento de competências, com o intuito de se atender às necessidades do mercado, não sendo diferente com os cursos de bacharelado em Turismo e/ou Hotelaria.

Assim, Kuenzer (2001, p.18) apresenta que:

[...] O capital passa a defender o desenvolvimento de competências, para o que deve propiciar formação flexível e continuada de modo a atender às demandas de um mercado em permanente movimento [...] capacidade para lidar com incerteza [...] e para tomar decisões rápidas em situações inesperadas.

Em consonância com Kuenzer, Castanho (apud Barretto *et al*, 2004, p. 68) apresenta que o Turismo:

Por ser emblemático da contemporaneidade, tanto pelo significado dos deslocamentos quanto pelas características no plano econômico, incorporou rapidamente a substituição dos conteúdos pela criação de habilidades e competências, ao mesmo tempo em que congregou muitos docentes neoliberais comprometidos com o avanço do capital [...].

Cabe ressaltar, porém, que o desenvolvimento de competência não tem o significado de abrir mão ou desconsiderar que os conteúdos devam ser dispensados, mas sim ampliados (BARRETO *et al*. 2004).

Ainda, identifica-se a competência situando-a além dos conhecimentos adquiridos. Para tanto, interessante se faz observar, de acordo com Perrenoud (1999, p. 54) que:

A competência não se forma com a assimilação de conhecimentos suplementares, gerais ou locais, mas com a construção de um conjunto de disposições e esquemas que permitam mobilizar os conhecimentos na situação, no momento certo e com discernimento. Concebidas desta maneira, as competências são importantes metas da formação acadêmica.

²⁷ Para saber mais, leia Barretto, Margarida *et al*. Discutindo o Ensino Universitário em Turismo. Campinas: SP, Papyrus, 2004.

O domínio do ensino de competências pode responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças, e também pode fornecer os meios para aprender a realidade e não ficar indefeso nas relações sociais.

Para Degrázia (2008), para a formação do bacharel em Turismo, tal concepção possui grande importância. O ensino não pode deixar de ter um significado tanto para a sociedade quanto ao indivíduo que busca por sua formação. Daí a necessidade de mecanismos que motivem as disciplinas capazes de interagir com situações reais de trabalho, permitindo um enfrentamento do mesmo de forma mais prática.

No universo da formação do Turismo existe um incentivo na reflexão sobre quais influências o fenômeno do Turismo traz à sociedade e como tal prática deve ser desenvolvida trazendo benefícios à população, bem como receita, de forma planejada e sustentável, além de uma discussão em torno da aplicabilidade das práticas com o Turismo, dentro de um conceito científico ou tecnicista.

Em um outro lado, vislumbra-se por parte do mercado receber um profissional técnico, capaz de atuar nas mais diversas funções, o que leva a uma análise sobre a real habilitação oferecida pelos cursos, que neste bojo, divide-se entre a técnica e a ciência, incapaz de se definir em uma ou outra, ou ambas, ou pelo menos focar a formação dentro de uma especificidade dentro do segmento turístico.

Preza-se pela cientificidade, porém formam-se profissionais superficiais de múltiplos conhecimentos, incapazes de corresponderem às realidades mercadológicas.

Toma espaço o questionamento se a formação oferecida é adequada ou se a cópia de um modelo estrangeiro está sendo mal empregada. Busca-se um modelo educacional que se atente ao desenvolvimento de criticidade, composto de diretrizes pedagógicas coerentes, passíveis de colocar o profissional em prática dentro das especificidades exigidas pelo mercado, capaz de construir mecanismos que objetivem um bem estar da sociedade.

Adorno (2000, p.143-144) define que:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior [...] Evidentemente a aptidão para se orientar no mundo é impensável sem adaptações. Mas ao mesmo tempo impõe-se equiparar o indivíduo de um modo tal que mantenha suas qualidades pessoais. A adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador [...] esta tarefa de reunir na educação

simultaneamente princípios individuais e sociais [...] é particularmente difícil ao pedagogo no estilo vigente.

Hodiernamente, tem sido até comezinha a existência de Instituições que apresentem cursos de turismo com especialidades em determinadas áreas relacionadas à realidade de uma determinada localidade. Trata-se de uma forma encontrada para formar profissionais com um foco maior de atuação, evitando dificuldades no momento de inserção no mercado. Insta apontar, contudo, que esta não é uma realidade geral no ensino no país, caracterizado por peculiaridades e divergências quanto aos currículos aplicados durante os cursos de graduação.

2.2.1 Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo e/ou Hotelaria

Percebe-se na atualidade, tanto por parte da sociedade e até mesmo das Instituições de Ensino, cuja responsabilidade é a de formar cidadãos em diversas áreas, preocupação com relação às exigências do mercado, que espera receber profissionais com amplo conhecimento em torno da área estudada, teórico mas também técnico, com sede constante de absorver e desenvolver outros tipos de conhecimento em âmbito mais amplo, com capacidade de reflexão e aperfeiçoamento, aptos a aplicarem-nos diante das diversificadas situações.

Trata-se da era das tecnologias, da cultura globalizada, caracterizada por um crescente desenvolvimento, que vê a educação como ferramenta capaz de conduzir a humanidade.

Kilpatrick, pensador escolanovista e educador americano, professor da Universidade de Colúmbia, Nova Iorque, Estados Unidos da América, não deixou de refletir sobre tais mudanças, colocando que “nossos tempos estão mudando e, sob certos aspectos, ao menos, como jamais mudaram. Essa mudança apresenta exigências novas à educação. E a educação precisa mudar muito para atender a nova ordem das coisas” (KILPATRICK, 1978, p.14).

Ainda, Shigunov Neto e Maciel (2002, p.19) em concordância com Kilpatrick:

Considerava que os objetivos educacionais deveriam colocar-se a serviço de novas necessidades sociais, diante das transformações que estavam ocorrendo. Nesse sentido, o novo objetivo da educação é continuar enriquecer o processo da vida por pensamentos e ações melhores. Portanto, a educação, está na vida e para a vida. Seu objetivo é o único que se adapta a um mundo em desenvolvimento. Desenvolvimento contínuo é a sua essência e sua finalidade [...] Esse novo objetivo, imposto à educação, deveria colaborar na formação de um novo indivíduo capaz de pensar e decidir por si mesmo, de pensar livremente, sem as peias de preconceitos, de decidir altruisticamente, preferindo o bem social

a qualquer vantagem ou bem individual. A única finalidade que podemos aceitar será aquela que dê maior valor à personalidade de cada um.

Trata-se de uma linha de pensamento que condiz às teorias escolanovistas, onde o objeto da formação, o estudante, deve ter liberdade de reflexão e criticidade para que ele busque construir seu conhecimento de forma mais abrangente, de forma que, em concordância com Babin e Kouloumdjiam, (1998, p. 150), “a idéia que proporíamos da escola é a de um *campus* onde não se viesse, em primeiro lugar, a aprender as coisas, o que pode ser feito em casa, sozinho, com uma máquina, mas aprender a ligação que as coisas têm com a ação e a sabedoria de viver”.

É diante desse cenário, da necessidade de expansão de conhecimento, que cabe uma análise das diretrizes curriculares dos cursos de Turismo e/ou Hotelaria, caracterizados por essa formação generalista, esperada pelo mercado de trabalho.

Adentrando-se ao universo das especificidades de formação, com objetivo de sistematizar o ensino no Brasil oferecido por todas as Instituições de Ensino em nível Superior, a Secretaria do Ensino Superior (SESu) implementou uma série de atividades, iniciadas no ano de 1997.²⁸

Não diferentemente da árdua trajetória para aprovação das Leis de Diretrizes e Bases, o processo de criação das Diretrizes Nacionais dos cursos superiores teve seu desenvolvimento de forma morosa e conturbada, com princípios norteadores de referida educação, que visavam, como apresentado por Shigunov Neto e Maciel (2002, p.35):

Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas; indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga

²⁸ De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2002), inicialmente, fora aberto um edital (N.º 04/97) que convocava as Instituições de Ensino a apresentarem propostas para as diretrizes curriculares dos cursos, sendo que posteriormente, fora executado um Fórum Nacional de Pró-Reitores de graduação que objetivava discutir tais propostas. Em seguida, no que se denomina de segunda fase do processo, convocou-se uma comissão de especialistas de Ensino, composta por docentes de elevado nível de formação acadêmica, os quais foram incumbidos pela produção de propostas de caráter definitivo a serem encaminhadas para análise ao Conselho Nacional da Educação. Tais propostas, inicialmente denominadas de modelo de enquadramento das propostas das diretrizes curriculares, eram subdivididas por áreas de conhecimento (Ciências Biológicas e Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Licenciaturas), as quais eram submetidas à apreciação de consultores *Ad hoc*, em cada uma das áreas do conhecimento. A terceira e última fase do processo foi representada pela homologação das diretrizes curriculares, respaldadas pela Lei de N.º 9.131/95, no Decreto N.º 2.306/97, no parecer CNE/CES N.º 776/97, no Edital N.º 04/97 MEC/SESu, na Lei de N.º 10.172 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

horária total dos cursos; evitar prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação; incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa; Estimular práticas de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; encorajar o aproveitamento do conhecimento, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; inclusive as que se referirem à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada; fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária; incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar os docentes e discentes acerca do desenvolvimento de atividades didáticas.

Mister ressaltar, porém, que os cursos de formação e Turismo e/ou Hotelaria no Brasil não são, em sua totalidade, oferecidos por universidades. Existem os cursos oferecidos por faculdades e centros universitários, onde a tríade ensino, extensão e pesquisa não necessariamente se fazem presentes. Assim, a colocação acima apresentada, parece estar permeada somente no ambiente universitário, o que, de alguma maneira, pode ocasionar alguma dificuldade de compreensão e colocação em prática.

Outra questão que não deixa de ser abordada é a de flexibilização das matrizes curriculares, almejada pela Secretaria do Ensino Superior, que confere autonomia às Instituições de Ensino na definição de seus currículos, de forma que estejam relacionados à realidade social, econômica e cultural das localidades onde estão inseridas.

Foi no ano de 2001, especificamente em 04 de abril de 2001, que se deu a aprovação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação através de uma votação com resultado unânime na Câmara de Educação Superior. Não obstante um parecer de um de seus componentes, o conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão, que apresentado por Shigunov Neto e Maciel (2002, p.40), apresentou o parecer de que:

[...] tendo em vista o exposto, o relator propõe: 1) a definição de duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um parecer e/ou resolução da Câmara de Educação Superior; 2) as diretrizes devem contemplar: a) perfil do formando/ egresso/ profissional conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado; b) competências/ habilidades/ atitudes; c) habilitações e ênfases; d) conteúdos curriculares; e) organização do curso; f) estágios e atividades complementares; g) acompanhamento e avaliação.

Dessa forma, de posse das principais colocações a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação é que se pretende iniciar uma apresentação focada nos cursos de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, analisando em especial a RESOLUÇÃO N.º 13, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências, cuja oferta poderá ser apresentada no sistema anual, semestral e no sistema modular (em forma de créditos), com adequação ao contexto político, econômico, social e cultural da região onde o curso é oferecido.

Não se deve, ao se tratar de educação, desconsiderar a realidade de mercado, já que *ele* representa o cenário das práticas dos egressos. Percebe-se, dessa forma, preocupação e interesse por parte desse mercado em receber profissionais com conhecimentos multidisciplinares, providos de competências e habilidades, que seja especialista, mas ao mesmo tempo, generalista, pró-ativo e parte da sociedade onde desempenhará suas funções, um *superprofissional*, muitas vezes difícil de ser encontrado.

Barreto *et al* (2004), apresenta que se fossem somadas todas as carreiras paralelas que o suposto *profissional de turismo* deveria cursar para adquirir o perfil desejado pelo MEC, o mesmo deveria ficar na universidade durante um mínimo de 15 anos.

O documento denominado Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo conta com as seguintes subdivisões: Organização do Curso; Projeto Pedagógico; Perfil Desejado do Formando; Competências e Habilidades; Conteúdos Curriculares; Organização Curricular; Estágio Curricular Supervisionado; Atividades Complementares; Acompanhamento e Avaliação; Monografia/Projetos/Trabalho de Conclusão de Curso. Toda instituição que ofertar o curso não poderá se furtar de apresentar claramente o regime de oferta, bem como todos os componentes curriculares acima mencionados.

Levando em consideração tais Diretrizes, com relação ao Perfil Profissional desejado:

Curso de Turismo deverá oportunizar formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração de Fluxos Turísticos.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico, documento norteador do curso, o qual deve estar intimamente de acordo com as Propostas das Diretrizes Curriculares para o curso, as Instituições de Ensino, ao cuidarem de sua elaboração, deverão com clareza apresentar “os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualizações, o seu currículo pleno e sua adequada operacionalização, e coerente sistemática de avaliação”.

Basicamente, o Projeto Político Pedagógico do curso apresenta detalhadamente toda a sua constituição, apresentando, entre outros: Objetivos gerais do curso contextualizado em relação à sua própria aplicabilidade nos âmbitos econômicos, sociais, culturais e políticos; condições referentes à demanda e vocação do curso; carga horária de todas as atividades desenvolvidas, bem como sua integralização; maneiras de trabalho interdisciplinar; integração de teoria e prática; maneiras de avaliação do ensino-aprendizagem; modos de integração de graduação e pós-graduação quando houver; incentivo à pesquisa; concepção e composição das atividades de estágio curricular, bem como das atividades complementares.

O curso de Turismo, de acordo com as DNC, deve possibilitar a formação de profissionais capazes de revelar as seguintes capacidades e habilidades:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista ;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Levando-se em consideração a organização curricular dos cursos, as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo, em seu Artigo 5º apresenta que os mesmos deverão contemplar, em se tratando dos conteúdos, os seguintes campos interligados de formação:

- I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;
- II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;
- III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Analisando o referido artigo, percebe-se que o mesmo é apresentado de maneira superficial, não estando em consonância com a realidade. Em nenhum momento é citado o

desenvolvimento de qualquer atividade relacionada à Hotelaria, um dos tripés de grande importância na prática do Turismo (anteriormente citado). Basicamente, com exceção das práticas excursionistas de curta duração, não existe prática turística sem a utilização de meios de hospedagem. Por isso a importância da aplicação de disciplinas relacionadas aos meios de hospedagem, que trabalhem com o histórico da hotelaria, sua operacionalização e gestão, cargos, bem como planejamento de meios de hospedagem.

Sabe-se que, embora as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Turismo não abordem especificamente o tema *hotelaria*, todos os cursos em Turismo apresentam cadeiras em suas grades curriculares, voltadas à essa segmentação. Eis o surgimento de uma situação confusa que merece ser explanada.

Dentro dos cursos de graduação, existem os denominados de cursos de Turismo, os cursos de Hotelaria, os cursos de Turismo e Hotelaria e os cursos de Administração com ênfase em Hotelaria, embora, no portal do MEC²⁹, no campo de apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, não existe a apresentação específica dos cursos de Hotelaria, tampouco dos cursos de Turismo e Hotelaria; apenas são apresentados os cursos de Turismo e Administração com ênfase em Hotelaria.

Na verdade, embora com nomes diversificados, pela própria tríade já abordada, torna-se difícil a indissolubilidade das áreas. Conseqüentemente, quando se estuda o Turismo tem-se acesso à Hotelaria e a recíproca é verdadeira. Apenas as cargas horárias das disciplinas é que são diferenciadas. De qualquer forma, o curso de Turismo oferece mais disciplinas relacionadas à Hotelaria do que a situação contrária, uma vez que a formação em hotelaria é bastante específica por ser um segmento da área do Turismo.

O próprio interesse das Instituições de Ensino em abarcar uma clientela *maior* fez com que houvesse a união de ambas as formações, hoje não mais aprovadas pelo MEC. O que atualmente é permitido às Instituições de Ensino está relacionado à formação com ênfases e não dupla, já que a diferença acontece apenas no título da formação e não na diferenciação de conhecimento, necessariamente.

Considerando as práticas de Estágio Curricular Supervisionado, comumente denominado de Ambientação Profissional, o Artigo 7º das Diretrizes Nacionais para os cursos de Graduação em Turismo trata:

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais

²⁹ www.mec.gov.br

desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o respectivo regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria IES, mediante laboratórios especializados, sem prejuízo das atividades de campo, nos diversos espaços onde possam ser inventariados e coligidos traços significativos do acervo turístico, segundo as diferentes áreas ocupacionais de que trata o § 2º do art. 2º desta Resolução, abrangendo as diversas ações teórico-práticas, desde que sejam estruturadas e operacionalizadas, de acordo com a regulamentação própria prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

Exaltam-se nos cursos de bacharelado as práticas de estágio que não devem estar dissociadas à teoria aplicada em sala de aula. São os estágios curriculares as ferramentas que permitem aos acadêmicos a vivência das práticas a serem trabalhadas após a conclusão do processo de formação.

Dentro dos cursos de Turismo e/ou Hotelaria, os estágios têm seu acontecimento em laboratórios específicos ou empresas juniores, sendo que ainda em empresas reais com acordos firmados junto às Instituições de Ensino.

Acontecem basicamente nas seguintes áreas: agenciamento de viagens e transportes, organização de eventos, hotelaria, planejamento turístico e lazer e recreação, tidas como as áreas de maior interesse dentro da formação. Por isso, muitas das instituições contam com agência e hotel escola, dirigidos por responsáveis técnicos, muitas vezes professores da própria instituição, ou apenas professores que orientam os processos de ambientação com ocorrência em empresas do mercado, acordadas com as Instituições. As ambientações em recreação e lazer acontecem junto de Instituições Educacionais, como creches, clubes e até mesmo organizações não governamentais. A organização de eventos é executada em laboratórios específicos que atendem a comunidade de forma gratuita. Ainda, o planejamento turístico acontece, na maioria das vezes, através das parcerias firmadas com órgãos públicos, representados pelas prefeituras municipais.

Muito além do estágio obrigatório, os cursos de formação em Turismo e Hotelaria costumam encorajar seus acadêmicos às práticas de estágios voluntários extracurriculares. Trata-se de uma forma de permitir que os discentes provem as diferentes segmentações do

mercado quando ainda se encontram nos bancos de sala de aula, representadas pelo Artigo 8º do documento, que explicita:

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram os segmentos do mercado do turismo, bem assim com as ações culturais de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Como tarefa finalizadora do processo de formação encontram-se os denominados Trabalhos de Conclusão de Curso que, embora sejam opcionais, às Instituições de Ensino, servem de ferramenta capaz de comprovar a real capacidade do acadêmico no ramo de atuação, uma vez que discorrerá e analisará com determinada criticidade um dado assunto.

São representados, em sua maioria, por monografias, artigos e projetos, produzidos durante o último ano do curso de graduação, orientados por professores pré-definidos do curso, cuja carga horária conta com horas de orientação para referidos trabalhos.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Turismo, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Ao que se refere ao sistema de avaliação, cabe às Instituições de Ensino que ofertam os cursos desenvolver uma sistemática de avaliação que deve estar contida no Projeto Político Pedagógico do curso, relacionada ao ementário básico de cada disciplina ofertada.

Art. 10. As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contêm no processo do curso, observados os aspectos considerados fundamentais para a formação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação.

O Artigo 11 das Diretrizes Nacionais para os cursos de Graduação em Turismo refere-se à quantidade de carga horária oferecida no mesmo: “Art. 11. A carga horária dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior”.

Com relação à quantidade de carga horária para a formação do profissional em Turismo, Shigunov Neto e Maciel (2002, p.49-50) apresentam que:

Uma instituição de ensino superior pode optar por dupla terminalidade. O programa de Tecnologia em Turismo poderá ocorrer em 5 semestres e ser parte integrante de um programa maior destinado ao bacharelado em 8 semestres. Assim, a composição programática do curso de tecnólogo é a parte mais operacional do curso de bacharelado. Ambos os cursos exigem como requisito a conclusão do ensino médio, mas apresentam finalidades diferentes. O curso de Tecnologia em Turismo prepara profissionais para atuarem no mercado de turismo, tendo como foco principal a prestação dos serviços de atendimento ao turista e a operacionalização de equipamentos turísticos (...). Já o curso de Bacharelado em turismo prepara profissionais para atuarem no planejamento, gestão, pesquisa e docência da área do turismo, tendo como foco o turismo como fenômeno econômico e social.

A relação existente entre as cargas horárias dos cursos de tecnologia e bacharelado, bem como demais especificações, são apresentadas por alguns autores, onde Ansarah (2002) aponta que a estrutura do curso de Bacharelado em Turismo deve ser composta de carga horária de 3000 horas, devendo ser concluído entre 04 e 07 anos, com 25% das disciplinas relacionadas à formação básica, 45% à formação profissional, 20% à formação complementar e 10% ao estágio. Shigunov Neto e Maciel (2002, p. 50), com relação aos cursos de tecnologia em Turismo, apresentam que existe proposta de uma carga caracterizada por “2300 horas-aula mínimas aproveitadas, com duração mínima de 2 anos e já computados 10% de horas para estágio”.

O Artigo 12 considera o prazo de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso:

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Nesse diapasão, visando executar um estudo e desenvolver uma analogia entre duas Instituições de Ensino do Estado do Paraná, sendo uma pública e outra privada, optou-se por uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas Universidades do Estado do Paraná, as quais, por razões éticas, serão denominadas: Universidade Privada e Universidade Pública, sendo que a primeira delas oferece o curso de Bacharelado em Turismo e Hotelaria e a segunda o curso de Bacharelado em Turismo.

A justificativa da escolha de uma Instituição que ofereça o curso em Turismo e Hotelaria e outra em Turismo é justamente a do interesse em demonstrar que, embora ofereçam formações diferentes no nome, o conteúdo acaba sendo o mesmo ou muito semelhante, apenas abordado em cargas horárias diferenciadas.

CAPÍTULO III

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O terceiro capítulo, caracterizado pela análise dos dois Projetos Políticos Pedagógicos, apresenta algumas considerações sobre a relevância e representatividade do Projeto Político Pedagógico nas Instituições de Ensino, especificamente nas que oferecem Ensino Superior e, através da apresentação das duas Instituições escolhidas, desenvolve análise de seus Projetos Políticos Pedagógicos, buscando desenvolver uma analogia entre o ensino e currículo por elas disponibilizados, considerando as exigências dos órgãos competentes de ensino no país.

3.1 Algumas considerações sobre o Projeto Político Pedagógico

O universo da organização escolar, independentemente de seu nível, impõe sua indissociação das relações de planejamento e organização. O ensino por si representa a consecução de um plano criteriosamente desenvolvido e analisado, onde cada atividade acrescenta algum tipo de conhecimento à anteriormente aplicada.

Ferreira (1975, p.1.144), apresenta que o termo projeto, “no sentido etimológico, vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação”.

Ao se considerar que a educação está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma série de atividades correlatas, o seguimento de um plano ou de torna-se fundamental para a construção do saber, de forma que se tenha conhecimento dos parâmetros, estrutura disponibilizada, ferramentas de ensino e visão de um ponto de alcance.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico, Vasconcelos (2004, p.169) o define como:

Plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Pode-se compreender que tal projeto serve de ferramenta norteadora para a Instituição de Ensino por encaminhar ações para o futuro, baseadas em sua realidade atual, bem como em

sua História. Trata-se de um plano que provisiona ações a curto, médio e longo prazos, intervindo diretamente na prática pedagógica diária. As ações refletidas no projeto procuram incluir os conteúdos, avaliação e funções e, ainda, relações que se estabelecem dentro da escola e entre a escola e a comunidade. (LONGHI e BENTO, 2006).

Com relação ao provisionamento para a criação de um Projeto Político Pedagógico, hoje denominado apenas Projeto Pedagógico, a Instituição de Ensino, considerando o que já tem, projeta-se à diante para buscar o que ainda seja possível alcançar, relevando todas as possibilidades existentes.

Dessa forma, o Projeto Político representa a própria organização do trabalho pedagógico na escola e não simplesmente o agrupamento de diversos planos de ensino correspondentes às séries escolares as quais se refere, ou seja, sua função não é a de cumprimento de determinações burocráticas, mas a busca pela melhoria, com conhecimento das etapas pedagógicas a serem seguidas.

Há de se ressaltar, de acordo com Veiga (1995, p.13) que o projeto político é, também, “um Projeto Político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”. Com relação ao ser pedagógico, Veiga (1995, p.13) apresenta que:

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Dai a importância desse documento, resultante de um estudo reflexivo, relacionado diretamente com a organização do trabalho pedagógico dentro da escola, bem como especificamente em sala de aula, sendo que sua construção é de responsabilidade da própria escola, provida de toda a autonomia para delinear sua identidade (VEIGA, 1995).

Tratando-se de um projeto, Gadotti (1994, p.579) coloca que:

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a

determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

São justamente as rupturas ocasionadas pelo Projeto Político Pedagógico que permitem que a educação prossiga em busca de novos rumos, sendo que os princípios do projeto devem estar fundados nos princípios que norteiam a escola democrática, onde Veiga (1995) propõe: Igualdade de condições e forma de acesso à escola; Qualidade; Gestão Democrática; Liberdade; Valorização do Magistério.

O surgimento do Projeto Político Pedagógico está justamente pautado como um instrumento de luta, “é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central”. Basicamente, ainda, a construção de referido documento, de acordo com Veiga (2005) encontra-se estreitamente relacionada à reflexão de alguns princípios, culminado na finalidade da própria escola, sua estrutura organizacional, seu currículo, o tempo escolar, relações de trabalho, avaliação entre outras.

Cabe neste momento, a necessidade de se explicitar a dificuldade de se encontrar material que trate dos Projetos Políticos Pedagógicos em Instituições de Ensino Superior, algo que não deixa de ser passível de crítica, até porque o ensino superior tem igual relevância a qualquer outro nível de ensino.

Assim, com a pequena introdução em torno da temática *Projeto Político Pedagógico*, o conhecimento de sua função e sua importância nas questões inerentes à *identificação* de um determinado curso, o qual deve estar inteiramente de acordo às propostas apresentadas pelo MEC é que se pretende, de forma comparativa, discorrer sobre os Projetos Políticos Pedagógicos das duas Instituições de Ensino, objeto de estudo do presente trabalho, de forma a se averiguar possíveis discrepâncias entre si, bem como com relação às Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Turismo no Brasil.

3.2 Apresentação e Análise dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada e curso de Turismo da Universidade Pública e algumas reflexões

De acordo com o material Institucional da Universidade Privada, instalada na região sul do Brasil, especificamente no estado do Paraná, evidencia-se que seu surgimento remonta

o ano de 1972, com objetivos bem traçados: fomentar o ensino superior e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos que colaborassem com a alavancagem e desenvolvimento da região.

A finalidade de abertura da Instituição foi pautada na inexistência de Instituição de Ensino Superior na região, e vislumbrava claros objetivos de atender à grande demanda de profissionais não-graduados que na época eram obrigados a buscar o conhecimento em outros estados da federação, com qualidade e comprometimento.

Para seus fundadores, a área da educação sempre teve prioridade, sendo urgente a necessidade de se formar docentes para as escolas públicas e privadas, compostas na época por quadros representados por profissionais leigos. Assim, a Instituição iniciou sua trajetória oferecendo cursos de licenciatura: Pedagogia (magistério) e Estudos Sociais, em 1972, e Ciências (Matemática) e Letras, em 1975, que reuniam cerca de 600 alunos.

A Instituição sempre foi aceita pela comunidade local, que acreditou que os investimentos em cursos superiores colaborariam para o desenvolvimento socioeconômico – além do cultural –, apoiando as ações de seus dirigentes, que cada vez se empenhavam mais para acompanhar o número crescente de pessoas interessadas em prosseguir os estudos, em seguir carreira. Assim, novos cursos foram, com o passar dos anos, implantados. Na década de 80: Administração e Direito, Ciências Contábeis e Psicologia.

Na década seguinte teve nascimento mais uma opção para os estudantes: o curso de Farmácia. Nessa fase, a Instituição passou a atrair estudantes de outras regiões do Paraná e de outros estados do Brasil, iniciados nessa época, trâmites de transformar a Instituição em Universidade.

No ano de 1993, dirigentes e professores comemoraram o reconhecimento conferido pelo MEC, sendo que nesse mesmo ano a Instituição de Ensino transformou-se oficialmente em Universidade, com claros planos de expansão traçados com muito otimismo e com a intenção de contemplar outras cidades do Estado com o Ensino Superior. Ainda no ano de 1993 iniciaram as atividades algumas unidades *campi* de referida Instituição.

Durante o desenvolvimento crescente, além de se preocuparem com a estrutura predial, referida Instituição Privada priorizou investimentos em tecnologia. Clínicas, laboratórios e ambientes especiais para atividades práticas foram montados, dando início a uma dinamização de seus setores de pesquisa, de extensão e pós-graduação, contando hoje com um número superior a 20.000 acadêmicos.

Sua missão é a educação integral e a prestação de serviços educacionais através de educação inovadora, com qualidade no ensino, pesquisa, extensão e serviços, formando

profissionais competentes e cidadãos responsáveis nas suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e melhoria da qualidade de vida.

Sob o ponto de vista institucional, trata-se de uma Instituição privada particular de ensino superior que tem, por finalidade, buscar permanentemente a excelência no atendimento das necessidades profissionais, técnicas, culturais e humanas do acadêmico, visando a formação integral do ser humano, numa perspectiva ética e de responsabilidade social, buscando desenvolver o pensamento reflexivo e crítico, na construção e aplicação do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional.

Como princípios norteadores almeja:

- Qualidade dos serviços em ensino, pesquisa, extensão e gerenciamento;
- Responsabilidade social;
- Ações e resultados essencialmente inovadores;
- Ambiente de respeito ao indivíduo e ao profissional;
- Atuação com elevados padrões de ética, competência e seriedade;
- Ensino dinâmico e inovador;
- Valorização dos recursos humanos;
- Prover a sociedade de lideranças cívico-morais e intelectuais pela formação e instrução de qualidade;
- Elaboração e reelaboração do conhecimento, levando a comunidade acadêmica a aumentar a competência;
- Criação e recriação, com equilíbrio, de novos conhecimentos e tecnologias, pelo processo de investigação;
- Servir ao indivíduo e à comunidade de onde ela emerge e da qual recebe os insumos para seu processo de vivência;
- Contribuição efetiva para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde mantém seus *campi*.

A sobredita Universidade oferece hoje os seguintes cursos de graduação: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Design em Moda, Direito, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Enfermagem, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, História, Medicina Veterinária, Matemática, Moda, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química,

Química Industrial, Serviço Social, Sistema de Informações e Turismo e Hotelaria. Os cursos Superiores de Tecnologia são nas áreas de Agronegócios, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Design de Moda, Estética e Cosmetologia, Gestão Comercial e Processos Gerenciais. Estão ainda, sendo ofertados como novos cursos de graduação: Engenharia Agrônômica e Civil. Com relação aos cursos de Pós-Graduação em nível *Lato Sensu*, são disponibilizados atualmente 67 cursos dentre todas as unidades campi. Os cursos de Mestrado (Pós-Graduação *Stricto Sensu*) somam um total de três e outros dois interinstitucionais. Ainda, três cursos de graduação à distância são oferecidos pela Instituição de Ensino.

No material institucional *on-line* da Universidade Pública paranaense, clarividencia-se que a mesma originou-se pela integração de quatro faculdades municipais isoladas, de ensino não gratuito, todas paranaenses. Depois de seguidos atos regionais pleiteando a transformação das faculdades isoladas em Universidade multi-campi, deu-se o reconhecimento em 23 de dezembro de 1994, através da portaria n.º 1784-A/94 do Ministério da Educação. No ano de 1999, outras Instituições foram incorporadas a ela, ampliando a área de abrangência da universidade, integrando outras regiões do Estado do Paraná. A universidade conta hoje com 10.020 acadêmicos, distribuídos em 34 cursos de graduação, com 71 turmas em 05 *campi*, além das extensões em três cidades do Estado.

Com relação ao ensino em nível de Pós-Graduação, possui, atualmente, 32 cursos dos quais 04 são caracterizados por programas de mestrado. O corpo docente da Instituição é formado, atualmente, por 1.106 docentes, sendo que desses, 503 têm título de mestre e 222 têm o título de doutor. Ainda, 09 pós-doutores.

Conforme a última avaliação do *Ranking* Nacional do MEC/INEP, a referida Instituição de Ensino figura como a 13^a melhor universidade brasileira, sendo a terceira do Estado do Paraná.

Trata-se de uma instituição de grande porte que reúne uma comunidade de técnicos, administradores, pesquisadores e acadêmicos onde há massivas trocas de informações de diversas naturezas, como científicas, administrativas e informais.

A Universidade Pública, objeto de estudo do presente trabalho, oferece como cursos de graduação, entre todas as suas unidades campi, os cursos: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas em âmbito de bacharelado e licenciatura, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Economia Doméstica, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Agrícola, Engenharia de Pesca, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Farmácia, Fisioterapia, Geografia, Hotelaria,

Informática, Letras com habilitação Português/ Inglês, Português/ Espanhol/ Português/Italiano, Português/ Alemão, Matemática, Medicina, Odontologia, Pedagogia, Secretariado Executivo Bilíngüe, Serviço Social, Turismo e Zootecnia. Na área de Pós-Graduação, a Universidade possui cinco cursos de especialização *lato sensu* em andamento, 13 a serem ofertados, dez programas de mestrado (*stricto sensu*) e dois programas de Residência (uma médica e outra odontológica).

A breve explanação sobre ambas Instituições de Ensino demonstram uma estrutura desenvolvida em quantidade de unidades *campi*, cursos oferecidos e possibilidades de especialização, uma vez que oferecem cursos de graduação, especialização em níveis *lato e stricto sensu*, cursos de graduação caracterizados pelo ensino à distância e cursos superiores tecnológicos.

Cabe neste momento, uma justificativa sobre a decisão de se desenvolver a análise comparativa entre um curso de Turismo e um curso de Turismo e Hotelaria.

O objetivo de referida análise foi o de demonstrar que embora com nomes diferentes, os cursos em si não apresentam matrizes tão diversificadas.

O curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada teve seu reconhecimento pela Portaria do MEC N.º 3.517, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 28/11/2003, com atividades iniciadas no ano de 2000, regime anual. Por falta de demanda, neste ano de 2009, seu curso de Turismo e Hotelaria forma sua última turma e já não vem sendo ofertado há três anos. Seu funcionamento é noturno e a quantidade de vagas oferecida, enquanto acontecia, era de 80/ano.

O curso de Turismo da Universidade Pública teve seu reconhecimento pela Portaria Ministerial N.º 188 de 25 de março de 1987, com atividades iniciadas no ano de 1984, regime anual. Desde sua abertura, seu curso de Turismo tem formado turmas e continua sendo ofertado. Seu funcionamento é noturno e são oferecidas 40 vagas/ano.

A versão analisada do Projeto Político Pedagógico do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada corresponde ao ano de 2006, atualizado e aprovado em 02/02/2007 é iniciado com uma breve apresentação sobre a relevância do documento no processo de planejamento, organização e execução de um curso, explicitando que o documento se caracteriza por imprimir “direção com especificidades e singularidades e apresenta, de forma clara, o funcionamento do curso, suas prioridades e estratégias de trabalho”, tratando um dos maiores assuntos discutidos por autores da área: a flexibilização, “condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade”.

Seguido pelo histórico e potencialidade da unidade, em especial o *Campus* de oferta do curso, atrelado ao *Campus* Sede da Universidade, onde o curso tem seu funcionamento, o documento discorre de todo o processo de construção da universidade, seus ideais e suas portarias de aprovação de funcionamento, bem como interesse pela prestação de um serviço de ensino de qualidade “sintonizado com as tendências de mercado de trabalho e comprometida com sua missão de universidade cidadã”. Ainda, nesta apresentação, são apontados dados como abrangência da Instituição de Ensino, número de unidades *campi*, área física, acervo disponibilizado, número de títulos e volumes, quantidade de docentes, funcionários administrativos, discentes, investimento em capacitação docente, informações estas, imprescindíveis para um documento que demonstra a realidade e anseios de um curso e Instituição de Ensino comprometida.

No que se denomina justificativa e histórico do curso, explicita-se que:

O atual mercado de Turismo e Hotelaria vem apresentando rápido crescimento mundial, tendo se revelado como importante atividade sócio-econômica, refletindo seus efeitos na geração de rendas, divisas, e na minimização das desigualdades regionais relacionadas às questões culturais e de lazer. Neste sentido, o Brasil, desponta como um país com grande potencial no mercado internacional para a realização de investimentos na área.

Assim, atenta às necessidades do setor turístico foi que tal Universidade Privada criou, “através da Resolução N.º 05/99, de 16/01/1999, o Curso de Turismo e Hotelaria na Unidade”, curso este que teve início de suas atividades em 07 de fevereiro de 2000, oferecendo 80 vagas com funcionamento no período noturno.

Tendo em vista as considerações em torno da área, caracterizada por uma franca expansão:

O Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade [...] é efetivamente voltado para a formação de profissionais competentes e comprometidos com a profissionalização do turismo e da hotelaria e que possuam uma formação teórica sólida que garanta o desenvolvimento de habilidades e competências, desenvolvendo o espírito analítico e reflexivo, contribuindo com soluções para aos problemas de adaptação do homem à sociedade.

O documento aponta que a conjuntura do mercado e situação local e regional identificam alguns aspectos compreendidos como “oportunidades ao desenvolvimento do Curso de Turismo

e Hotelaria, destacando-se, entre outros, o reconhecimento, pelo mercado de trabalho, do profissional formado [...] e o potencial turístico da região”.

Vale ressaltar, porém, que a região na qual se encontra não é caracterizada por nenhum atrativo turístico de grande relevância, senão o parque nacional da Ilha Grande, localizado a mais de 100 quilômetros do local. A região do município caracteriza-se pelas práticas agropecuárias, sediando vários eventos da área. Porém, a grade curricular do curso analisado não desenvolve especificamente nenhuma disciplina focada especificamente à essa peculiaridade.

Considera-se que uma vez que o profissional bacharel atuará na prestação de serviços relacionados à hospitalidade em um contexto geral, “procura-se, assim, visar a consolidação da formação acadêmica tecnicamente competente, ética e socialmente relevante ao seu segmento. Dando-se ênfase para a integração entre a teoria e prática, prezando pela a inter e multidisciplinaridade”. Destaca-se, também, a “simultaneidade entre as áreas estratégicas Ensino, Pesquisa e Extensão - isto é, o compromisso com a produção científica, tanto a nível docente, quanto discente como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e da formação intelectual e social”.

Por se tratar de um ramo de atividade caracterizado pelo deslocamento voluntário de pessoas para locais diferentes de seu *habitat* natural, uma gama de empresas:

Oferece serviços de transporte, alojamento, alimentação, gerenciamento, entretenimento e outros, buscando atender a demanda existente. O principal papel é o de satisfazer os anseios e necessidades do turista, uma vez que por ser um produto intangível, o turismo acaba gerando *sonhos* em seus consumidores, surgindo assim à necessidade de profissionais especializados, ou seja, de Bacharéis em Turismo e Hotelaria.

Dessa forma, de acordo com o documento analisado, o curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada pretende:

Durante a graduação, fornecer ao futuro profissional uma visão abrangente e completa do que é a profissão, bem como, o que o mercado turístico e hoteleiro representam, prezando sempre pela hospitalidade. O Curso deve ainda garantir uma Matriz Curricular que permita uma sólida formação profissional de acordo com as necessidades inter e multidisciplinar que interagem com o fenômeno turístico.

A concepção do curso em pauta pretende oferecer aos alunos da graduação ensino de qualidade, não somente apoiados em ensino “livresco, formal, enciclopédico, repleto de

verbalizações inócuas, mas por um ensino centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem”. Trata-se de uma condição já abordada quando mencionadas as características da escola nova, exercendo o professor papel coadjuvante no processo de desenvolvimento de seu alunado.

O curso objetiva não somente atender aos anseios mercadológicos, mas permitir integração entre teoria e prática, com princípio básico de promoção da interdisciplinaridade, buscando “estar atualizado em relação aos problemas e transformações que ocorrem no setor turístico e hoteleiro, integrados às demais áreas afins”.

Assim, incentivando a iniciação científica, seu curso de Turismo e Hotelaria estimula a elaboração de trabalhos e projetos críticos, com rigor científico, que com criticidade reflitam as condições reais de seus objetos de estudo, capazes de propor melhorias, respaldados por um auxílio metodológico-científico. O curso, além do contato com o professor oferece, em especial, atendimento acadêmico e permite o contato com o ensino, pesquisa e extensão através do desenvolvimento de atividades extracurriculares, imprescindíveis no processo formador do futuro profissional.

Atividades regulares entre alunado e professorado com acontecimento durante o ano letivo incentiva a discussão sobre o processo “ensino/aprendizagem, a questão da infraestrutura, carga horária, projetos viáveis para o Curso e a comunidade, a capacitação docente e a postura deste diante do alunado, bem como um *feed back*³⁰ do curso”.

É aplicado, anualmente, junto aos acadêmicos do curso, bem como seus docentes, questionário com o mero intuito de desenvolver uma análise sobre a qualidade do ensino, estrutura, serviços oferecidos, entre outros, capazes de nortear a busca pela qualidade na prestação do serviço do ensino.

O documento não se furta de apresentar a evolução do curso nos últimos anos, apontando dados como: Número de Vagas Ofertadas, Número de Inscritos no Paraná, Processo Seletivo, Vagas Oferecidas pelo PROUNI³¹, Admissão de Diplomados, Transferências Recebidas, Renovação de Matrículas, Transferências Expedidas, Trancamentos de Matrícula, Desistências, Desligamentos, Número de Turmas, entre outros. Todos esses dados mapeiam a realidade do curso.

³⁰ Do inglês: parecer, resposta, favorável ou não sobre um determinado assunto.

³¹ PROUNI: Programa Universidade para Todos. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, ele oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Disponível em <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/Oprograma.shtml>

Característica comum ao ensino em Turismo e/ou Hotelaria no país, concomitante a um processo de expansão dos cursos, percebe-se uma grande evasão ou não formação de turmas (uma espécie de desinteresse pela área), talvez pautada nas discussões em torno na formação *multi* ou ainda, em torno do tecnicismo e cientificidade.

Não diferente, o curso em Turismo e Hotelaria dessa Universidade Privada apresentou nos últimos anos uma não formação de turmas, a inexistência de uma demanda capaz de manter seu funcionamento.

Assim, no presente ano de 2009, o curso formará sua última turma, não existindo uma certeza quanto à possível oferta do curso em anos seguintes.

Com relação aos objetivos do curso, apresentam-se seus objetivos geral e específicos:

Objetivo Geral: Formar profissionais aptos a exercerem atividades ligadas ao planejamento, organização, gestão e execução de ações relativas ao Turismo e a Hospitalidade, com senso crítico visando sempre o desenvolvimento do Turismo com ética e comprometimento com a sociedade como um todo, através de uma formação continuada e generalizada no que se refere aos conhecimentos gerais das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas.

Objetivos Específicos: O curso de Turismo e Hotelaria [...] formará profissionais qualificados para atuarem nas atividades relacionadas ao fenômeno turístico e à hospitalidade. Seus objetivos estão relacionados ao perfil profissiográfico de modo a assegurar a formação profissional, buscando:

- Articular a teoria com a prática através de intercâmbios de conhecimentos;
- Desenvolver habilidades de sociabilidade, hospitalidade, dinamismo e criatividade, possibilitando ao bacharel em Turismo e Hotelaria tornar-se um gestor e líder de organizações turísticas e hoteleiras, em condições de promover mudanças gerando resultados científicos;
- Dimensionar a estrutura curricular propiciando adequação de áreas de concentração em Turismo e Hotelaria que facilitem ao acadêmico o ingresso no mercado de trabalho;
- Identificar a importância do meio-ambiente para a prática do turismo e o desenvolvimento sustentável;
- Identificar a importância dos aspectos histórico-culturais no contexto turístico prezando pela preservação dos atrativos histórico-culturais, bem como das manifestações populares;
- Identificar o Turismo como uma das maiores fontes de geração de rendas e empregos no mundo;
- Ofertar condições de aprendizagem de idiomas estrangeiros;
- Promover a instrumentalização adequada aos discentes para a formação de uma base conceitual;
- Propiciar uma visão interdisciplinar do fenômeno turístico com domínio do conhecimento, habilidades e ferramentas do campo profissional;

- Proporcionar estágio supervisionado como forma de consolidar a teoria e a prática através do conhecimento de mercado.

Visualiza-se, nesse contexto, claramente qual o perfil profissiográfico almejado pela Instituição de Ensino, que intenciona formar um profissional consciente sobre cidadania, ético no trato com as populações dos núcleos emissores e receptores, bem como com a preservação do meio ambiente e meio cultural, exercendo sua função de forma sustentável e de acordo aos preceitos básicos da boa conduta e convivência, que tenha conhecimento pleno da realidade turística e hoteleira, em âmbitos nacional e internacional.

Quando apresenta as formas de acesso à Instituição de Ensino, o documento apresenta que o mesmo depende do limite de vagas oferecidas a cada curso e autorizadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, constando de dois Módulos distintos, cada um deles composto por características de avaliação e classificação distintas, sendo o primeiro deles caracterizado pelo tradicional concurso vestibular, havendo acréscimo de pontos conforme o resultado obtido no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, na soma de pontos das provas do Processo Seletivo. O segundo deles corresponde à uma segunda avaliação do processo seletivo, para preenchimento de vagas remanescentes, estando esgotadas as listas de classificados do curso, realizadas em período posterior ao primeiro e que “classificará os candidatos inscritos pelas médias gerais do Histórico Escolar do Ensino Médio e pela nota obtida na Prova de Redação. Esse módulo compreenderá a terceira etapa da matrícula”. As inscrições do processo seletivo são abertas através de Edital da Reitoria, publicado no Diário Oficial da União e fixado nas dependências da Instituição e *website*³² da mesma, constando o rol dos cursos oferecidos, número de vagas, documentação exigida para a participação do processo, relação das provas, critérios de avaliação, bem como outras informações de utilidade.

Ao apresentar as competências e habilidades proporcionadas pela formação da Instituição de Ensino, o curso de Graduação em Turismo e Hotelaria conduz a formação de um profissional com as seguintes intenções:

- Adquirir conhecimentos específicos das áreas do turismo e da hotelaria, buscando sempre adequá-los, no desempenho técnico-profissional, aliando o humanismo à simplicidade e à ética;
- Ampliar o conhecimento das línguas estrangeiras para atender às necessidades dos segmentos turísticos e hoteleiros;
- Assimilar os modelos das gestões inovadoras;

³² Website: Do inglês, página eletrônica/virtual.

- Atuar como agente multiplicador dos conhecimentos da área de turismo e hotelaria;
- Atuar em todas as áreas concernentes à profissão seja no planejamento, na organização, na gestão, no assessoramento ou na consultoria;
- Colaborar na elaboração e na implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e no Plano Nacional de Turismo (Gestão 2003/2007);
- Compreender a complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento, na atualidade encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- Compreender os aspectos naturais, históricos, culturais, econômicos e humanos em prol do desenvolvimento e da preservação de uma cidade e/ou região;
- Conhecer e dominar o exercício da hospitalidade;
- Conhecer, Interpretar e aplicar a legislação vigente;
- Desempenhar suas aptidões pessoais ligadas à sociabilidade, hospitalidade, dinamismo, criatividade e o senso de organização;
- Desenvolver a comunicação pessoal, cultural e a utilização de expressões corretas nos documentos técnicos específicos e de interpretação da realidade nas organizações;
- Elaborar, desenvolver, avaliar e analisar projetos turísticos e hoteleiros;
- Estabelecer normas, detectar, aplicar e gerenciar a qualidade dos serviços turístico-hoteleiros;
- Gerenciar e controlar atividades nos principais setores da área turística e hoteleira;
- Integrar-se e contribuir para a ação entre as equipes interdisciplinares;
- Planejar e operacionalizar inventários e espaços turísticos / hoteleiros através de planos visando a viabilidade econômica financeira utilizando a metodologia adequada;
- Planejar, organizar e efetuar diagnósticos, visando solucionar os problemas, dimensionar os recursos, desenvolver estratégias para o desenvolvimento do Turismo e da Hotelaria;
- Resolver as mais diversas situações com flexibilidade e adaptabilidade diante dos problemas e desafios de ordem organizacional;
- Saber utilizar corretamente os recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas, das empresas e instituições, tanto públicas como privadas e da população residente;
- Saber utilizar-se do raciocínio lógico, crítico e analítico;
- Ser um profissional atuante, responsável e qualificado para o exercício do turismo e hotelaria.

De maneira objetiva, as competências e habilidades do futuro profissional são apresentadas, considerando os dois principais ramos de atuação: o Turismo e a Hotelaria. Claramente, o material disponibiliza algumas considerações, às vezes mal apresentadas, capazes de criar algum tipo de confusão ao leitor, sendo uma delas as questões relacionadas ao ensino da língua estrangeira, que não deve estar associada a uma prática de ensino completa, mas sim complementar, com o intuito de aprimorar um conhecimento já existente, pelo fato de ser impossível o ensinamento de um idioma com carga horária reduzida e em

pouco tempo. Mesmo assim, ao ler o documento, tem-se a impressão de que o curso oferece cursos de língua estrangeira capazes de propiciar ao bacharel pleno domínio daquela língua ensinada.

Porém, da forma relatada, subliminarmente, o material ainda, ou apresenta características relacionadas à possibilidade de se alcançar após a graduação uma posição hierárquica elevada, embora quando graduados muitos dos bacharéis deparem-se com oportunidades estritamente operacionais e de baixa hierarquia dentro das organizações, ou posições autônomas, sendo que nem sempre o bacharel terá condições de abrir e gerenciar um próprio negócio.

O ensino em Turismo e/ ou Hotelaria no Brasil acaba por não considerar a possibilidade de o bacharel tornar-se um *empregado*, inclusive em atividades mais simplistas como a de garçom, camareiro, atendente de uma agência de viagens etc., até pelo fato que a cultura brasileira trata com descaso e de maneira discriminatória tais atividades. Eis o surgimento de uma relação já apontada no decorrer do presente estudo.

Ao tratar da área de atuação profissional o documento baseia-se em dados apresentados pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) como sendo uma área de constante desenvolvimento, inclusive na economia mundial, o que reforça a possibilidade do Bacharel em Turismo e Hotelaria atuar em um mercado diversificado, caracterizado por:

- Agências de viagens e turismo;
- Áreas de turismo de segmentos;
- Áreas voltadas ao entretenimento, como recreação e lazer programados;
- Assessoria e consultoria em assuntos relacionados com turismo e hotelaria;
- Centros de informação, documentação e pesquisa turística;
- Companhias áreas e demais setores de transportes;
- Escritor de textos e publicações para jornais, revistas e livros especializados;
- Estabelecimentos privados turísticos e hoteleiros;
- Eventos de caráter regional, nacional e internacional em geral;
- Formação profissional em Instituições de Ensino Médio ou Superior de Turismo, em instituições públicas ou privadas, nos campos de educação e pesquisa;
- Instituições de caráter misto (público e privado) para fomento, planejamento, pesquisa e controle de atividades turísticas;
- Marketing e vendas turísticas;
- Órgãos oficiais de Turismo;
- Serviço de Alimentos e Bebidas em vários segmentos.

Cabe uma crítica com relação à habilidade de atuação na Formação Profissional em Instituições de Ensino Médio ou Superior de Turismo, públicas ou privadas, nos campos de Educação

e Pesquisa, uma vez que o curso em pauta não é caracterizado por um curso de Licenciatura. Assim, apresentar que uma das possibilidades do graduado seja a docência não deixa de ser uma colocação no mínimo arriscada. Percebe-se no Turismo e Hotelaria, inclusive nas literaturas, uma dificuldade de apresentação de conteúdos, talvez justificadas em uma formação superficializada, dependente de outras áreas do conhecimento. Não obstante, a prática da docência exige uma formação em um curso de licenciatura ou no mínimo a execução/titulação de um curso de especialização específico para a atuação, o que não é oferecido pelo presente curso, que sequer oferece uma cadeira específica às práticas do ensino.

A metodologia aplicada no Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada, bem como as diretrizes didático-pedagógicas de todos os cursos superiores da Instituição são definidas por seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo ainda, supervisionada pela Diretoria Executiva da Gestão do Ensino Superior.

No curso de Turismo e Hotelaria, em especial, como rege seu Projeto Político Pedagógico:

O cotidiano de sala de aula no curso de Turismo e Hotelaria [...] é espaço de múltiplas estratégias que permitem estabelecer uma produtiva relação ensino-aprendizagem. Englobando aulas teóricas, expositivas, elaboração de seminários, estudos de casos teóricos, análise de documentários, elaboração de análises críticas, orientação de pesquisa bibliográfica, de pesquisa a fontes primárias além da ampliação da visão do Turismo e da Hotelaria no cenário mundial.

Ainda, o mesmo projeto prevê parcerias com empresas do mercado turístico, visando integração da teoria e prática capazes de auxiliar no processo de formação de seus discentes. Além dos acordos existentes com empresas do ramo, a Instituição conta com um Hotel Escola, com uma Agência Escola de Turismo, Laboratório de Turismo (espécie de biblioteca específica do curso, equipada com computadores para a pesquisa, aparelho televisivo, aparelho de DVD), brinquedoteca (espaço específico do curso de Pedagogia, mas utilizado pelos acadêmicos do curso de Turismo e Hotelaria para as práticas de Recreação e Lazer), cozinha (espaço específico do curso de Nutrição, mas utilizados pelos acadêmicos do curso de Turismo e Hotelaria para as práticas da disciplina de Alimentos e Bebidas), Laboratório de Eventos (para as práticas de organização de eventos), bem como a biblioteca da unidade.

Trabalhando a organização didático-pedagógica do curso, o curso prioriza:

- Formação científica, cuja leitura e interpretação de trabalhos estimulará no acadêmico a sua capacidade crítica e a sua dedicação às atividades complementares, buscando a integração entre os conhecimentos adquiridos e a sua respectiva aplicabilidade de forma eficiente e permanente;
- Formação humanística e ética que será tratada nas disciplinas específicas de cunho social bem como nas demais.

O regimento interno do curso não deixa de prezar pela interdisciplinaridade, promovendo um ensino voltado à integração de duas ou mais disciplinas, que “levem o aluno a compreender a reciprocidade dos objetivos, dos conceitos, dos conteúdos, da metodologia, das finalidades e das formas de organizar e sistematizar o conhecimento científico” de forma que não exista rompimento dos conteúdos tradicionais, mas uma nova forma de enfrentá-los.

As disciplinas, parte do currículo disponibilizadas no curso de Turismo e Hotelaria dessa Instituição de Ensino Superior, são compostas de carga horária de 80 ou 160 horas/cada, sendo todas de cunho teórico. A carga horária do estágio curricular em Turismo, denominada ESTURH é de 360 horas e a carga horária das atividades complementares (jornadas, seminários, aulas magna, visitas técnicas, entre outros) é de 200 horas/aula.

A seguir, quadro de distribuição anual das Disciplinas.

Quadro1: Distribuição anual das Disciplinas

Disciplinas	Carga Horária Total	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Oferta
Primeira Série				
Teoria Econômica	80	80	00	Anual
Teoria Geral do Turismo e Hotelaria	160	160	00	Anual
Comunicação Oral e Escrita	80	80	00	Anual
Sociologia e Antropologia	80	80	00	Anual
Inglês Instrumental	80	80	00	Anual
Elementos Históricos do Turismo	80	80	00	Anual
Pesquisa em Turismo e Hotelaria	80	80	00	Anual
Planejamento e Gestão de Negócios em Turismo e Hotelaria	160	160	00	Anual
Segunda Série				
Planejamento da Recreação e Lazer	80	80	00	Anual
Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria	80	80	00	Anual

Estatística Aplicada ao Turismo e Hotelaria	80	80	00	Anual
Filosofia e Ética Profissional	80	80	00	Anual
Desenvolvimento Turístico	80	80	00	Anual
Elementos Geográficos do Turismo	80	80	00	Anual
Gestão de Hospitalidade	160	160	00	Anual
Técnicas de Relações Públicas e Eventos	160	160	00	Anual
Terceira Série				
Noções de Direito e Legislação	80	80	00	Anual
Aplicada ao Turismo e Hotelaria	80	80	00	Anual
Patrimônio Cultural				
Agência de Viagens, Transportes e Roteiros Turísticos	160	160	00	Anual
Controladoria Turística e Hoteleira	80	80	00	Anual
Espanhol Instrumental	80	80	00	Anual
Gestão de Restaurantes e	160	160	00	Anual
Biossegurança no Trabalho				
Planejamento Hoteleiro	80	80	00	Anual
Turismo em Áreas Naturais	80	80	00	Anual
Quarta Série				
Desenvolvimento de Hotéis	160	160	00	Anual
Administração de Operações e Materiais	160	160	00	Anual
Marketing e Promoção de Vendas em Turismo e Hotelaria	160	160	00	Anual
Consultoria em Projetos Turísticos e Hotelaria	160	160	00	Anual
Estágio Supervisionado em Turismo e Hotelaria	360	00	360	Anual

Fonte: Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada analisada. Coleta de dados 2008.

A presente grade curricular apresenta um total de 3040 horas. O Estágio Curricular Supervisionado, denominado ESTURH compreende uma carga horária de 360 horas, sendo que ainda são exigidas 260 horas entre as atividades de cunho acadêmico, social e cultural, denominadas atividades extracurriculares (palestras, jornadas, congressos, aulas magnas, participação em espetáculos, ações sociais, cursos extras, etc).

Dessa forma, a carga total do curso é de 3600 horas, o que se enquadra às exigências do MEC, que propõe para o curso uma carga mínima de 3000 horas.

Uma crítica a ser feita à presente grade é a colocação de todas as horas do estágio na última série do curso, difícil de ser concluída para um discente que, além de estudar, ainda tenha um trabalho fixo durante os dias úteis.

Ao se analisar a matriz curricular em vigor do curso de Turismo e Hotelaria dessa Instituição de Ensino Superior, torna-se possível a divisão das disciplinas entre as generalistas (de formação científico-humanística) e as específicas (profissionalizantes).

Dentre as 28 disciplinas do curso, nove delas estão relacionadas ao turismo e hotelaria, quatro disciplinas são específicas à hotelaria, cinco disciplinas são específicas ao Turismo e 10 disciplinas são de formação científico-humanística, proposta essencial da LDB. A carga destinada ao estágio é desenvolvida na área de preferência do acadêmico, para a execução de seu trabalho de conclusão de curso. Os espaços denominados *inteligentes*, representados pelo Hotel Escola, Agência Escola, Brinquedoteca e Laboratório de Turismo, oferecem atividades de estágio voluntário, sendo ainda utilizados durante as aulas.

As atividades práticas desenvolvidas no curso não são caracterizadas por carga horária definida na grade curricular, mas representam: Campanha de Conscientização Turística (prática da disciplina Teoria Geral do Turismo e Hotelaria); Inventário Turístico (prática das disciplinas de Planejamento e Gestão de Negócios da Atividade Turística e Hoteleira e Desenvolvimento Turístico); Projeto Interdisciplinar Módulo Lazer e Eventos-PIMLE (prática das disciplinas de Planejamento Recreação e Lazer, Técnicas de Relações Públicas e Eventos e Psicologia Aplicada ao Turismo); Ambientação Profissional na Hotelaria (prática da disciplina Gestão da Hospitalidade); Laboratório de Eventos e Congresso Paranaense de Artes, Comunicação e Turismo (prática da disciplina Técnicas de Relações Públicas e Eventos); Estudo de viabilidade para implantação de meio de hospedagem (prática da disciplina Planejamento Hoteleiro); Elaboração de Roteiros Turísticos Nacionais e Internacionais e Ambientação Profissional em Agência de Viagens e Turismo (prática da disciplina de Agência de Viagens, Transportes e Roteiros Turísticos). O documento ainda prevê, aliado *a tais atividades*, “participação nos projetos de extensão, ensino e pesquisa ofertados pela universidade”.

No que tange à execução do Estágio Curricular obrigatório, denominado pela Instituição de Ensino *ESTURH*, o mesmo previsto na Matriz Curricular do curso, tem por objetivo possibilitar ao acadêmico a prática tendo como base os conhecimentos adquiridos nos bancos de sala, contando com a orientação de um professor responsável, de acordo com a área de atuação escolhida para o desenvolvimento da atividade.

Os objetivos do Estágio em Turismo e ou Hotelaria- *ESTURH* são:

Objetivo Geral:

- Promover uma revisão do saber específico do curso e de suas práticas profissionais dentro do campo do Turismo e Hotelaria, atendendo ao perfil profissiográfico do Curso, promovendo a interação entre a aprendizagem acadêmica e a experiência prática.

Objetivos Específicos:

- Aplicar na prática os conhecimentos técnicos aprendidos no curso;
- Atender o Regulamento de ESTURH, de acordo com a Lei N.º 6.494, de 07/12/1977 e Decreto 87.497 de 18/08/1982, estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação para a realização de Estágios Supervisionados em Turismo e Hotelaria;
- Capacitar o acadêmico a sugerir mudanças nas organizações;
- Oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à atuação nos setores turísticos e hoteleiros;
- Permitir ao estudante conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das empresas, avaliando e identificando-se com o futuro campo de trabalho;
- Possibilitar a busca de alternativas próprias para a realidade vivenciada;
- Possibilitar aos acadêmicos a reflexão teórica sobre a prática necessária, para que se consolide a formação profissional do Profissional de Turismo e Hotelaria;
- Promover condições para que o aluno reflita criticamente sobre as informações e experiências recebidas e vivenciadas, observando os critérios científicos;
- Propiciar condições para que o aluno analise e trate as informações de forma sistemática, tanto na exposição quanto na defesa das mesmas por escrito ou oralmente, capacitando-o a compreender a atuação do todo no contexto sócio-político-econômico e ético;
- Proporcionar ao acadêmico as orientações que o direcionem à análise e reflexão crítica, contextualizada da dinâmica do Turismo e/ou Hotelaria em relação ao tema desenvolvido;

A construção do trabalho do estágio baseia-se no levantamento de dados, referencial bibliográfico e coleta de informações necessárias à composição do relatório final, mediante regulamento proposto e aprovado pelo colegiado do curso de Turismo e Hotelaria. O relatório final de estágio transforma-se em trabalho de conclusão de curso (monografia), submetido a uma banca composta por três professores do curso e é considerado requisito imprescindível para a conclusão do curso.

O documento designa um de seus subitens para as atividades de Monitoria Acadêmica; um programa que visa minimizar problemas relacionados à reprovação e abandono de disciplina, aos acadêmicos que necessitam de orientação extraclasse. A orientação é aplicada por um acadêmico que já tenha cursado a série, determinado por intermédio de um processo seletivo. O curso conta com um Programa de Tutoria Acadêmica (identificado por um

programa onde um determinado professor torna-se tutor de uma determinada turma, com o simples objetivo de integrar o alunado ao conjunto de atividades acadêmicas); Atividades de Atendimento Acadêmico (carga horária destinada a alguns professores para atenderem os acadêmicos do curso, esclarecendo dúvidas e incentivando-o à pesquisa e à complementação do conteúdo, orientação de trabalhos entre outros); Programa de Nivelamento Acadêmico (programa destinado aos acadêmicos da primeira série dos cursos de graduação, cujo objetivo é facilitar o processo ensino-aprendizagem “no que diz respeito à assimilação dos conteúdos universitários, por meio do resgate dos conteúdos essenciais, visando minimizar defasagens de conteúdos das disciplinas básicas advindas do Ensino Médio”); Programa Individual de Atenção ao Estudante (destinado ao atendimento de situações aversivas que podem ser vivenciadas pelos acadêmicos no contexto universitário); Acompanhamento dos Egressos (propiciado por um espaço *online* para a integração da comunidade universitária com seus ex-alunos), ainda, o documento descreve as Atividades do Conselho de Professores de Turma, Atividades de Pesquisa na Área do Curso, Atividades de Extensão na Área do Curso, bem como Atividades de Pós-Graduação na Área do Curso, embora na unidade em que se encontra o curso não exista oferta de curso em nível de pós-graduação na área do Turismo e/ou Hotelaria.

Tratando do corpo docente do curso, seu Projeto Político Pedagógico reserva um capítulo para a apresentação de todos os docentes, titulação, área de conhecimento da titulação e dedicação (carga horária trabalhada), apresentando inclusive o perfil do corpo docente e as tipologias de regime de trabalho oferecidas pela Instituição de Ensino. São apontadas também as políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização desse corpo docente e funcionários técnico-administrativos.

No que se refere à coordenação do curso, a mesma é de responsabilidade de um Professor Coordenador, com mandato de dois anos, podendo este ser reconduzido. De acordo com o documento “a coordenação tem papel central no desenvolvimento das atividades ligadas ao curso de graduação. Entre as atribuições da coordenação estão as atividades administrativo-pedagógicas que oferecem suporte ao curso”. O perfil do coordenador e seu currículo resumido são disponibilizados pelo documento, que também dedica um espaço às informações pertinentes ao colegiado do curso e informações sobre os recursos humanos, materiais e infra-estrutura administrativa da unidade onde tem funcionamento o curso.

O documento também apresenta um demonstrativo do acervo de livros e periódicos da biblioteca da universidade, categorizados por assuntos, tanto de forma geral, como os

específicos do curso de Turismo. Ainda, dos CD- ROMS, DVDS e Fitas VHS de materiais inerentes ao Turismo e/ou Hotelaria, disponibilizados no Laboratório de Turismo do curso.

O material se finda com uma apresentação em torno do sistema avaliativo da Instituição, tanto em âmbito de auto-avaliação, avaliação do ensino-aprendizagem, avaliação institucional e avaliação do projeto pedagógico, que representam a preocupação da Instituição de Ensino com a qualidade dos serviços prestados a seus acadêmicos.

A versão analisada do Projeto Político Pedagógico do Curso de Turismo, *sic*, da Universidade Pública paranaense corresponde ao ano de 2003, como uma proposta de alteração da versão vigente do ano de 2002, veiculada através do processo de N.º 4.309.307-0/2002 cuja justificativa de alteração é atribuída à falta de condições de operacionalização da antiga versão que gerava entraves ao curso.

De acordo com o referido Projeto Político Pedagógico:

Reforça essa justificativa a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais chamando por uma flexibilização a fim de, entre outros, facilitar as transferências entre Instituições, de uma localidade para outra, ou até na mesma localidade, sem causar delonga na integralização do curso ou em *perda de tempo*, além de criar disciplina auxiliar para cumprir esse requisito, tal como a indicação de disciplinas independentes.

Dentre os fatores que originaram a alteração do Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo dessa Instituição de Ensino, pautada pelos anseios da comunidade acadêmica e colegiado do curso detectaram-se alguns pontos negativos como ampliação de carga horária com a justificativa de “atividades laboratoriais sem atendimento em nenhum momento da integralização da grade”, ainda, a retirada de disciplinas relacionadas à formação do bacharel, em detrimento de disciplinas técnicas voltadas à formação do perfil específico, além do desdobramento de disciplinas com ementas não compatíveis ou repetitivas. Ficou decidido que para essa nova versão haveria “redução de carga horária das disciplinas, renomeação de disciplinas e indicação de novas disciplinas”.

Evidencia-se, dessa forma, uma valorização do conteúdo básico de formação do bacharel e desinteresse pelas disciplinas relacionadas à formação técnica, ensejada pelo mercado de trabalho.

O Projeto Político Pedagógico dessa Instituição de Ensino Superior aponta ainda, com relação à sua versão anterior, a existência de uma discordância quanto as práticas laboratoriais e visitas técnicas, que concretamente não se cumpriam, ocasionado um desencontro às propostas do documento do ano 2000. Outra questão colocada foi a necessidade de se colocar

fim às aulas ministradas aos sábados, resultantes do aumento de carga horária de algumas disciplinas técnicas do antigo documento. O ensino massivo em disciplinas técnicas e operacionais representa o ensino técnico (divergente das propostas dos cursos de graduação em nível de bacharelado) e, também, pelo fato de que, pela Instituição estar sediada em uma zona turística nacional de relevância, desde o início dos estudos, os acadêmicos são convidados a trabalhar/ estagiar em empresas do ramo. De acordo com o documento, tal sistemática colabora de forma negativa, pelo fato de que o curso passa a patrocinar “uma contraposição ao proposto das Diretrizes Curriculares Nacionais no que diz respeito à orientação do Parecer 146/2002 CNE” que explicita a importância de se:

[...] propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;

[...] contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional, incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar.

Percebe-se dessa forma um não interesse da Instituição pelas questões técnicas, embora o mercado, que busca a contratação de especialistas operacionais, tenha sido participativo no recebimento de acadêmicos como funcionários/estagiários, o que leva a concluir que talvez o curso devesse procurar a manter os conteúdos básicos, não deixando de focar os tópicos técnicos/operacionais, que fazem parte da realidade da localidade na qual a Instituição de Ensino se encontra inserida, o que não necessariamente significa ministrar aulas aos sábados.

Uma falha também percebida na formatação da grade curricular do Projeto Político Pedagógico anterior foi a não “formação de habilidades do planejador ou gestor propriamente dito”, que também se mostrava contrária a alguns dos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais, que são:

[...] Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridos fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada.

[...] Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.

[...] Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de

exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.

[...] Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

Com relação às concepções, finalidades e objetivos do curso, fica claro que tal Instituição de Ensino Superior disponibiliza um curso organizado através da multidisciplinaridade, com estreita relação com as condições da vida humana, sejam políticas, econômicas, sociais, ambientais, entre outras, que reúne um conjunto de disciplinas que visam dar “aporte técnico e científico voltado a atender a tarefa de promover a ascensão do fenômeno e atividade”. Subentende-se dessa maneira que as disciplinas técnicas viabilizam as atividades técnicas/operacionais do graduado quando inserido no mercado de trabalho, sendo que as científicas priorizam um caráter investigativo, formador do desenvolvimento de criticidade, essencial na busca de alternativas, tanto no ambiente de trabalho quanto na própria vida pessoal.

O curso de Turismo da Universidade Pública analisada reúne como atributo na sua formação:

As contribuições extensivas ao fomento e valorização da cultura, intercâmbio, fraternidade, respeito à história e aos modos de vida de outros povos, preservação e conservação do meio natural e cultural, inclusão social e a redução das desigualdades, promoção da sustentabilidade do binômio homem e natureza, sobretudo o direito ao tempo livre igual a todos os seres humanos. Tem portanto, como finalidade principal a permanente busca de uma formação orientada nos princípios do desenvolvimento sustentável do turismo seja aplicado às localidades receptoras, emissoras assim como aos sistemas de produção e distribuição dos bens e serviços de atendimento ao visitante, viajante e turista.

Como objetivos do curso da referida Instituição de Ensino, destaca-se a tarefa de:

Desenvolver profissionais especializados em compreender a manifestação do homem através de suas motivações, necessidades e desejos, mobilidade, meios e relacionamentos. Profissional este, especializado e capaz de interpretar oportunidades de negócios, funcionamento do mercado, uso do meio e recursos, prestando atendimento às funções sociais dos destinos e localidades.

Vale mencionar que tais colocações apresentam, em primeira instância, características superficializadas e vagas, incapazes de corresponder às características da real formação do profissional do Turismo.

Uma vez que se discute sobre a formação do profissional planejador, gestor, assim como executor, não se deve esperar que ele somente trabalhe a valorização cultural e humanística de forma ética e sustentável, tampouco que ele deva interpretar oportunidades de negócio, utilizando-se dos meios e recursos. Há de se explicitar as áreas, os segmentos de atuação em que ele poderá colocar todo esse cabedal adquirido em execução. Deixa-se a desejar algumas considerações a respeito da própria operacionalidade no contexto geral do turismo e suas principais atribuições.

Como missão, o referido curso de Turismo propõe “a formação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento sustentável do turismo” (CCTUR, 2002), embora não sejam apresentados em quais âmbitos poderá haver o desenvolvimento sustentável.

O perfil profissional desejado pelo curso, com relação à formação geral deve ser aquele capaz, então, de dar condições adequadas:

à formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e nomeio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, do inventário do patrimônio histórico cultural, bem como do agenciamento, organização e gerenciamento de eventos, gestão das localidades no atendimento ao fluxo turístico.

Trata-se, portanto, de uma própria colocação das Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Turismo em um de seus artigos, de alguma maneira falha no sentido de em momento algum nominar as práticas da hotelaria, indissolúveis das práticas do turismo, o que deveria ser revisto. Como já discutido anteriormente, passa a ser complexo trabalhar o turismo sem a discussão dos meios de hospedagem.

Dentre as habilidades e competências relacionadas ao profissional do Turismo, igualmente abordadas no Artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Turismo, espera-se:

- I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- IV - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- V - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- VI - adequada aplicação da legislação pertinente;
- VII - planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- VIII - intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX - classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista ;
- XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XV - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;
- XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Já o perfil do Bacharel esperado, sob a ótica do processo pedagógico, deve garantir ao graduando:

- Internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- Formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social em seus aspectos político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- Formação técnica e científica para atuar no planejamento e na gestão de empresas turísticas, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais;
- Competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações;
- Capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional do desenvolvimento de autoconfiança;
- Capacidade para resolução de problemas macro e micro;
- Capacidade de planejar, organizar, implantar e gerir programas de desenvolvimento turístico de destinações e empreendimentos turísticos;
- Capacidade de atuação nos diversos setores do mercado turístico e em todas as áreas concernentes à profissão;
- Competência para implantar resoluções alternativas e inovadoras, bem como capacidade crítica, reflexiva e criativa;

O perfil do profissional, com relação à formação específica, apresenta que o profissional:

Deverá ser preparado para atuar no planejamento, gestão do fenômeno e atividade turística, compreendida como instrumento no desenvolvimento regional, o que implica considerar tanto o nível microeconômico, como também macroeconômico e social, que comporta o conhecimento e o planejamento de políticas públicas para as áreas.

As disciplinas, parte do currículo disponibilizadas por esse curso de Turismo são compostas de carga horária total de 68 horas/cada, sendo que algumas se compõem somente de carga horária teórica e outras prática e teórica. O curso oferece, ainda, uma disciplina optativa de 68 horas, denominada Tópicos Especiais em Turismo. A carga horária do estágio curricular em Turismo, denominada ESTUR é de 340 horas.

A seguir, quadro de distribuição anual das Disciplinas.

Quadro 2: Distribuição anual das Disciplinas

Disciplinas	Carga Horária Total	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Oferta
Primeira Série				
Teoria Geral do Turismo	68	68	00	Anual
Lazer e Recreação	68	48	20	Anual
Língua Portuguesa	68	68	00	Anual
Teoria Geral da Administração	68	68	00	Anual
Eventos	68	40	28	Anual
Geografia Geral e Cartografia Aplicada ao Turismo	68	50	18	Anual
Economia	68	68	00	Anual
Direito e Legislação no Turismo	68	68	00	Anual
Metodologia Científica	68	68	00	Anual
Contabilidade	68	68	00	Anual
Segunda Série				
Planejamento e Organização do Turismo	68	50	18	Anual
História do Brasil e do Mercosul	68	68	68	Anual
Psicologia Aplicada ao Turismo	68	68	68	Anual
Língua Inglesa	68	68	68	Anual
Transportes	68	68	68	Anual
Estatística	68	68	68	Anual
Administração de Custos	68	68	68	Anual
Antropologia	68	68	68	Anual
Métodos de Pesquisa no Turismo	68	50	18	Anual
Geografia do Brasil e Regional I	68	68	68	Anual
Terceira Série				
Meios de Hospedagem	68	48	20	Anual
Língua Espanhola	68	68	00	Anual
Marketing	68	58	10	Anual
Patrimônio Cultural	68	68	00	Anual
Alimentos e Bebidas	68	50	18	Anual
Agência de Viagens	68	50	18	Anual
Sociologia	68	68	00	Anual
Mercado do Turismo	68	68	00	Anual
Políticas Públicas no Turismo	68	68	00	Anual
Administração Financeira e Orçamento	68	68	00	Anual
Quarta Série				
Turismo e Meio Ambiente	68	53	15	Anual
Projetos E Consultoria	68	48	20	Anual
Restauração	68	58	10	Anual
Gestão Urbana no Turismo	68	68	00	Anual

Relações Públicas	68	58	10	Anual
Ensino no Turismo	68	50	18	Anual
Elaboração de Roteiros	68	68	00	Anual
Tópicos Especiais em Turismo	68	68	00	Anual
ESTUR	340	68	272	Anual

Fonte: Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo Universidade Pública analisada. Coleta de dados 2008.

A presente grade curricular apresenta um total de 2924 horas, sendo 2652 horas relacionadas às disciplinas de cunho obrigatório, 68 horas referentes à disciplina de tópicos especiais, caracterizada como optativa, totalizando 2720 horas. O Estágio Curricular Supervisionado, denominado ESTUR compreende uma carga horária de 340 horas, e ainda são exigidas 153 horas entre as atividades de cunho acadêmico (palestras, jornadas, congressos, aulas magnas etc.).

Dessa forma, a carga total do curso é de 3213 horas, o que se enquadra às exigências do MEC, que propõe para o curso uma carga mínima de 3000 horas.

Uma crítica a ser feita à presente grade é a colocação de todas as horas do estágio na última série do curso, difícil de ser concluída para um discente que além de estudar, possui comumente um trabalho fixo durante os dias úteis.

Ao se analisar a matriz curricular em vigor do curso de Turismo da Instituição de Ensino Superior Pública, torna-se possível dividir as disciplinas entre as generalistas (de formação científico-humanística) e as específicas (profissionalizantes).

Embora o curso em voga proponha a formação do Bacharel em Turismo, pelo fato de o Turismo compreender de alguma forma questões relacionadas à Hotelaria, o curso dispõe de três disciplinas específicas da área, que são Meios de hospedagem (disciplina que trata do histórico da hotelaria no Brasil e mundo, definições e tipologias, aspectos do mercado, formas de administração, cargos, estrutura e organização dos hotéis em âmbito geral); Alimentos e Bebidas (disciplina que aborda histórico da área de Alimentos e Bebidas, bem como aspectos nutricionais, culinários e higiênicos, como também técnicas de cocção e manuseio de alimentos. Aspectos físicos, operacionais e organizacionais da área de Alimentos e Bebidas. Tipologia e montagem de cardápios, qualidade em Alimentos e Bebidas) e Restauração (disciplina que trata do planejamento, controles físicos e de operações em restaurante. Práticas e problemas associados à gerência de restaurantes, gestão de equipes, segurança, serviços e avaliação de processos. Principais redes desse sistema, controles gerenciais em restauração, glossário técnico e gestão de qualidade).

Ainda, como disciplinas que atendem tanto ao Turismo como à Hotelaria podem ser destacadas: Lazer e Recreação (que compreende atividades recreativas, sejam em meios de transporte, de hospedagem, parques temáticos, entre outros); Contabilidade (que atende às empresas de Turismo e Hoteleiras); Teoria Geral da Administração (com aplicação de conceitos administrativos cabíveis às duas formações); Noções de Direito e Legislação no Turismo (disciplina caracterizada pelo ensinamento dos preceitos básicos do Direito, relacionados tanto ao Turismo como Hotelaria ou qualquer atividade caracterizada pela prestação de serviços); Administração de Custos (imprescindível para administração dos custos em qualquer tipo de empresa do ramo, seja turística ou hoteleira); Administração Financeira e Orçamento (aplicada aos dois ramos de atividades); Relações Públicas (atividade de grande importância já que está relacionada à divulgação e representação empresarial, seja do ramo do turismo, hotelaria e demais segmentações), Projetos e Consultoria (também afim a ambos os ramos de atuação) e Marketing (relacionada ao estudo de mercado).

Dentre as 39 disciplinas do curso, oito delas estão relacionadas indiretamente ao Turismo e Hotelaria e três disciplinas são específicas à Hotelaria, o que comprova a inter-relação entre as duas áreas de atuação.

Discordante da característica comum a um Projeto Político Pedagógico, o material concedido pela Universidade Pública não é composto por um sumário que auxilie seu manuseio, não se compõe de uma apresentação sobre o curso, histórico institucional, objetivos gerais e específicos do curso oferecido, aspectos norteadores do curso, requisitos de acesso ao curso, áreas de atuação do futuro bacharel, metodologia do curso, sua organização didático-pedagógica e estratégias pedagógicas, interdisciplinaridade existente, descrição das atividades práticas existentes, descrição do estágio supervisionado, descrição do trabalho de conclusão de curso, descrição das atividades complementares, descrição de possíveis atividades de monitoria, descrição de atividades relacionadas a algum tipo de tutoria acadêmica, atendimento acadêmico, nivelamento acadêmico, atenção ao estudante, acompanhamento ao egresso, conselho de professores, de pesquisa e extensão. O material não disponibiliza, ainda, detalhamento sobre o quadro docente do curso e área de conhecimento de titulação de cada um deles. Ausenta-se, ainda, informações como o perfil do corpo docente, regime de trabalho, política de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do quadro docente e administrativo, detalhamento da coordenação do curso com currículo resumido do coordenador, membros do colegiado, Recursos Humanos para a Administração do curso, Recursos Físicos para funcionamento do curso (secretaria, mecanografia, laboratórios, biblioteca, empresas juniores, acervo disponibilizado e sua atualização), Sistema de Avaliação Ensino-Aprendizagem, Auto-

avaliação do curso, Avaliação Institucional, Avaliação do Projeto Pedagógico e Considerações Finais.

Com o objetivo de se desenvolver uma breve analogia entre os dois Projetos Políticos Pedagógicos apresentados e as condições de funcionamento de ambos os cursos, toma-se como imprescindível, ainda que de forma repetida, retomar as considerações das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo, Artigo 5º, que tem a finalidade de apontar os conteúdos relacionados à formação, a serem trabalhados durante o curso de graduação, sendo que esses são subdivididos em básicos, específicos e teórico-práticos.

Assim, levando-se em consideração a estrutura curricular almejada para os cursos, referido artigo apresenta:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios.

Com relação ao conteúdo básico proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Turismo, percebe-se no quadro abaixo apresentado, que ambas as Instituições de Ensino oferecem disciplinas que contemplam a formação básica exigida para o bacharel em Turismo e/ou Hotelaria, sendo que as Universidades Privada e Pública oferece um rol de seis disciplinas enquadradas dentro da condição *disciplinas básicas*, apresentando a Universidade Pública exatamente o mesmo número.

Quadro 3: Disciplinas básicas dos cursos

Universidade Privada	Universidade Pública
1-Elementos Geográficos do Turismo, 2-Elementos Históricos do Turismo, 3-Filosofia e Ética Profissional, 4-Patrimônio Cultural, 5-Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria, 6-Sociologia e Antropologia Cultural,	1-Antropologia, 2-Geografia do Brasil e Regional I, 3-História do Brasil e Mercosul, 4-Patrimônio Cultural, 5-Psicologia Aplicada ao Turismo, 6-Sociologia,

Fonte: Coleta de dados nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino, 2008

Ao se analisar as disciplinas relacionadas aos conteúdos compreendidos como *específicas* dos cursos, percebe-se que de um lado, a Universidade Privada disponibiliza ao seu alunado um total de 16 disciplinas e a Universidade Pública um total de 18 disciplinas. Dentre as disciplinas inerentes a referido contexto, a Instituição de Ensino Superior Privada oferece três puramente voltadas à Hotelaria, que são: Gestão da Hospitalidade, Desenvolvimento Hoteleiro e Planejamento Hoteleiro e algumas outras passíveis de utilização tanto no Turismo como Hotelaria. A Instituição de Ensino Superior Pública, porém, apresente disciplinas especificamente adaptadas às práticas do Turismo.

Quadro 4: Disciplinas específicas dos cursos.

Universidade Privada	Universidade Pública
1-Administração de Operações e Materiais, 2-Controladoria Turística e Hoteleira, 3-Comunicação Oral e Escrita, 4-Desenvolvimento de Hotéis, 5-Desenvolvimento Turístico, 6-Espanhol Instrumental, 7-Estatística Aplicada ao Turismo e Hotelaria, 8-Gestão da Hospitalidade, 9-Gestão de Restaurantes e Biossegurança no Trabalho, 10-Inglês Instrumental, 11-Marketing e Promoção de Vendas em Turismo e Hotelaria, 12-Noções de Direito e Legislação Aplicado ao Turismo e Hotelaria, 13-Planejamento e Gestão em Negócios e Turismo e Hotelaria, 14-Planejamento de Recreação e Lazer, 15-Planejamento Hoteleiro, 16-Teoria Econômica, 17-Teoria Geral do Turismo e da Hotelaria,	1-Administração de Custos, 2-Administração Financeira e Orçamento, 3-Contabilidade, 4-Direito e Legislação no Turismo, 5-Economia, 6-Elaboração de Roteiros, 7-Estatística, 8-Gestão Urbana no Turismo, 9-Língua Espanhola, 10-Língua Inglesa, 11-Língua Portuguesa, 12-Mercado do Turismo, 13-Metodologia Científica, 14-Políticas Públicas no Turismo, 15-Relações Públicas, 16-Teoria Geral do Turismo, 17-Tópicos Especiais no Turismo (opcional), 18-Transportes,

Fonte: Coleta de dados nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino, 2008.

Dentro do contexto das disciplinas caracterizadas por conteúdos *Teórico-Práticos*, a Universidade Privada disponibiliza um número de cino disciplinas, além do Estágio Supervisionado e a Universidade Pública apresenta um número de 13 disciplinas, além do Estágio Supervisionado.

Cabe, neste momento, uma abordagem quanto a uma visível divergência encontrada ao se analisar ambos os documentos. O curso da Instituição de Ensino Superior Privada não

apresenta em sua matriz curricular, de maneira definida, a divisão das disciplinas em carga horária teórica e carga horária prática (apenas apresenta um quadro com atividades práticas desenvolvidas durante o curso e o nome de disciplinas relacionadas à tais atividades). Nas matrizes curriculares do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada todas as disciplinas possuem cargas horárias estritamente teóricas, embora, no decorrer do ano, algumas delas desdobram-se em atividades práticas. Assim, pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico dessa Instituição não é claro em sua totalidade quanto à definição de tipologia de carga horária (se teórica ou prática).

Já a Universidade Pública apresenta em sua matriz, desde a primeira série do curso de graduação, a quantidade de horas teóricas e práticas referentes a cada disciplina, sendo que existem disciplinas estritamente teóricas e outras teórico-práticas.

Dessa maneira, embora a Instituição de Ensino Superior Privada não apresente com clareza quais disciplinas contam com atividades práticas, deve-se salientar que as que desenvolvem atividades práticas enquadram-se às condições propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Turismo. A Universidade Pública também cumpre seu papel, oferecendo disciplinas de acordo com os propósitos de tais Diretrizes Curriculares.

Quadro 5 : Disciplinas teórico-práticas dos cursos.

Universidade Privada	Universidade Pública
1-Agência de Viagens, Transporte e Roteiros Turísticos, 2-Consultoria em Projetos Turísticos e Hoteleiros 3-Pesquisa em Turismo e Hotelaria, 4-Técnicas de Relações Públicas e Eventos, 5-Turismo em Áreas Naturais, 6-Estágio em Turismo e Hotelaria.	1-Agência de Viagens, 2-Alimentos e Bebidas, 3-Ensino em Turismo, 4-Eventos, 5-Geografia Geral e Cartografia, 6-Lazer e Recreação, 7-Marketing, 8-Meios de Hospedagem, 9-Métodos de Pesquisa no Turismo, 10-Planejamento e Organização do Turismo, 11-Projetos e Consultoria, 12-Restauração, 13-Turismo e Meio Ambiente, 14-Estágio em Turismo.

Fonte: Coleta de dados nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino, 2008.

No quesito quantidade de disciplinas, o curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada apresenta, hoje, grade enxuta, composta por 28 disciplinas, sendo que o curso da Universidade Pública apresenta uma grade composta por 39 disciplinas (uma delas optativa). Ambas apresentam uma determinada quantidade de carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado.

Assim, apresenta-se a seguir um quadro comparativo de disciplinas dos cursos das duas universidades, capaz de comprovar, inclusive, que, embora tais cursos contemplem diferentes formações, o conteúdo não deixa de ser praticamente o mesmo, o que mais uma vez instiga ao questionamento: Por que não oferecer somente cursos de graduação em Turismo ou Hotelaria?

Embora Instituições de Ensino não mais estejam sendo liberadas a abrir curso que forme em Turismo e Hotelaria, não se pode omitir a existência de cursos que ainda oferecem dupla formação. Tal questionamento culmina no fato de que muito ainda deve ser melhorado no ensino em Turismo e/ou Hotelaria do país.

Quadro 6 : Equivalência das Disciplinas dos Cursos Analisados.

Universidade Privada	Universidade Pública
Teoria Geral do Turismo e da Hotelaria	Teoria Geral do Turismo
Planejamento Lazer e Recreação	Lazer e Recreação
Comunicação Oral e Escrita	Língua Portuguesa
Técnicas de Relações Públicas e Eventos	Eventos Relações Públicas
Elementos Geográficos do Turismo	Geografia Geral e Cartografia Geografia do Brasil e Regional I
Teoria Econômica	Economia
Noções de Direito e Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria	Direito e Legislação no Turismo
Controladoria em Turismo e Hotelaria	Contabilidade Administração Financeira e Orçamento
Planejamento e Gestão de Negócios em Turismo e Hotelaria	Planejamento e Organização do Turismo
Elementos Históricos do Turismo	História do Brasil e Mercosul
Psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria	Psicologia Aplicada ao Turismo
Inglês Instrumental	Língua Inglesa

Agência de Viagens, Transportes e Elaboração de Roteiros Turísticos	Transportes Agências de Viagens Elaboração de Roteiros
Estatística Aplicada ao Turismo e Hotelaria	Estatística
Sociologia e Antropologia Cultural	Antropologia Sociologia
Pesquisa em Turismo e Hotelaria	Métodos de Pesquisa em Turismo Metodologia Científica
Gestão da Hospitalidade	Meios de Hospedagem
Espanhol Instrumental	Língua Espanhola
Marketing e Promoção de Vendas em Turismo e Hotelaria	Marketing
Patrimônio Cultural	Patrimônio Cultural
Gestão de Restaurantes e Biossegurança no Trabalho	Alimentos e Bebidas Restauração
Consultoria em Projetos Turísticos e Hoteleiros	Projetos e Consultoria
Planejamento Hoteleiro	-----
Desenvolvimento de Hotéis	-----
Administração de Operações e Materiais	-----
-----	Gestão Urbana do Turismo
-----	Ensino em Turismo
-----	Teoria Geral da Administração
-----	Administração de Custos
-----	Tópicos Especiais (opcional)
Estágio em Turismo e Hotelaria -ESTURH	Estágio em Turismo-ESTUR

Fonte: Coleta de dados nos Projetos Políticos Pedagógicos das Instituições de Ensino, 2008.

Nesse sentido, cabem algumas críticas com relação às matrizes das duas Instituições de Ensino.

Embora não se perceba muitas diferenças nos assuntos trabalhados nos cursos analisados, teoricamente, o curso de Turismo da Instituição de Ensino Pública oferece uma maior quantidade de disciplinas a seu aluno, porém, as não específicas parecem não estar tão focadas à grande área de estudo do Turismo.

O Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada, diferentemente da Universidade Pública, quase não disponibiliza ao seu alunado disciplinas puras. Quase todas as suas disciplinas são caracterizadas pela junção de duas ou mais, ou seja, fortemente adaptadas às áreas de estudo: o Turismo e a Hotelaria, o que não deixa de representar um certo perigo com relação à superficialidade de aplicação de ambas.

Atualmente, o curso de Turismo e Hotelaria da Instituição de Ensino Superior Privada conta com uma grade curricular bastante problemática, uma vez que considera a execução do Estágio Curricular Supervisionado na última série do curso. Trata-se de uma grande quantidade de horas a ser desenvolvida em curto espaço de tempo, o que pode prejudicar o acadêmico trabalhador, chefe de família etc. Ainda, o Estágio Curricular Supervisionado, quando executado de uma única vez, não proporciona ao acadêmico a experiência em várias áreas ou segmentações, já que, geralmente, tem ocorrência em uma única organização. A mesma problemática apontada é característica comum da Universidade Pública.

A diferença entre formação única e dupla formação parece exercer diferenças apenas no *chamariz* da propaganda Institucional, embora todos os bacharéis da área pareçam ser vítimas de um problema maior, que é justamente a não formação de um profissional único, independentemente do local de sua formação.

Existe uma relativa discrepância entre as propostas do MEC, Projetos Políticos dos Cursos, juntamente com os anseios da Universidade. O Turismo e/ou Hotelaria parecem estar sendo vítimas de um modelo de formação não condizente à realidade brasileira sofrida e que ainda vive às sombras de outros modelos de formação, não necessariamente passíveis de adaptação em nosso país. O Ensino em Turismo e Hotelaria no Brasil carece de urgente revisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de analisar a estrutura curricular, bem como a expansão dos cursos de Turismo partiu da premissa que é tarefa fundamental da Universidade, não somente preparar o indivíduo para práticas e técnicas, mas servir de ambiente aberto para a busca do saber, como argumenta Delors: (1996, p.144):

Além da tarefa de preparar numerosos jovens para a pesquisa ou para empregos qualificados, a universidade deve continuar a ser a fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número, encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida. A cultura, tal como a entendemos, inclui todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia.

O desenvolvimento da reflexão sobre o papel das Universidades, especialmente dos cursos de Turismo, remete-nos a compreender como se deu a sua rápida expansão e justifica a análise em torno de um imaginário coletivo sobre a potencialidade do turismo no Brasil. A construção da imagem do país como generoso em potenciais turísticos, *grande por natureza* e com todos os requisitos para se transformar em um dos principais pólos turísticos receptivos do mundo, exerce grande influência direta na disseminação das graduações, muito embora a pesquisa tenha alertado à outra possível vertente quanto ao enaltecimento do Brasil como potência, que retrata justamente o desenvolvimento de uma forma de controle do Estado para com sua população, no empenho de desenvolver o senso de admiração pela própria terra natal.

Teixeira (2003) apresenta que ao final da década de 90 tomaram início as discussões no MEC/SESU sobre a criação das diretrizes curriculares para os cursos existentes até aquele período, com o objetivo de nortear as Instituições de Ensino, para as reformas curriculares, embora os cursos já existissem no Brasil há mais de duas décadas.

Assim, como uma das características do panorama em que se encontram os cursos das áreas de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil pode ser apontada a questão da aprovação tardia das Diretrizes Curriculares do MEC como um dos agravantes existentes.

De um lado, os cursos foram representados por uma proliferação desenfreada ao final da década de 90, duas décadas após o surgimento dos mesmos no Brasil, sendo que naquela época eram considerados um dos cursos mais concorridos em território nacional, fortemente oferecidos por Instituições de Ensino Superior Privadas. A proporção entre

Instituições Públicas e Privadas foi sempre muito grande. A dominação dos cursos pelas Instituições Privadas sempre despontou.

Não bastasse a oferta dos cursos, percebe-se que inicialmente os mesmos eram criados e oferecidos pautados em uma normativa própria, visto que as Diretrizes Curriculares do MEC apenas foram criadas algumas décadas após o surgimento dos cursos, como anteriormente citado, o que propiciou um *caminhar* diversificado, compositor de uma formação de diversas focagens.

Posteriormente, quando da criação e aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos da área, evidenciou-se que tal documento respaldava fortemente as Instituições de Ensino, inclusive quanto à criação de disciplinas que estivessem relacionadas às realidades locais nas quais os cursos estavam inseridos. Tratava-se de uma maneira de se facilitar o acesso do egresso ao mercado de trabalho, quando de sua formação.

Pela existência de interesses comerciais e, ao mesmo tempo respaldadas na questão da criação de disciplinas que estivessem em concordância com a realidade local, Instituições de Ensino, especificamente privadas, deram início à oferta de cursos que conferiam formações de múltiplos perfis. Trata-se, nesse momento, de uma maneira encontrada para se angariar um número significativo de acadêmicos seduzidos pelas propostas dos folhetins Institucionais veiculados no mercado. O foco da formação parecia ser secundário, mas o número de acadêmicos imprescindível.

Dessa forma, a Educação em Turismo e ou Hotelaria parece ter tido uma validade de caráter muito mais econômico que o próprio cerne da educação que é o *formar e ensinar*.

Não se pode furtar que tal situação formadora de profissionais multi, justamente incentivou ao desinteresse e baixa de demanda pelos cursos, ocasionando ao fechamento dos mesmos, hoje fortemente vivenciada.

Os próprios egressos, ao inserirem-se no mercado de trabalho, percebiam que haviam estudado muito, embora dominassem muito pouco ou quase nada no que tangia a tantos campos de atuação existentes.

Percebeu-se, em referida época, ainda de acordo com Teixeira (2003), por intermédio de pesquisas formais e informais já citadas no decorrer do trabalho que as matrizes curriculares dos cursos eram baseadas no mercado, experiência dos próprios docentes e em ambos.

Ainda, o mesmo estudo evidenciou que não mais que 50% dos docentes existentes no país possuíam algum tipo de experiência prática na área, o que de alguma maneira abriu pauta para uma discussão questionadora sobre o fato de que “formadores de matrizes curriculares de

cursos de Turismo e/ou Hotelaria no país” tampouco possuíam algum tipo de experiência prática na área.

Segundo Trigo (2000) é a não existência de estratégias coerentes ao dinamismo do turismo um dos principais problemas, juntamente com a ausência de professores devidamente titulados. O principal problema, juntamente da inexistência de professores titulados representa falta de uma visão estratégica coerente com o dinamismo e sofisticação dos setores de viagem e turismo. A carência do quadro de professores reflete justamente na qualidade dos cursos oferecidos pelo país sendo comum o fato dos alunos do curso de Turismo não terem aulas com profissionais da área, somente com professores de áreas afins, o que deixa de permitir um contato com a realidade turística quando ainda nos bancos universitários.

Pela própria recente condição de sua existência e pela não existência de sua regulamentação, a formação em turismo, com suas características emergentes, possui conhecimentos muito fragmentados (GOELDNER, 1988).

Assim, vale apontar que foi desenvolvido no Brasil um modelo de educação em Turismo às sombras de um modelo europeu, especificamente o espanhol. Trata-se de uma espécie de cópia fiel que não necessariamente condiz à realidade de nosso país.

Uma das dificuldades da atividade no país está justamente atrelada ao fato do profissional brasileiro não se adaptar à esse modelo europeu, implantado como prática de atividade no Brasil. O povo brasileiro é vítima de um processo de colonização que deixou marcas profundas e ainda não apagadas, especificamente nas questões relacionadas à escravatura.

Dessa forma, sujeitar-se a desempenhar funções de garçom, faxineira, atendente (típicas da profissão do turismólogo ou hoteleiro), podem significar ao brasileiro, uma espécie de diminuição perante a sociedade.

A subserviência no Brasil conota diminuição com relação ao próximo, embora a razão do Turismo esteja justamente relacionada à expressão *Bem Servir*, além do fato de ter sido comprovado enorme interesse do mercado em mão-de-obra operacional qualificada, muito além de cientistas do turismo.

A própria característica multidisciplinar e interdisciplinar da área geram desafios a serem enfrentados no processo de formação discente, uma vez a existência de um grande campo de atuação comum ao setor, representada por algumas atividades como: gestão e liderança de organizações turísticas, bem como hoteleiras; desenvolvimento de projetos relacionados a aspectos históricos-culturais, visando a preservação dos mesmos em benefício da sociedade; busca pela sustentabilidade da atividade turística, principalmente quando

conectada ao meio ambiente; viabilização de planos de viagem (seja através dos meios de transporte, serviços de hospedagem e receptivos); funcionalismo público, docência no ensino superior, organização e execução de eventos, atividades relacionadas aos alimentos e bebidas, etc, todas mencionadas no decorrer do presente trabalho.

Eis que se procura descobrir o porquê do interesse na discussão entre a tecnicidade e cientificidade do fenômeno do Turismo, comuns aos cursos de graduação, sendo que é clarividente o anseio do mercado.

Ainda, deve ficar claro que não existe ciência sem pesquisa e a pesquisa em Turismo é justamente pautada no planejamento da atividade, ou seja, desenvolvimento de estudos que visem o Planejamento Turístico de uma localidade, ou seja, preparar determinado ambiente para desenvolvimento de práticas turísticas de forma sustentável e rentável, permitindo envolvimento de toda a sociedade local e a visitante, com constante troca de cultura e experiências.

Se existe realmente o interesse em tratar o Turismo dentro do contexto científico, qual o motivo que justifique a não existência de Faculdades em Planejamento Turístico?

Nesse silogismo entre a função do *ensinar e formar* (cernes fundamentais das Instituições de Ensino), juntamente com as exigências mercadológicas existentes é que se pretendeu estudar o motivo da excessiva expansão dos cursos de Turismo e Hotelaria no país, atentando-se a questões como homogeneidade das matrizes curriculares, padronagem das mesmas e efetivação de um perfil profissiográfico voltado às hodiernas necessidades do mercado de trabalho, bem como políticas públicas e anseios privados.

Para que fosse concluída a presente pesquisa, desenvolveu-se análise no Projeto Político Pedagógico de duas Instituições de Ensino Superior do estado do Paraná, sendo uma privada, que oferece o curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria e uma Instituição de Ensino Superior Pública, que oferece o curso de Bacharelado em Turismo.

Toda a análise foi pautada no documento das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Turismo, já que no portal eletrônico do MEC apenas são disponibilizadas as diretrizes para o curso de Turismo ou Administração com ênfase em Hotelaria. Nada se trata sobre Hotelaria especificamente, tampouco Turismo e Hotelaria, o que não deixa de ser interessante.

A escolha por uma Instituição de Ensino Superior que oferecesse um curso de formação dupla e outra que oferecesse um curso de única formação visou justamente a possibilidade de descoberta de grandes discrepâncias realmente capazes de justificar a concessão de uma titulação diferenciada.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu a conclusão de que embora os cursos de Turismo e Hotelaria ou Turismo de ambas as Universidades estejam de acordo às Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Ministério da Educação e Cultura, a Instituição Privada especificamente não apresenta foco algum com relação a algum tipo de especialidade durante o curso, assim como acontece com a Instituição de Ensino Pública.

Ambas as Instituições encontram-se, de acordo às proposições do MEC no quesito carga horária mínima do curso e desenvolvem as atividades de estágio curricular de uma forma que propicia um prejuízo ao acadêmico, uma vez que todas as 320 horas estão alocadas na última série dos cursos, podendo atrapalhar os acadêmicos que desenvolvem outras atividades remuneradas.

O fator mais interessante da análise foi justamente o fato de que ambas as Instituições apresentam disciplinas similares, senão idênticas, sendo que uma delas concede o título somente em um curso de graduação enquanto a outra oferece graduação dupla, em Turismo e Hotelaria, o que comprova a não necessidade de diferenciação do nome da formação. O duplo nome parece ter uma representatividade muito mais comercial que de conteúdo propriamente dita.

Ainda, o estudo evidencia a necessidade de reformulação das Diretrizes Curriculares para o curso de Turismo, disponibilização de todas Diretrizes para todas as modalidades (Turismo, Turismo e Hotelaria e Hotelaria) no portal do Ministério da Cultura e Educação e, por fim, que as comissões avaliadoras dos cursos tratassem com rigorosidade todos os quesitos, quando da solicitação de autorização de abertura de novos cursos ou avaliações em cursos já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ALGEBAILLE, M. E. B. *in* VIEITEZ, Cândido G. e BARONE, R. **Educação e políticas públicas: tópicos para o debate**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- AMOAHA, V. e BAUM, T. **Tourism education: policy versus practice**. International journal of contemporary hospitality management. v. 9, n.1, p.5-12, 1997.
- ANSARAH, M. **Formação e Capacitação Profissional em Turismo e Hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.
- ANSARAH, M. e REJOWSKI M. **Cursos superiores de turismo e hotelaria no Brasil**. Turismo e análise. São Paulo: ECA/USP, maio, v.5, n.1, p 116-128, 1994.
- ANTUNES, A. *et al.* **Educação e formação profissional em turismo**. *in* Revista Aboré, ed. 1/05, ISSN 1980-6930, disponível em <http://www.revista.uea.edu.br>, acessado em 21 de janeiro de 2007.
- ANTUNES, C e WEINBERG, M. **O “Xis” da Questão da Educação e Como Resolvê-lo**. Revista Veja. São Paulo, edição 1976, P.84-88, 04 de outubro de 2006.
- ARENDT, H. **A condição Humana**. Trad. De Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- AVENA, B.M. **Turismo, Educação e Acolhimento**. São Paulo: Roca, 2006.
- BARRETO, M., TAMANINI, E., SILVA, M.I.P. **Discutindo o Ensino Universitário de Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- BABIN, P., KOULOUMDJIAN, M.F. **Os Novos Modos de Compreender: a geração do audiovisual e do computador**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- BARROS, Rinaldo. **A quem serve a universidade**. Expressão: Mossoró: v.21, p.19-22, set. Disponível em www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=36667&type=P, acessado em 21 de novembro de 2008.
- BATISTA, Camila. **Formando Bacharéis no Curso de Turismo**. *in* Revista eletrônica de turismo (RETUR)- ISSN 1677-3063. Vol. 03 - n 01 - maio/2004, disponível em <http://www.presidentekennedy.br/retur/>, acessado em 10 de janeiro de 2007.
- BEHRENS, M.A. **A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno**. *in* Masetto, M.T (org). Docência na Universidade. Campinas: Papirus, 1998.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BONA, A., PETROCCHI, M **Agências de Turismo: Planejamento e Gestão.** São Paulo: Futura, 2003.

BONFIM, I. e FREITAG M. **Educação em turismo**: conhecimento crítico *versus* técnica. *in* Revista espaço acadêmico. ISSN1519.6186. n. 50, julho/2005, ano V, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/050/50cbonfim.htm>, acessado em 15 de janeiro de 2007.

BOTOMÉ, S.P., ONZI, L. **Características do Ensino Superior de Graduação em Turismo**: organização de planejamento da formação profissional. *in* Turismo em Análise, v. 16, n.2. São Paulo: Aleph, ECA-USP, novembro de 2005.

BOURDIEU, P. BOLTANSKI, L. **O Diploma e o Cargo**: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. *In* BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAGA, Ryon, Reportagem da Revista VEJA de 04 de outubro de 2006.

CASTELLS, M. **Fluxos, redes e identidades**: uma teoria crítica da sociedade informacional. *In*: CASTELLS, M.; FLECHA, R.; FREIRE, P. *et. al.* Novas Perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CANDAU, V.M.F. (coord). **Novos Rumos das Licenciaturas.** Brasília: INEP (Rio de Janeiro): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

CAVALCANTE, J. **Educação superior: conceitos, definições e classificações.** *in* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília, 2000, disponível em <http://www.inep.gov.br> , acessado em 24 de janeiro de 2007.

COELHO, L.F. **Teoria Crítica do Direito.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1991.

COLLINS, G. **English/Portuguese-Portuguese/English Dictionary.** São Paulo: Disal, 1N85.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves S/A, 1983.

_____. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** *in* Lopes, E.M.T. *et al.* 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CURY, C.R.J. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei Nº 9.394/96. 4.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

DEGRÁZIA, C. **Construindo Competências na Formação Profissional em Turismo.** Disponível em: [http:// www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/construindo](http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/construindo), acessado em 20 de dezembro de 2008.

DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir.** 6ª ed. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre a educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, P. **A Nova LDB**: ranços e avanços. 10ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.

DENKER, A. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *in* XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

_____. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *in* XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Quarta-Feira 17 de novembro de 2004.

Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo, Resolução Nº 13, de 24 de novembro de 2006.

FÁVERO.M.A. **Universidade no Brasil:** das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*. n. 28, p. 17-36. Curitiba: UFPR, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa.** São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

FLETCHER, J., WANHILL, S., GILBERT, D., SHEPHERD, R.. **Turismo:** princípios e práticas. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FLORES, V. **Inovações Tecnológicas e Educação do Trabalhador em Construção:** educação de jovens e adultos. Curitiba: Editora Educarte, 2006.

FREIRE, P. **Política e Educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FURTER, P. **Visão Utópica da Universidade :** seus desafio e suas limitações. *Revista Paz e Terra*, n. 9, out, p. 45-50.

GADOTTI, M. **Pressupostos do Projeto Pedagógico.** *In* MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GHIRALDELLI Jr. P. **História da Educação.** 2ª ed. Re. São Paulo: Cortez, 1992.

GOELDNER, C. R. *in* COOPE, C., SHEPHERD, R., WESTLAKE, J. **Tourism and hospitality education.** Published by the University of Surrey, Surrey, England, 1998.

Haidar. M.L.M. e TANURI L.M..A Educação Básica no Brasil : dos primórdios até a primeira lei de diretrizes e bases. *In*. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.** São Paulo: Pioneira, 1998.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior.** 2004. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.gov.inep.br>, acessado em 15 de setembro de 2008.

KILPATRICK, W.H. **Educação para uma Civilização em Mudança**. 16ª ed. São Paulo: Melhoramentos/MEC/198.

KOUGARNOFF, W. **A Face Oculta da Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

KUENZER, A.Z. **O que Muda no Cotidiano da Sala de Aula Universitária com as Mudanças do Mundo do Trabalho?** in CASTANHO, S., CASTANHO, M.E. Temas e textos em metodologia do ensino superior. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

LAS CASAS, A. L. **Qualidade Total em Serviços: Conceitos, Exercícios, Casos Práticos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9.394/96.

LONGHI, S., BENTO, K. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção coletiva**. in Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. v. 3 n. 9 - jul.-dez./2006. ISSN 1807-2836

LOPES, M. I. S. **Educação e Administração: reflexões primeiras sobre a formação e a profissão do administrador da coisa pública**. *REO* n. 1, v. 1, Maringá, jan-jun, p 11-22, 2000.

MATIAS, M. **Turismo: formação e profissionalização (30 anos de história)**. Barueri: Editora Manole, 2002.

MATUMOTO, F.G.V., BEGOSSO, C.C., MANINI, M.P. **O ensino-aprendizagem contemporâneo pelo viés crítico da vertente estamental e psicanalítica: avanço ou retrospecto?** Unipar, 2006.

MENDONÇA, W. **A Universidade no Brasil**. In. Revista Brasileira de Educação. Número 14, maio/junho/julho/agosto, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatística do Ensino Superior**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>, acessado em 15 de setembro de 2008.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico: Promovendo uma Atividade Sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT) E INSTITUTO DE TURISMO. **Empresa y Sociedad: educando educadores**. Universidade Politécnica de Valência, Valência, 1995.

PERRENOUD, P. **Construir Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PINTO, A. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo da Universidade Estadual Paranaense, ano de 2003.

Projeto Político Pedagógico do curso de Turismo e Hotelaria da Universidade Privada Paranaense, ano de 2006.

RABAHY, W. **Turismo em Números: Todos ao Mar.** ed. número 21/2003. São Paulo: Sindetur, 2003.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica.** Campinas: Papirus, 1996.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. Relatório Meira Mattos. Revista paz e Terra, n 9, out, p 243-383. 1969.

RITCHIE, J.R.B. **Tourism and Hospitality Education: Frameworks for Advanced Level and Integrated Regional Programs.**v.31. ST. Gallen: Aiest.

RODRIGUES, D. **O perfil acadêmico-profissional do bacharel em turismo, docente nos cursos de turismo de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado, Universidade vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

SALOMÃO, M. **Parques de Diversões no Brasil: Entretenimento, Consumo e Negócios.** Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo: OMT.** São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS FILHO, J. **Festejar ou organizar.** A lógica da consciência de classe. *in* Revista Espaço Acadêmico, Ano II, n.20, Janeiro/2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>, acessado em 15 de setembro de 2008.

_____. **Turismo é uma ciência.** Por que tal afirmação incomoda? Disponível em www.abbturam.hpg.com.br/arquivos/texto02.doc acessado em 12 de setembro de 2008.

_____. **Mitos e Ladainhas do Fazer Turístico:** apologia ao fetiche. IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL: Turismo. responsabilidade social e ambiental. III SEMINÁRIO DA ANPTUR. 07 e 08 de julho de 2006.

_____. **Turismo Ciência ou Técnica?.** Revista Turismo, Maringá-PR, v. 1, n. 1, 2001.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação:** trajetória, limites e perspectivas. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SEVERINO, A. J. **Os Embates da Cidadania?** Ensaio de uma abordagem filosófica da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *In*. BRZEZINSKI, I. (org). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p.57-68.

SCHWARTZMAN, S., BROCK, C. **Os Desafios da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova, 2005.

SHIGUNOV NETO, A., MACIEL, L.S.B. **Currículo e Formação Profissional nos Cursos**

de Turismo. (orgs). Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SOBRAL, F. A. F. **Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social?** *in* XXIV Encontro Anual da ANPOCS. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt02/00gt0212>, acessado em 15 de dezembro de 2006.

SOUZA, P.N.P. de. **LDB e Educação Superior:** estrutura e funcionamento. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

STANLEY, P. **TA Sociologia do Lazer.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARDOSO, T. *in* STEPHANOU M.e BASTOS M. H. (org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** 5ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TEIXEIRA, R. **Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil:** um estudo exploratório, Mai/2003. *in* Revista turismo, disponível em <http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/ensinosuperior.html>, acessado em 10 de janeiro de 2007.

TINEU, R. **Reflexões sobre a problemática do ensino superior de turismo no Brasil.** Estudos Turísticos, São Paulo, 01 de outubro de 2002, disponível em <http://estudosturisticos.com.br>, acessado em 20 de mar de 2004.

TOMELIN, C. A. **Mercado de Agência de Viagens e Turismo:** como competir diante de Novas Tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001.

TRIGO, L.G.G. **Turismo e qualidade:** tendências contemporâneas. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **A importância da Educação para o Turismo:** Turismo, uma carreira recente. Disponível em <http://www.unifev.com.br/canais/graduacao/turismo/informacoes.php>, acessado em 10 de abril de 2008.

_____. **A sociedade Pós-Industrial e o Profissional do Turismo.** 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1998.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Superior.** Trad. de Amós Nascimento. Piracicaba: Editora da UNESP, 1998.

VASCONCELLOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

VIEITEZ, C.G., BARONE, R.E.M. **Educação e Políticas Públicas**: tópicos para o debate. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)